

RCD

REVISTA DE
COMUNICAÇÃO DIALÓGICA



6ª EDIÇÃO - ANO 3

ISSN 2674-9246

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR-CHEFE

Marcelo Hernandez Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

EDITORES

Izabel de Rohan Rocha Lima

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Milene Santos Couto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Hércules da Silva Xavier Ferreira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

REVISÃO DE TEXTO

Izabel de Rohan Rocha Lima

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Milene Santos Couto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Luís Pedro Lucas da Rosa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

CAPA

Luís Pedro Lucas da Rosa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Geraldo Garcez Condé

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Carolina Matos

University of London, Reino Unido

Pedro dos Santos de Borba

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patricia Sobral de Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Andrea Meyer Medrado

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Pablo Nabarrete Bastos

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Raquel Paiva de Araújo Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Ana Cristina Suzina

Université catholique de Louvain, Bélgica

Ingrid Gomes Bassi

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil

Cicilia Maria Krohling Peruzzo

Universidade Anhembi Morumbi, Brasil

Adilson Vaz Cabral Filho

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Chaves Wagner Diniz

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo da Costa Custódio

Åbo Akademi University, Finlândia

Luciene de Oliveira Dias

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Marcio de Souza Castilho

Universidade Federal Fluminense, Brasil

María Soledad Segura

Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Nico Carpentier

Charles University, República Checa

Paola Madrid Sartoretto

Jönköping University, Suécia

Sandra Jeppesen

Lakehead University Orillia, Canadá

Viktor Chagas

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alejandro Barranquero

Universidad Carlos III de Madrid, Espanha

Ana Lúcia Nunes de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dorothy Kidd

University of San Francisco, Estados Unidos da América

COMISSÃO EDITORIAL

Orlando Maurício de Carvalho Berti

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

Carlos Henrique Demarchi

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Patrícia Franck Pichler

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Thays Helena Silva Teixeira

Universidad Nacional de La Pampa, Argentina

Luiz Felipe Ferreira Stevanim

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Pedro dos Santos de Borba

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ángel Barbas Coslado

Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha

Geraldo Garcez Condé

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Eula Dantas Taveira Cabral

Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil

Carolina Matos

University of London, Reino Unido

João Paulo Carrera Malerba

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Stuart Davis

University of New York, Estados Unidos da América

Geisa Rodrigues Leite da Silva

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Eleonora de Magalhães Carvalho

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Adilson Vaz Cabral Filho

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Lúcia Nunes de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Florencia Enghel

Jönköping University, Suécia

Ingrid Gomes Bassi

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil

Luciene de Oliveira Dias

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Marcio de Souza Castilho

Universidade Federal Fluminense, Brasil

María Soledad Segura

Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Paola Madrid Sartoretto

Jönköping University, Suécia

Sandra Jeppesen

Lakehead University Orillia, Canadá

Solange Barros de Alcantara Hamrin

Mid Sweden University, Suécia

Breno Marques Bringel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Juan Ramos Martín

Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia

Patrícia da Veiga Borges

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Chaves Wagner Diniz

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
Caetano Correa, Fernanda Eda Paz, Izabel de Rohan, Marcelo Ernandez, Milene Couto
- 10** **O papel das novas tecnologias no jornalismo comunitário: Voz das Comunidades, do impresso ao digital**
Thaís Cavalcante da Silva
- 34** **O Intervojes e a agenda da democratização da comunicação: um olhar sobre a atuação do coletivo**
Carlos Henrique Demarchi
- 50** **Comunicação Comunitária: uma perspectiva teórica do empoderamento à biopotência da multidão**
Patrícia Franck Pichler, Maria Ivete Trevisan Fossá
- 70** **O uso de determinados termos faz a diferença: um olhar essencial na garantia de direitos aos autores de atos infracionais com vistas para as manchetes do R7**
Paloma Fernanda Martins Pereira
- 83** **La Salud en Pandemia desde los “miedos” de comunicación; Caso yerba mate en Macachín, La Pampa, Argentina**
Thays Helena Silva Teixeira, Mirian Anabel Pascual, Mariana Cornejo
- 94** **Interview with Daya Kishan Thussu**
Carolina Oliveira Matos
- 105** **Entrevista com Daya Kishan Thussu**
Carolina Oliveira Matos

APRESENTAÇÃO

O sexto número da RCD chega aos seus leitores marcando o fim de uma jornada. O Laboratório de Comunicação Dialógica, cuja RCD era apenas um de seus projetos, completou 10 anos dedicados à produção do conhecimento sobre o universo da comunicação dialógica e apoio aos grupos que nele atuam. Sem recursos mínimos para o seu funcionamento, sem funcionários técnicos ou administrativos, sem equipamentos, com pouquíssimo apoio institucional (resumido aos órgãos que nos concederam bolsas e ao Portal de Revistas Eletrônicas da UERJ, que hospeda a Revista), tivemos que tirar leite de pedra para chegar até aqui e produzir tudo o que produzimos. Foram dezenas de alunos formados a partir da participação em estágios em veículos de comunicação dialógica, cursos de extensão dos mais diversos, produção de séries e filmes de curta, média e longa metragem, programas para a TV, programas de transmissão ao vivo na internet, eventos científicos, publicação de artigos científicos e, é claro, desta revista que vos fala.

Mas, chega uma hora que não se suporta mais todo o peso da falta de condições de trabalho e é preciso passar o bastão. Como diz o ditado inspirado na filosofia budista: quando nada do que você faz parecer suficiente, o melhor que você pode oferecer é a sua ausência. No dia 03 de novembro de 2021, alegando falta de algum professor interessado em assumir a coordenação do Laboratório de Comunicação Dialógica, o Departamento de Relações Públicas decretou a extinção do mesmo. Essa decisão, vis a vis a produção do LCD e a sua importância como órgão representativo do universo da comunicação dialógica na universidade mais popular do Brasil, fala por si só, dispensa comentários desta editoria, que, é claro, a lamenta profundamente.

Porém, desta honrosa e produtiva jornada, esperamos que sobreviva ainda por muitos anos um dos seus principais filhos: a Revista de Comunicação Dialógica. E, para isso, precisamos da sua ajuda. Precisamos da ajuda dos nossos leitores, autores, pareceristas e pesquisadores associados na divulgação da Revista, de modo que essa avance em seu processo de solidificação como alternativa qualificada para integração entre as áreas da comunicação, educação e cultura voltadas para a promoção da democracia. A boa notícia é que, a partir de agora, sem o peso da administração do Laboratório, teremos mais tempo para nos dedicarmos à edição da RCD e sua divulgação, tecendo as redes necessárias para o seu reconhecimento e ampliação, tanto em termos nacionais como internacionais.

Este número marca também uma inflexão em relação a nossa política editorial. Durante esses três primeiros anos, nos esforçamos para cumprir todos os requisitos para ter uma boa avaliação junto à CAPES, ser reconhecida como uma Revista de alto nível na área de comunicação e, assim, atrair o interesse dos principais pesquisadores da área. Mas, com o desmonte dos sistemas de avaliação acadêmica em curso e, portanto, da falta de perspectivas de avaliação da CAPES, decidimos nos tornar mais receptivos à publicação de monografias de graduação e artigos de mestrandos e doutorandos. Entendemos que, dessa forma, ampliaremos o nosso público, o nosso reconhecimento e, portanto, caminharemos no sentido da democratização da RCD, mesmo que em detrimento dos duvidosos preceitos de excelência elencados pela CAPES. Portanto, professores, incentivem seus alunos de pós-graduação a publicar na RCD, pois, a partir de agora, estaremos mais receptivos.

E, já nessa direção, trazemos como primeiro artigo deste número a monografia de umas das principais revelações do jornalismo comunitário carioca. Em “O papel das novas tecnologias no jornalismo comunitário: Voz das Comunidades, do impresso ao digital”, Thaís Cavalcante da Silva discursa sobre os desafios e oportunidades que as novas tecnologias trouxeram para a comunicação comunitária. Partindo de sua definição e destacando o importante papel dos jornais comunitários para quebrar o monopólio da grande mídia e mostrar a outra realidade das periferias e favelas, a autora defende a hipótese de que a passagem do jornal impresso para o digital possibilitou oportunidades de crescimento, alcance e sustentabilidade para veículos comunitários. Para fundamentar essa tese, Thaís propõe como estudo de caso a análise da trajetória do Voz das Comunidades, jornal inicialmente distribuído de forma impressa nas favelas do Complexo do Alemão, e hoje disseminado a nível nacional e internacional por meio digital.

No artigo “Intervozes e a agenda da democratização da comunicação: um olhar sobre a atuação do coletivo” temos uma análise direcionada para a atuação do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), buscando entender como sua luta pela democratização da comunicação se faz presente na atual conjuntura política brasileira. Utilizando-se de argumentos de autores da EPC (Economia Política da Comunicação), o texto levanta pautas importantes para uma comunicação plural, comunitária e dialógica, visto que o Estado brasileiro não assume seu papel de regulador da mídia e garantidor de direitos. Um ponto importante apresentado é a atual política bolsonarista – que já se anunciava no governo Temer – de privatização e extinção de importantes órgãos públicos, e que tem posto em risco a atuação de redes públicas de radiodifusão, como a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), que

inclui a TV Brasil e a Agência Brasil. Podemos observar que a defesa da comunicação pública e não-hegemônica se tornou uma das principais reivindicações do Intervozes nos dias de hoje.

Em “Comunicação comunitária: uma perspectiva teórica do Empoderamento à Biopotência da Multidão” temos, a princípio, uma apresentação do panorama histórico dos diferentes discursos de viés comunitário da comunicação produzidos ao longo dos anos até a intensificação da globalização nos dias de hoje. Utilizando autores como Paulo Freire, que defende a conscientização (ou empoderamento) do sujeito através da educação para a libertação do estado de oprimido, o texto advoga que esse empoderamento precisa estar engajado em atos sociais comunitários para que haja transformação e inclusão daqueles que estão marginalizados. Seguindo esse raciocínio, o artigo traz articulações teóricas entre os termos comunicação comunitária, empoderamento, biopotência e multidão, a partir também das pesquisas de Peter Pelbart, Antonio Negri e Michel Hardt. O estudo busca levantar possibilidades de compreensão atualizadas sobre comunidade, enfatizando a importância de que a mesma se transforme e atue como “Multidão”, conceito no qual se pensa um conjunto de subjetividades individuais, mas não individualizadas, conscientes do meio em que vivem, unidas por uma força que traria mudanças sociais, políticas e culturais.

O artigo “O uso de determinados termos faz a diferença: um olhar essencial na garantia de direitos aos autores de atos infracionais com vistas para as manchetes do R7”, de Paloma Fernanda Martins Ferreira, aborda a problemática do uso da linguagem pejorativa utilizada em manchetes do portal de notícias R7 em relação às crianças e adolescentes que cometem atos infracionais. A partir de uma pesquisa extensa, a análise das manchetes expõe a discriminação e estigmatização que determinados grupos sociais são submetidos e inferiorizados, apontando o racismo estrutural que se estabelece em enunciados, discursos e palavras tendenciosas. Historicamente, as relações de poder se manifestam de diversas formas, e tal artigo nos traz à luz maneiras de combater preconceitos a partir de uma linguagem adequada, sem mecanismos de exclusão ou violação de direitos fundamentais de crianças e adolescentes que necessitam de apoio social.

Neste número recebemos nosso segundo texto em espanhol. Elaborado a partir dos esforços de um grupo que desenvolve um projeto de extensão junto a instituições de saúde nos pampas argentinos, o texto realiza uma análise comparativa da abordagem jornalística entre veículos nacionais e locais a respeito de uma declaração de um médico sobre o compartilhamento da erva mate no contexto pandêmico. Sendo

o uso da erva-mate de modo compartilhado um hábito dos argentinos, o trabalho traz reflexões importantes sobre como a comunicação pode contribuir para minimizar as contradições entre as questões sanitárias e culturais. No caso analisado, fica evidente, mais uma vez, a importância da comunicação comunitária no sentido de criar representações que orientem a conduta dos cidadãos e que sirvam de contraponto à espetacularização da imprensa sensacionalista.

E, para finalizar o nosso sexto número, trazemos uma entrevista com o professor indiano Daya Kishan Thussu. Após muitos anos lecionando comunicação internacional no Reino Unido, nas Universidades de Londres e Westminster, Thussu aceitou um convite para aprofundar suas pesquisas sobre a China e, atualmente, reside em Hong Kong, onde leciona na Escola de Comunicação e Cinema da Hong Kong Baptist University. A entrevista foi um presente de uma das nossas colaboradoras, a Prof^a Carolina Oliveira Matos, da Universidade de Londres, a qual enviamos um agradecimento especial.

Autor de mais de duas dezenas de livros sobre comunicação internacional, nos interessa, sobretudo, na obra de Thussu a sua perspectiva sobre a decolonização da produção acadêmica em comunicação. Ao longo da entrevista, o autor analisa os avanços recentes nessa perspectiva, sinaliza as tendências e oferece algumas dicas de leitura para aqueles que desejam conhecer mais a sua obra. Fizemos questão de traduzir a entrevista para o português, trazendo aqui a versão original e sua tradução, de modo a ampliar o seu alcance.

Essa entrevista marca também o início de um caminho que buscará estreitar as relações entre a RCD e os países do sul e sudeste da Ásia, na direção da valorização e ampliação das relações sul-sul, com vistas à promover tanto a nossa integração, quanto a ampliação de nossa representatividade no contexto da produção acadêmica internacional.

Como despedida deste número e do LCD, anunciamos o lançamento do livro “Comunicação Comunitária e Midiativismo – conceitos, métodos e experiência de pesquisa em dialogia”, que traz os nove artigos publicados pelo Laboratório de Comunicação Dialógica em diversas revistas científicas. O livro é, ao mesmo tempo, uma contribuição teórica, uma prestação de contas à todos os nossos colaboradores, especialmente àqueles que nos apoiaram com bolsas de estudo, e uma forma de comemorar a superação de todos os desafios e as diversas conquistas que tivemos ao longo dessa jornada de 10 anos. Prefaciado pelo Prof. Márcio Castilho, da UFF, e pela comunicadora popular do conjunto de favelas da Maré, Gizele Martins, o livro foi editado em parceria com o Núcleo Piratininga de Comunicação, onde exemplares já

estão disponíveis para a aquisição dos nossos leitores, com recursos inteiramente voltados para a promoção da comunicação comunitária carioca.

Muito obrigado a todos que colaboraram com o LCD e, aos leitores da RCD, boa leitura! Lembrem-se: vosso apoio será, mais do que nunca, fundamental para a consolidação da primeira revista voltada para o universo da comunicação dialógica em língua portuguesa.

Marcelo Hernandez, Milene Couto, Fernanda Paz, Esther Rufino
Membros do Laboratório de Comunicação Dialógica (LCD/UERJ)



O papel das novas tecnologias no jornalismo comunitário: Voz das Comunidades, do impresso ao digital

The role of new technologies in community journalism:
Voz das Comunidades, from print to digital

Thaís Cavalcante da Silva¹

Resumo: Este trabalho discute o impacto das novas tecnologias na produção do jornalismo comunitário impresso das favelas cariocas. Os objetivos são definir o conceito de comunicação comunitária, mapear a função do jornal impresso e entender se há uma relação entre sua transformação para o digital e a democratização da comunicação. Conclui-se que o fenômeno do crescimento digital acontece como solução para reinventar a criação e ampliar o compartilhamento do conteúdo do jornalismo comunitário para além do território.

Abstract: This paper discusses the impact of new technologies on the production of printed community journalism in Rio's favelas. The objectives are to define the concept of community communication, map the role of the printed newspaper and understand if there is a relationship between its transformation to digital and the democratization of communication. It is concluded that the phenomenon of digital growth happens as a solution to reinvent creation and expand the sharing of community journalism content beyond the territory.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário. Novas Tecnologias. Favelas. Digital.

Keywords: Journalism Community. New Technologies. Favelas. Digital

1. Introdução

As mídias de comunicação comunitária se consolidam no Brasil como instrumento de luta de causas populares nas décadas de 1970 e 1980, inicialmente com o movimento sindical e operário. A popularização dessa comunicação é fundamental para a reivindicação de direitos e serviços e, principalmente, para o fortalecimento do protagonismo dos movimentos populares após a ditadura militar no país.

As características que definem o crescimento dessa mídia são fundamentais para uma participação mais ativa, aberta e democrática na produção da informação. Segundo Peruzzo (2011), são especificidades presentes em muitos fatores, como na linha político-ideológica, nos modos de organização, na ligação com as organizações civis sem finalidade lucrativa, nas estratégias de produção/ação colaborativa, com vínculo local, participação ativa e liberdade de informação e comunicação.

A partir do surgimento de Novas Tecnologias de Informação (NTIC), que são definidas como tecnologias e métodos de comunicação, em 1990, a adaptação dos veículos ao novo formato começa lentamente.

¹ Pós-graduanda em Influência Digital: Conteúdo e Estratégia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Carioca (Unicarioca).

Nos anos 2000, as mídias comunitárias das favelas passaram por transformações impulsionadas pela cultura digital, recriando sua função e ampliando sua acessibilidade. Buscamos, então, respostas sobre o impacto sofrido nos territórios periféricos do Rio de Janeiro a partir desse processo.

Para refletir sobre o fenômeno, é fundamental compreender inicialmente o que é o jornalismo comunitário. Segundo Paiva, “o jornalismo comunitário se insere na própria discussão sobre os destinos do jornalismo a partir da perspectiva de ser imprescindível para a atualidade a busca de alternativas particulares para cada questão” (2006, p. 12).

Essa comunicação é um modo de organização e mobilização comunicacional em territórios periféricos para atender às necessidades locais, sendo possível avaliar o uso estratégico do mesmo como ferramenta de informação e disputa de narrativa, feita pelo povo e para o povo, sem nenhum tipo de vínculo comercial.

As características da mídia comunitária se definem fortemente pelo engajamento popular desde a sua implementação. Atendem também às necessidades locais, especialmente em relação aos aspectos culturais e identitários dos moradores de favelas. A partir disso, observamos como a função da mídia local é atribuída para além de um conteúdo noticioso, com o propósito inicial sendo adaptado às realidades sociais do território em que a mídia está inserida.

A construção de uma comunicação de dentro para dentro, ou seja, feita pelos moradores e distribuída para os próprios moradores, traz à luz experiências inéditas e questões reais, contadas por quem vivencia essa realidade. Dessa forma, a mídia local, especificamente no formato impresso, é percebida como um meio de comunicação diferente do tradicional e, principalmente, como um instrumento de reivindicação de direitos humanos. Outro aspecto atendido pelo jornal impresso comunitário é a sua adaptação no processo de possibilitar acesso à cultura, explorar hábitos do cotidiano e oferecer notícia gratuitamente.

Enquanto isso, as necessidades identitárias, culturais e democráticas da comunicação dos moradores de favelas também são reforçadas nas pautas e nos editoriais abordados, que se tornam fundamentais para analisarmos a memória local, quando moradores fazem a coleção de exemplares, como aconteceu com o jornal comunitário impresso *Voz das Comunidades*, que circula há 16 anos no Complexo do Alemão, um conjunto de favelas localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

A chegada das novas tecnologias e da cultura digital nas favelas cariocas são a oportunidade de expansão que as mídias locais encontraram para democratizar ainda mais a sua informação, para além de um território geográfico. De acordo com Castells,

“a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (2001, p. 8).

A mudança para o digital trouxe constantes modificações nas relações da comunicação periférica. Ainda segundo Castells,

o uso da Internet como sistema de comunicação e forma de organização explodiu nos últimos anos do segundo milênio. Então, ao acompanharmos o crescimento do sinal da internet no país e o barateamento de aparelhos tecnológicos como computadores e smartphones, é perceptível a mudança mercadológica em que os jornais começaram a perder sua tiragem impressa e a iniciar sua venda online timidamente (2001, p. 8).

O jornalismo comunitário também se transforma à medida que a cultura digital é introduzida em seu processo comunicacional. Os jornais impressos comunitários passam a ter menos financiamento e patrocínios. Para atingir seu público, o conteúdo veiculado no jornal passa a ser replicado em blogs e redes sociais, fazendo com que os leitores do conteúdo offline tenham acesso total à produção online e abrindo espaço para novos leitores, sem a limitação da circulação territorial característica do jornal impresso.

De acordo com a pesquisa “Direito à Comunicação e Justiça Racial” (ANSEL et al., 2014, p. 19) feita com 70 mídias locais cariocas, os veículos em formato digital representavam 55% do total contra 45% de jornais e revistas impressas, radiofônicas e audiovisuais, na última década. Em 2014, isso muda consideravelmente: a proporção dos veículos digitais chega a 74% do total, enquanto a dos últimos é de apenas 26%.

A partir dessa mudança significativa no formato do conteúdo noticioso, o presente trabalho aborda como a transformação digital é um fenômeno que acrescenta nesse processo de adaptação, desenvolvimento social e sobrevivência dos jornais comunitários cariocas na última década. Avalia ainda a relação da acessibilidade da informação para os leitores que consomem o jornalismo comunitário em formato físico e atualmente, por meio do uso da Internet. Observamos a construção de um papel social dentro da cultura digital e de que maneira ela foi inserida no processo vivido pela mídia local.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise do processo de transição de um jornal comunitário impresso para o contexto das novas tecnologias, comparando a função da comunicação local e suas possíveis mudanças a partir dessa conectividade. Pretende-se também relacionar as consequências da cibercultura à produção da informação nos espaços populares e entender como foi realizada a

expansão de um público restrito localmente para um público numericamente ampliado e territorialmente mais disperso.

A relevância do presente estudo existe em âmbitos diferentes: pessoal, comunitário e social. O projeto de pesquisa foi realizado a partir da percepção da necessidade de uma análise comparativa sobre a temática comunitária e suas transformações tecnológicas.

Soma-se a isso, também, a visão empírica de oito anos de trabalho de campo dentro das favelas cariocas por meio da atuação no jornalismo comunitário do *O Cidadão*, um dos primeiros jornais impressos do Rio de Janeiro, com mais de 20 anos de existência. O veículo de comunicação fica localizado no Conjunto de Favelas da Maré, que reúne mais de 140 mil residentes, segundo pesquisa do IBGE (2010), na Zona Norte do Rio de Janeiro.

O interesse pessoal em analisar o cenário que compõe as vertentes das novas tecnologias relacionado à comunicação nas favelas cariocas envolve necessidades. Com a experiência de jornalista a partir da atuação local e a preocupação com o futuro dos veículos comunitários impressos, pretende-se levantar questões sobre como a cultura digital influenciou o funcionamento dos veículos de comunicação e, principalmente, como os reinventou.

Ainda que as evoluções das novas tecnologias sejam fenômenos em constante mudança e que independem do desenvolvimento das mídias locais periféricas, elas trazem consigo oportunidades quando são praticadas.

De acordo com Castells “a introdução da informação e das tecnologias de comunicação baseadas no computador, e particularmente a Internet, permite às redes exercer sua flexibilidade e adaptabilidade, e afirmar assim sua natureza revolucionária” (2001, p. 8).

Sua atuação como um veículo local de grande transformação digital foi motivada para a escolha de sua análise. A partir disso, é dada a devida relevância para o estudo que analisa essa transição de processos comunicacionais, visto que foi escrito por quem tem a vivência da realidade e permite a exposição de percepções, necessidades e previsões fundamentais para a manutenção da democratização da informação nas favelas e periferias cariocas, considerando as próximas décadas.

A finalidade também é demonstrar de que maneira isso impactou o acesso à informação local, tendo como benefício a produção de conteúdo relevante sobre o território em que está inserido, com base em observação empírica, pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A primeira parte do trabalho faz uma revisão bibliográfica abordando conceitos, características e a dinâmica de chegada e desenvolvimento das novas tecnologias na atuação dos jornais comunitários situados nas favelas cariocas.

A segunda parte toma a atuação do jornal comunitário *Voz das Comunidades* como estudo de caso, buscando descrever o veículo, que é um dos maiores da cidade e o maior do Complexo do Alemão, que abrange quinze localidades. Seu formato já foi impresso e, atualmente, o veículo domina o digital. “Voz”, como é conhecido popularmente, é o jornal comunitário carioca com o maior público nas redes sociais, se comparado aos outros veículos.

Possui uma equipe fixa e comunicadores voluntários que alimentam o portal de notícias desde 2012 e um aplicativo com *hardnews*² sobre as favelas, lançado em maio de 2020. Em entrevista com Melissa Cannabrava, que é coordenadora de Comunicação do jornal, ela apresenta a trajetória do veículo no campo da inovação ao ampliar os leitores e seguidores para além do território periférico, onde está localizada sua sede e seus correspondentes comunitários. Desse modo, o estudo bibliográfico se utiliza de fontes primárias e secundárias e os resultados da análise de dados são qualitativos.

Tendo em vista que o estudo discute o impacto das novas tecnologias na produção do jornalismo comunitário impresso das favelas cariocas, o tema atualiza a respeito de uma tendência que já é realidade neste cenário, com o uso dos meios digitais para comunicar e crescer em diferentes âmbitos.

Sua relevância social também apresenta o contexto da desigualdade social em que os jornalistas comunitários e seus veículos locais estão inseridos, de que forma é realizada esta articulação e como fazem para criar novas soluções com recursos limitados em territórios de extensa vulnerabilidade.

Para o debate científico, o presente estudo traz uma perspectiva local, a partir do recorte de transição de formatos e de como o jornalismo abordado tem se articulado para garantir a sobrevivência. Levanta-se novas possibilidades de produção, detalhes de como fazer e soluções para veículos que não possuem mais circulação impressa, assim como acontece com os jornais tradicionais, que tiveram menos venda de jornal impresso e mais venda de assinatura digital em 2019³. O comunitário está se reinventando.

² *Hardnews* significa, em inglês, uma notícia importante para o interesse político, cotidiano e econômico.

2. Conceito de Jornalismo Comunitário

O jornalismo comunitário é democrático e feito de forma colaborativa pelos moradores e para os moradores do local em que está inserido. De acordo com Paiva, “o foco agora é na produção de uma proposta objetiva de jornalismo, adaptado à realidade social, econômica, política, cultural e afetiva na cidade do Rio de Janeiro” (2006, p. 2).

Podemos citar outros formatos de comunicação, como cartaz, panfleto, grafite, faixa, jornal, revista, entre outros. Uma produção pensada especificamente no público-alvo, moradores de favelas e periferias, e suas condições sociais.

Independentemente de como a informação foi criada e/ou divulgada, o objetivo é o mesmo: alcançar, gratuitamente, o maior número de pessoas que moram no território em que o veículo está localizado, oferecendo histórias e notícias referentes especificamente ao seu espaço de atuação.

Uma das formas mais tradicionais que os moradores e comunicadores de favelas e instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs) encontraram inicialmente para o compartilhamento do conteúdo jornalístico é por meio da circulação no formato impresso.

Os temas abordados geralmente são de notícias relacionadas à cultura local, à segurança pública, aos artigos de opinião, à prestação de serviços, aos perfis de líderes comunitários, aos projetos sociais e aos conteúdos que fortalecem a memória, a identidade e o orgulho de pertencer à favela, espaço historicamente marginalizado quase que de forma unânime pela mídia tradicional, que reforça essa criminalização para a sociedade a partir da sua cobertura sobre o tema.

A produção de um jornal comunitário tem o seu significado literalmente como norteador dos seus atos. Todos os processos que uma redação jornalística tradicional faz, por exemplo, é similar à redação do veículo nascido localmente, porém com um tamanho significativamente menor de pessoas na equipe, de espaço e de equipamentos de trabalho. A participação da equipe é colaborativa nas decisões e na prática das ações - desde a escolha das pautas até a própria distribuição do jornal, que é feita de porta em porta por ruas, becos e vielas dos territórios periféricos.

Segundo Bentes (2016), a comunicação é a própria forma de mobilização, não é simplesmente uma “ferramenta”, mas verdadeiramente um campo de ativismo explorado pelas mídias não tradicionais que levantam seus editoriais e patrocínios com viés político e ideológico, mas mantém publicamente o seu caráter imparcial.

³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/digital-melhora-mas-circulacao-de-jornais-ainda-e-menor-do-que-em-2014/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

A partir disso, Bentes nos apresenta um caminho distinto traçado pela comunicação não tradicional e destaca que o fenômeno de participação social pode ser chamado de midiativismo, utilizando a mídia, as redes sociais e os celulares para produzir um movimento mobilizatório.

Dentro desse contexto, o voluntariado é uma característica forte e a base do trabalho local de uma mídia comunitária voltada para o fortalecimento da cidadania e da democratização da informação.

Em um cenário de excessiva espetacularização, baixo investimento do esforço cognitivo dos indivíduos, na frágil capacidade interpretativa da sociedade como um todo para com os fenômenos sociais, além do descarte dos processos contextualizatórios e historicizantes; é neste ambiente que se concebe como expressamente necessárias a pesquisa e a experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social (PAIVA, 2006, p. 3).

Percebemos que as relações humanas dentro da comunicação comunitária são um importante meio comunicacional que os moradores utilizam para noticiar sua realidade com as próprias palavras, a partir de uma narrativa sem preconceitos, estereótipos e/ou intenções lucrativas.

A partir da iniciativa de grupos engajados na causa de fazer essa comunicação ainda na década de 1980, e com a percepção do poder que é viver em comunidade e trabalhar em prol do mesmo objetivo, constata-se que veículos de comunicação comunitária foram se desenvolvendo em paralelo à formação dos morros do Rio de Janeiro.

Desde que as favelas foram estruturadas e resistiram às questões sociais, os jornais impressos e as rádios comunitárias foram os principais veículos utilizados para compartilhar notícias locais em comunidades com grande histórico de luta por direito à moradia, ao trabalho, à comunicação e à educação.

O fortalecimento desses direitos se relaciona como um dos impactos da comunicação comunitária dentro de uma comunidade, colocada por Peruzzo (2009), como a que, por essência, não possui fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e de mobilização. Principalmente, trabalha a participação ativa e horizontal, que significa o mesmo nível hierárquico.

Nota-se que a afirmação da autora fortalece e legitima o processo comunicacional das favelas, que em suas comunicações resistem para manter o seu funcionamento, pois não possuem uma sustentabilidade financeira e de pessoal para se manter, efetivamente.

O caráter social também fortalece seu papel dentro da comunidade e aproxima os leitores em uma grande rede mobilizatória de informação, assim como constrói direitos básicos e fundamentais para a existência do veículo dentro do território e a residência a partir de sua atuação nele.

3. Direito à comunicação nas favelas

A comunicação está relacionada à cidadania, pois é um direito humano. E o direito à comunicação é exercido há décadas por veículos, mídias e jornalistas comunitários dentro dos territórios populares. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, “o direito humano à comunicação é um desdobramento das transformações sociais modernas, acumulado com o progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (UNESCO, 1983, p. 287).

O fortalecimento desse direito é praticado em territórios socialmente marginalizados a partir da organização popular, que desenvolve e cria alternativas comunicacionais de acordo com sua necessidade, visto que não se reconhece no que é dito sobre as favelas em notícias sensacionalistas veiculadas em televisão, rádios, portais e jornais impressos comerciais.

Segundo Brittos et al., “na prática, no entanto, muito pouco ou nada se faz, por parte do Estado, para a efetivação desse direito, não obstante os esforços realizados por diversas organizações da sociedade civil” (2008, p. 72).

Os veículos comunitários foram criados para contrapor as grandes empresas de comunicação que monopolizam a distribuição da informação e que garantem, também, o poder na política. Como exemplo, podemos citar a televisão brasileira que é concessão do Estado e é o veículo dominado por dezenas de famílias de empresários com alto poder aquisitivo.

Essa contranarrativa é feita a partir de produções autorais, legítimas e que colocam os moradores de favela como protagonistas, seja direta ou indiretamente. A disputa de audiência acontece com uma distinção de poderes visíveis: o poder financeiro e de influência e o poder do povo.

O direito à liberdade de expressão e informação encontra-se entre os direitos de primeira geração. No entanto, com a evolução da comunicação, tais direitos passaram a ser considerados insuficientes para regular a comunicação, um direito de quarta geração, então, de tutela da informação, um bem extremamente valioso em todas as sociedades humanas. A posse dessa informação sempre foi sinônimo de poder, bem como o controle dos meios pelos quais ela é posta em circulação (BRITTOS, 2008, p. 74).

Portanto, a comunicação feita de dentro para dentro possui distinções claras e encara o problema da realidade não contada sobre as favelas cariocas pela mídia tradicional. O processo de disputa de poder a partir do uso da informação apresenta distinções oriundas do local e seu ineditismo, do lugar de fala e da vida cotidiana, além de um diferente recorte da realidade.

Dessa maneira, podemos considerar que o jornalismo comunitário tem ampla função social ao divulgar acontecimentos de importância local, lutar por direitos, dar apoio à comunidade em que está inserido, reforçar a importância da democratização da informação por meio de atitudes e trazer acesso à informação para a população mais vulnerável.

4. Jornal impresso como ferramenta de acesso à informação

O jornal comunitário impresso é um facilitador do compartilhamento de informações nas favelas cariocas e possui elementos importantes para que as notícias cheguem ao seu leitor de modo efetivo, ainda que não seja provido de recursos financeiros. Seu consumo independe de conexões virtuais; seu formato traz uma experiência de leitura em diferentes lugares; seus elementos visuais informam pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade; e seu alcance é amplo, visto que é possível compartilhar o impresso para outro familiar.

Contudo, sem uma formalização ou legislação para o seu funcionamento e manutenção, os jornais existentes nas favelas cariocas são invisibilizados devido à sua falta de regulação, o que impede seu desenvolvimento e dificulta sua sobrevivência.

Os jornais impressos são contabilizados em mapeamentos independentes e pesquisas institucionais sobre veículos de comunicação. Independentemente dos diferentes contextos sociais, a busca compreender o objetivo, o funcionamento, a sustentabilidade e o que estimula o engajamento, a confiança e a participação da população nas frequentes mobilizações e articulações territoriais incentivadas pelos grupos que compõem os jornais locais.

Podemos observar iniciativas recentes, como o “Mapa da Comunicação Comunitária”⁴, uma plataforma de georreferenciamento que reúne veículos de comunicação comunitária de todo o país, a partir do entendimento de que são mídias oriundas de territórios periféricos e que possuem participação popular.

A iniciativa foi realizada pelo Data Labe⁵, que mapeou colaborativamente 39 projetos da área e ainda mantém a plataforma aberta para inscrições, com o objetivo de reunir mais iniciativas e de construir um panorama ampliado acerca do tema.

O mapeamento iniciou-se a partir da filtragem de dados colhidos na pesquisa “Direito à Comunicação e Justiça Racial”, que mapeou 118 veículos alternativos/comunitários/populares em 2014, todos localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nesse caso, é possível observar a falta de mapeamento dos veículos cariocas e a importância da produção de dados para o estudo sobre o tema dentro da área comunicacional. A produção de notícias feita pelos veículos de comunicação mapeados garante a manutenção da história da população que vive nesses territórios e o seu funcionamento.

Ao analisarmos o jornalismo impresso produzido nas favelas, suas características podem mudar: editorias, formatos e, principalmente, as equipes de voluntários, que possuem grande rotatividade. O que não muda é o impacto, feito a partir da escolha de pautas, fotos, ilustrações, diagramação, adaptação da linguagem, entre outros aspectos.

Raquel Paiva, autora e especialista no tema, destaca que “a comunicação comunitária é aquela que efetivamente possa comprometer o indivíduo com o exercício da sua cidadania, que possa permitir-lhe uma atuação no seu real-histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas a sua volta” (2003, p. 49).

Dessa forma, podemos considerar que a função dos colaboradores de um jornal comunitário não é apenas compartilhar informação aos moradores, mas também usar o seu trabalho como ferramenta de transformação social. Esse processo vai além de atividades como planejar, desenvolver, finalizar e distribuir conteúdo jornalístico.

É uma disputa de narrativa contra a mídia tradicional. Uma disputa desigual, ainda que o jornalismo comunitário se destaque por seu ineditismo, tenha proximidade com seus leitores, distribua gratuitamente o seu conteúdo e mantenha total credibilidade em suas produções.

Segundo Peruzzo (2000), a corrente da “comunicação popular, alternativa e comunitária” caminha na direção contrária à de grandes veículos: normalmente ela está vinculada a grupos sociais e a movimentos populares comprometidos com mudanças sociais. Esse processo de construção é válido principalmente porque os seus produtores estão vivenciando as pautas das reportagens e sabem da necessidade de cada tema escolhido e sua relevância local.

⁴ Disponível em: <http://mapa.datalabe.org/>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁵ Disponível em: <https://datalabe.org/>. Acessado em 22 de maio de 2020.

A partir da afirmação de Peruzzo sobre o vínculo dos grupos que produzem essa comunicação aos movimentos populares, podemos constatar que mesmo não sendo único, o jornalismo comunitário é parcial, tem opinião, editorial e interesses políticos, não necessariamente político-partidário, principalmente quando traz para o debate o tema dos direitos humanos e faz reivindicações de serviços para o poder público e para as autoridades competentes.

Podemos avaliar as afirmações de Paiva (2003) e Peruzzo (2000) como complementares, no sentido de que, para ser um participante ativo no veículo que produz e valoriza o social, não é possível exercer a cidadania sem a busca pela mudança social e pelos direitos básicos. Portanto, o objetivo do trabalho voluntário não necessariamente está ligado a uma instituição em si, mas à atuação de seus agentes e ao seu impacto local.

Segundo Guareschi (2013), nenhuma sociedade pode se manter, muito menos se transformar, sem que haja algo que a sustente e a reproduza socialmente. E esse é o papel dos meios de comunicação.

Definitivamente, ele traz à luz a valorização desses veículos para além do técnico e do profissional, pensando na relevância para a sociedade a partir do seu formato e de suas características tão ímpares e tradicionais dentro das mídias comunitárias. Uma delas é a proximidade com os objetos sociais da notícia, o retorno direto do leitor, o impacto pessoal de reproduzir uma denúncia e até a mistura da vivência como morador e do trabalho como jornalista em comunidade.

A comunicação feita no jornal possui exclusividade na forma de fazer e, principalmente, no ineditismo da cobertura e de pautas publicadas em artigos, matérias e reportagens. A partir da percepção local de que existem profissionais e/ou não profissionais que atuam neste movimento pela democratização da comunicação dispostos a produzir, surge a necessidade de participação. Os próprios moradores consomem o conteúdo e fazem parte da causa, que vai além da linha editorial, mas segue o caminho da necessidade em falar do próprio território em que estão inseridos.

A partir dessa dinâmica de comunidade, é comum os leitores conhecerem pessoalmente o repórter que deu entrevista, pois os comunicadores são os próprios moradores do local. Eles enxergam a oportunidade de serem representados com um olhar sem preconceitos e mais próximo da realidade.

Podemos comparar com veículos comerciais, e é possível perceber a diferença na humanização dos temas periféricos e na intenção do uso das palavras, que carregam significados e são contextualizadas distintamente. As

pautas exploradas pelos jornais comunitários são colocadas na contramão das informações praticadas fora das comunidades.

Visto isso, é possível observar que o cuidado para não praticar o reforço de estereótipos relacionados à favela é feito diariamente, especialmente na abordagem de temas relacionados à violência e à pobreza, amplamente explorados pela mídia tradicional.

A função local é tão objetiva que podemos citar editorias de veículos comunitários impressos voltadas apenas para publicar notícias positivas, como agenda cultural, histórias de superação, conquistas de jovens, projetos sociais, novos equipamentos educacionais, iniciativas inovadoras e outras temáticas que reforçam toda a potência que as favelas e periferias têm.

Desse modo, essa escolha traz um olhar mais humano e de fortalecimento cultural e cidadão, em direção à população que não se sente representada quando se vê nos jornais da imprensa tradicional.

A construção do novo olhar e do sentimento de pertencimento do morador de favela acontece a partir da atuação efetiva do jornalismo comunitário no território. É a mudança de percepção dos leitores que vivenciam o que leem e é uma forma de entender o seu lugar dentro de onde está inserido. Podemos afirmar que o fortalecimento da memória local e da identidade é fundamental para uma sociedade mais justa, que reconheça as favelas como parte indispensável dela.

Sobre a proximidade com o leitor a partir do diálogo íntimo com a identidade e memória local, Paiva “aborda o jornalismo relacional, esclarecendo que é neste ambiente que se concebe como expressamente necessárias a pesquisa e a experimentação em direção ao interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social” (2006, p. 3).

Portanto, perceber o impacto social quando assuntos de interesse público e interesse local são abordados de forma comunitária têm significado, pois representam positivamente e demonstram como é feita a construção de conhecimento a partir da produção da informação.

As notícias são buscadas no cotidiano desses espaços, facilitando a cobertura de eventos, entrevistas e registros fotográficos - privilégio e trabalho exclusivo de fotojornalistas moradores do local. Sobre a escolha de um acontecimento de interesse direto para uma coletividade, Paiva (2006, p. 13) afirma que isso torna-se fato jornalístico e, para tanto, recebe o tratamento que vai caracterizá-lo definitivamente como assunto pertinente e parte da agenda temática da coletividade, portanto, pauta do jornal impresso.

Assim como afirma Paiva, podemos garantir que a coletividade tenha a participação popular e, muitas vezes, os próprios moradores se colocam como pauta por vontade própria, entendendo-se como sujeito de um território potente e enxergando o seu papel na transformação a partir de sua própria história, atividade ou iniciativa exposta no veículo de comunicação do seu território.

A comunicação comunitária e o seu jornalismo teriam esse papel educativo, sempre com as classes populares como geradoras e protagonistas.

5. Jornalismo local no enfrentamento à exclusão digital

A cultura digital, que facilitou a relação da realidade com o virtual, só foi possível a partir do surgimento das Novas Tecnologias de Informação (NTIC), como computadores pessoais, *websites*, *Wi-Fi*, fotografias digitais, telefones celulares, entre outros objetos ou recursos tecnológicos. Eles surgiram no contexto da Revolução Informacional, fenômeno que altera as relações sociais e comunicacionais.

O avanço das novas tecnologias e o crescimento da internet fizeram a sociedade mudar seu comportamento, suas relações e, principalmente, a maneira de se comunicar. Segundo Giannotti (2016, p. 192), em 1994, se popularizaram os primeiros provedores de Internet. Nesse mesmo ano, era criada globalmente a primeira plataforma em que o próprio usuário comum poderia criar sites - a "GEOCITIES". A partir daí a internet foi incorporada ao arsenal comunicacional dos brasileiros e do resto do mundo.

A construção colaborativa foi fundamental nesse processo de descoberta e adaptação dos veículos impressos, com a utilização de blogs e a criação de redes sociais para esses meios de comunicação. Ainda que a principal fonte de informação dos leitores continuasse sendo o veículo impresso, devido a pouca acessibilidade à internet, a nova onda de produção de conteúdo começa a se tornar uma possibilidade de ampliação à contranarrativa que ultrapassa barreiras geográficas e de classe, especialmente na imprensa tradicional e nos seus formatos televisivo e impresso.

Podemos analisar que o século XXI foi decisivo para a transformação mais significativa dos veículos de jornalismo comunitário das favelas cariocas. Nas periferias do país, a busca pelo uso da internet não foi diferente, mas a falta de acessibilidade e financiamento na distribuição teve restrições.

Historicamente, as favelas e periferias do país não possuem cobertura de operadora telefônica, suporte técnico com visita residencial, entre outras condições

de aparatos tecnológicos, o que podemos chamar de desigualdade digital⁶. Para participar deste movimento mundial que é estar conectado, com acesso ininterrupto à internet e todas as suas vantagens, começou uma relação da sociedade ainda maior com territórios de maior vulnerabilidade.

Podemos citar o surgimento da *lan house*⁷ como um espaço inovador que praticou a inclusão digital localmente e que rapidamente se popularizou nas favelas cariocas. O frequentador paga um valor fixo de acordo com o tempo que considera necessário e utiliza a internet no computador disponível da loja. De acordo com o Comitê Gestor de Internet no Brasil, em 2007, as *lan houses* foram responsáveis por quase 50% dos acessos à Internet no país.

Como uma oportunidade de facilitar o processo de democratização da informação, a população moradora das favelas entendeu a diferença na acessibilidade a partir do seu lugar de vivência e se integrou como parte da sociedade conectada. *Lan house* é uma iniciativa que encontrou formas próprias de diminuir a desigualdade digital pela solução de problemas.

A partir dessa reflexão, podemos observar que, de acordo com Brittos e Collar, “há um abismo tanto instrumental quanto cognitivo, uma vez que parcela significativa da humanidade está à margem dos novos espaços de discussão e criação” (2008, p. 109).

O consumo do conteúdo virtual, inicialmente, se restringiu àqueles que possuíam boas condições financeiras para obtê-lo, tanto os aparelhos eletrônicos quanto o acesso à própria rede. Quando as soluções digitais começam a chegar nos territórios periféricos, a população se coloca como parte do universo digital e passa a consumir a informação com autonomia.

Seja na busca por informação, lazer ou até na produção de conteúdo, a *lan house* passa a ser a própria ponte de acesso à Internet e garante mais acessibilidade à informação, considerando aqueles que sabem utilizar computador e quem pode pagar pelo acesso.

Enquanto as rádios comunitárias e os jornais impressos circulavam oferecendo conteúdo gratuito a partir de uma cobertura local sem a necessidade de conexões, o universo digital passou a dividir a atenção desses leitores.

Seja para consumo, seja para a produção de informações, podemos afirmar que:

Com a chegada da primeira versão da Internet, o número de produtores de informação se ampliou, mas a participação ainda era limitada. Na chamada INTERNET 2.0, a interação se tornou mais comum. Com isso, a

⁶ Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20154>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁷ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=la0Wd>. Acesso em: 22 maio 2020.

comunicação dos vários grupos sociais poderia aumentar de volume (GIANNOTTI, 2016, p. 195).

Percebemos ainda que a falta de acessibilidade exista para parte dos leitores periféricos, e as possibilidades de novas conexões e oportunidades comunicacionais estavam relacionadas ao processo de transformação local que agora começam a acontecer a partir de experiências.

Com a participação das autoridades municipais e Associações de Moradores⁸ para iniciar esse movimento pela democratização da informação localmente, a internet torna-se o principal meio dessa convergência midiática, ou seja, quando os meios de comunicação se adaptam à internet, usando isso como oportunidade para um maior alcance social.

6. Mudanças no consumo da notícia

A partir do bom funcionamento desta alternativa e com as novas descobertas comunicacionais, começam então as mudanças das mídias locais, principalmente do jornal comunitário impresso, tradicionalmente conhecido e popular entre seus leitores. De acordo com Brittos e Collar, “a mídia impressa descobriu a possibilidade de tornar-se também eletrônica e existir em tempo (quase) real” (2008, p. 278).

Como afirmamos acima, podemos considerar a possibilidade de novas alternativas para a comunicação local e para o jornalismo comunitário das favelas cariocas a partir das conexões oriundas dele. A partir das mudanças realizadas nos processos comunicacionais periféricos, é possível afirmar que as consequências dessa transformação foram rápidas.

De acordo com a publicação comparativa realizada pela pesquisa “Direito à Comunicação e Justiça Racial” (ANSEL et al., 2014, p. 24), em 2011, apenas 15% dos veículos identificados eram editados/alimentados em versões impressa e digital, e 29% das iniciativas cujo veículo principal era impresso, audiovisual ou radiofônico tinha página na internet; no levantamento atual, verificou-se que 81%, equivalente a 51 das iniciativas tinham aos menos um veículo complementar, todos digitais - com apenas uma única exceção.

Os veículos passaram a se adaptar aos poucos à nova realidade global, a partir das possibilidades de atuação e do entendimento de que maneira as atitudes relacionadas ao formato da comunicação poderiam impactar positivamente ou negativamente no seu público-alvo, já acostumado a determinadas práticas locais.

⁸ Disponível em: <https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/2497223/associacao-de-moradores>. Acesso em: 20 maio 2020.

Podemos citar: a coleção de jornais impressos; a sugestão de matérias e o feedback das publicações presencialmente; o voluntariado nas práticas mobilizadoras que envolvem pendurar cartazes, entregar os jornais de porta em porta, buscar anunciantes na visita presencial em cada comércio; entre outras práticas.

Para exemplificação, apontamos a seguir a experiência de um veículo de comunicação comunitária com 15 anos de existência e que resistiu e se adaptou às mudanças tecnológicas e ampliou, ainda mais, seus serviços e o alcance do seu público-alvo a partir de suas ações relacionadas ao engajamento digital de leitores, empresas e influenciadores.

7. Estudo de caso do Jornal Voz das Comunidades

O jornal comunitário *Voz das Comunidades* é um projeto de comunicação que deu origem à ONG de mesmo nome. A sede e seus fundadores são residentes do Complexo do Alemão, um dos maiores conjuntos de favelas da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

No Alemão, vivem cerca de 180 mil pessoas, divididas em quinze comunidades do conjunto de favelas: Morro da Baiana; Morro do Alemão; Favela da Alvorada; Favela Nova Brasília; Favela das Palmeiras; Favela Fazendinha; Favela da Grota; Favela da Matinha; Morro dos Mineiros; Favela das Casinhas; Morro do Adeus; Favela Areal; Favelinha da Skol; Reservatório; e Área 5.

Ainda que os territórios sejam geograficamente subdivididos, podemos afirmar que eles têm especificidades e possuem necessidades, por isso produzem comunicações em diferentes formatos de narrativas para alcançar o seu público hiperlocal. Nesse sentido, podemos encontrar no Complexo do Alemão outras experiências de comunicação local, como: o próprio jornal *Voz das Comunidades*, o Coletivo Papo Reto, a Rede Gato Mídia e o Jornal Alemão Notícias.

As iniciativas citadas surgiram no período em que a comunicação digital estava sendo adotada pela juventude para criar alternativas de interação e compartilhamento de informações, a partir dessa ferramenta rápida e fundamental para a comunicação entre os próprios moradores. Não à toa, essas mídias locais online adquiriram visibilidade quase que instantaneamente.

Já o presente estudo aborda especificamente o jornal *Voz das Comunidades*, projeto da ONG Voz das Comunidades. Antes de apresentarmos o jornal e a sua experiência comunicacional de transição entre o formato impresso e digital,

precisamos entender o seu trabalho a partir de um contexto mais profundo, analisando a trajetória social e comunicacional.

A organização possui uma atuação com forte engajamento de seus colaboradores, em projetos de comunicação e em projetos que estimulam ações sociais e mobilização local. Devido à expansiva visibilidade da ONG Voz das Comunidades, ela realiza seus projetos com o apoio de uma equipe fixa e de voluntários - moradores de favelas e apoiadores - assim como de grandes personalidades.

A primeira vertente é a da comunicação, que abrange o portal de notícias, o aplicativo, as redes sociais, os grupos de compartilhamento de mensagem e a parceria com anunciantes, marcas, institutos e comerciantes locais para garantir o funcionamento do trabalho.

A segunda vertente abrange os projetos sociais e de voluntariado, que são realizados anualmente em datas comemorativas, como Dia das Mães, Páscoa, Dia das Crianças e Natal; podemos citar distintos outros momentos de apoio social com a doação de alimentos, como no período de pandemia global vivido no primeiro semestre de 2020 e de consequências financeiras e de saúde severas, que prejudicaram especialmente as favelas cariocas.

A história do Voz começou a partir da iniciativa de comunicação, com a ideia de Rene Silva, morador do Morro do Adeus, quando fundou em 2005 o impresso com o nome ainda no singular “Voz da Comunidade” no Complexo do Alemão. Sua inspiração começou ainda aos 11 anos, quando sentiu a necessidade de participar do projeto de jornal escolar.

O objetivo inicial era explorar e relatar os problemas sociais e as histórias interessantes que existiam na Escola Municipal Alcide de Gasperi, em que estudava com seu irmão Renato Moura no bairro de Higienópolis, próximo ao Complexo do Alemão. Como não podia participar da construção do jornal devido à idade, levou a ideia de comunicação local para a sua favela e, a partir de articulações locais e planejamento, consolidou o seu projeto independente de jornal comunitário.

Para baratear a produção e garantir a distribuição dos primeiros 100 exemplares, o jornal era feito no formato A4 e com dobras, totalizando quatro páginas. Com o apoio de professores e da direção da escola, o jornal era impresso e entregue em cada casa dos moradores do Morro do Adeus. Nesse período, a equipe mirim contava com Rene Silva, Renato Moura e outros colegas.

Inicialmente, o projeto buscava denunciar os problemas da comunidade e divulgar pequenas iniciativas de comerciantes. Depois, a sustentabilidade do jornal precisou ser repensada. A preocupação era manter a impressão, gasto principal de

Rene. Uma solução para a questão foi dar visibilidade ao jornal, apresentando-o frequentemente aos moradores, construindo credibilidade e confiança ao circular no território. As questões apresentadas se dificultaram devido a pouca idade dos participantes do projeto.

De acordo com Giannotti (2016, p. 123), Rene teve a ideia de, não só divulgar pequenas iniciativas, mas também de vender anúncios como forma de arrecadar dinheiro para arcar com os custos do jornal. A cada linha, cobrava R\$ 0,15. Chegou a ter anúncios de 40 linhas. Aumentou as páginas e a tiragem do jornal. Passou a fazer 300, 400, 500 cópias de até 12 páginas coloridas.

As características do *Voz das Comunidades* se diferenciavam dos demais veículos impressos tradicionais: linguagem simples, imagens que contam histórias sem sensacionalismo e, principalmente, que abordam problemas locais não pautados na imprensa tradicional com o objetivo de resolvê-los.

A veiculação do jornal impresso e gratuito precisava de sustentabilidade, e em formato tabloide era possível garantir a publicidade paga a partir da contribuição mensal de comerciantes locais. Porém, para a garantia do seu crescimento, era necessária uma parceria com grandes anunciantes que mantivessem o funcionamento a longo prazo, visto que o jornal não era um produto, e sua impressão não visava ao lucro.

O jornal que circulava apenas no Morro do Adeus, se expandiu graças às novas tecnologias. Ele foi conhecido a nível nacional dia 28 de novembro de 2010, devido à cobertura ao vivo que o comunicador Rene Silva fez em seu microblog e no Twitter, sobre a invasão militar no Complexo do Alemão. Com poucos seguidores, o jovem não intencionava viralizar, ou seja, ter um grande compartilhamento de notícias locais para todo o Brasil e até para outros países.

A ação militar malsucedida tinha como objetivo a realização de uma ocupação nas comunidades para, posteriormente, instalar as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas do Complexo do Alemão. Podemos afirmar que o conflito local só teve repercussão nacional assim que o caso ganhou visibilidade na internet a partir da narração de Rene em sua rede pessoal e, também, na rede social do jornal *Voz das Comunidades*.

O olhar local de Rene foi a fonte principal que alguns amigos, mas especialmente a imprensa e famosos, tinham para acompanhar esse período de conflitos armados constantes. O episódio recebeu olhares externos e ampliou a visibilidade do jornal local a nível nacional.

Com muita articulação e apoio, garantiu o seu funcionamento e até uma equipe fixa de colaboradores, além do voluntariado. Segundo Melissa Cannabrava, atual coordenadora de Jornalismo e colaboradora há 9 anos do projeto, para a entrega do jornal impresso, além da participação da própria equipe que produzia as pautas, o jornal possuía uma equipe de logística, com cerca de 10 crianças. Entregavam gratuitamente os impressos de porta em porta e no comércio local onde tinha maior circulação de pessoas, como padaria, pequenos mercados e Associações de Moradores do Alemão.

São 15 anos de jornal, mas seu principal objetivo não mudou, que é a prestação de serviços de utilidade pública, informação e assistência social para os moradores, característica fundamental para analisar também os editoriais do impresso que não mudaram com o tempo, apenas o número de páginas disponíveis para a impressão. Podemos citar os editoriais: Serviço, Segurança Pública, Entretenimento, Oportunidades, Colunistas, Empreendedores, Favelas e outras variações.

Muito além de informar, o jornal construiu um relacionamento de aproximação e identidade, segundo Melissa Cannabrava, que considera essa troca muito mais do que o esperado de um veículo de comunicação. O projeto inspirou outros jornalistas comunitários a criarem seus próprios jornais locais digitais, como os portais Voz da Vila Kennedy, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro e o Portal NORDESTEuSOU, localizado em Nordeste de Amarelinha, na Bahia.

8. Novas oportunidades no uso da comunicação digital

Até o início de 2017, o jornal impresso *Voz das Comunidades* era distribuído a cada seis meses. Depois passou para a circulação bimestral e em setembro de 2019 foi distribuída a última edição impressa, com 10 mil exemplares em 16 páginas coloridas e distribuição por diferentes favelas cariocas.

Para Melissa Cannabrava, a pausa na produção na comunicação em formato impresso foi impulsionada, principalmente, pela necessidade de mais agilidade na cobrança de serviços às autoridades e da demora do compartilhamento da informação, que dificulta a comunicação rápida com seus leitores.

Financeiramente, o investimento no impresso deu lugar a outros projetos de comunicação, como o "Cinema no Morro", iniciativa que oferece exibição gratuita de filmes para crianças moradoras de favelas, e feita com o apoio do jornal *Voz das Comunidades* em parceria com o espaço Konteiner, localizado na Vila Cruzeiro.

Segundo Giannotti (2016, p. 126), Rene avaliou que uma publicação no Twitter dava resultados mais rápidos para a solução dos problemas sociais na

comunidade. Já a notícia publicada no jornal demorava minimamente o tempo de produção do jornal: um mês.

Apostando ainda mais em projetos que visam estimular a rapidez da informação, o *Voz das Comunidades* investiu na comunidade digital. A partir desse fato, podemos analisar como as transformações sociais precisam se adequar às transformações digitais para atender às suas necessidades e continuar mais próxima dos moradores.

Em 2020, o jornal comunitário lidera em seu segmento na internet: o portal de notícias tem cerca de cinco a seis mil acessos por dia; somando as principais redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter e YouTube, e o jornal possui mais de meio milhão de seguidores, exatos 669,378 mil⁹. Em apenas uma semana de lançamento do aplicativo “Voz das Comunidades”, que oferece *hardnews* sobre as favelas cariocas, foram mais de 10 mil downloads.

Não só, mas uma das ferramentas mais usadas pelo veículo para facilitar a aproximação com os moradores são os grupos de WhatsApp e de Facebook. Segundo Melissa Cannabrava, a equipe do jornal administra dois grupos no Facebook e 18 grupos no WhatsApp, em que a temática principal é o Complexo do Alemão e grupos com moradores de outras favelas que o jornal também possui forte atuação, como Vila Kennedy, Cidade de Deus, Vila Cruzeiro, Santa Marta e Rocinha.

Os grupos de WhatsApp possuem o limite máximo de membros permitidos pelo aplicativo. Considerando 256 membros cada, 18 grupos equivalem a 4.600 pessoas reunidas virtualmente. Já os dois grupos de Facebook somam cerca de 31.921 participantes.

As interações em ambas as redes sociais são diárias e espontâneas, ou seja, os usuários que são moradores de regiões impactadas pelo “Voz” criaram uma grande conexão para compartilhamento de informações locais, interação e até para fazer a divulgação de serviços e produtos da região.

Dessa forma, os grupos são facilitadores digitais de aproximação do veículo comunitário com a produção orgânica de informações de suas próprias fontes, que são os moradores. Junto a essa recorrente produção orgânica de informações, os repórteres locais do veículo também publicam nos grupos quando buscam um entrevistado, para realizar a divulgação de uma notícia, pesquisa online ou até para convidar os membros dos grupos para participarem de uma ação beneficente da própria ONG.

A partir das informações analisadas, podemos entender que os números e a atuação nos grupos mostram não só o alcance do veículo, mas a sua potência

⁹ Consulta realizada em 22 maio de 2020.

comunicacional entre os moradores que têm grande participação nas redes sociais a partir do acesso ao celular.

De acordo com a pesquisa “Direito à Comunicação e Justiça Racial” (ANSEL et al. 2014, p. 23), a universalização da internet, com o propósito de efetiva multiplicação de vozes, além do desenvolvimento de infraestruturas de rede e barateamento de custos teleinformáticos, deve ser acompanhada por políticas educacionais de outras áreas que possam intensificar “os usos sociais, culturais, educativos e políticos das tecnologias”.

Essa recente ampliação de oportunidades a partir do uso da rede mundial de computadores apresenta como a migração de um veículo com personalidade e engajamento local pode continuar alcançando o seu público com estratégias específicas de comunicação e interatividade e, também, outros públicos, fundamentais para a disseminação da marca a nível nacional e internacional.

Entender e se apropriar de novas possibilidades comunicacionais a partir do acesso à internet não exclui a desigualdade social. Apesar disso, muitos moradores têm acesso à informação a partir do celular, garante Melissa Cannabrava em entrevista no ano de 2020 para a autora do presente trabalho.

A percepção empírica pode ser confirmada pelo “Relatório Radar Favela”, levantamento realizado pelo Instituto Data Popular, que afirma que cerca 85% dos moradores de favela têm celular. Esse fato garante uma relação de troca: a busca do veículo pelos moradores como fonte de informação e a busca dos moradores pelo veículo, para a garantia na resolução de problemas sociais presentes no território.

O relacionamento construído pelo jornal *Voz das Comunidades* com os moradores começou na modalidade presencial, teve sua ampliação na comunicação virtual, e continua com ações sociais, indo muito além de levar informação. O jornal local é o primeiro a inovar na sua área de atuação e a desenvolver uma relação local com o global, considerando a limitação geográfica que o formato impresso possui.

Observamos, também, que no meio digital o diálogo com a cultura global se potencializa através de Renê, que recebe premiações e realiza palestras sobre o seu trabalho local por todo o Brasil e também fora do país. Ineditismo, se considerarmos que um comunicador comunitário não possui tamanho prestígio apenas realizando a produção local.

O reconhecimento pessoal refere-se ao grau de influência que o ambiente digital disponibiliza, mas trata-se ainda mais do reconhecimento de uma causa social territorialmente informada. Em 2018, Rene Silva recebeu o prêmio internacional que o reconhece como um dos 100 negros com menos de 40 anos

mais influentes do mundo. O prêmio foi concedido pela organização Mipad (*Most Influential People of African Descent*).

9. Considerações finais

Quando o presente trabalho de pesquisa teve início, em fevereiro de 2020, se percebeu a necessidade de uma análise comparativa sobre a temática comunitária e suas transformações digitais nos últimos 10 anos. Além disso, foi considerado importante estudar o impacto das novas tecnologias no jornalismo comunitário.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o surgimento das novas tecnologias e o impacto desse fenômeno na produção e no desenvolvimento do jornalismo comunitário nas favelas cariocas. Constata-se que o trabalho teve o seu objetivo geral atendido, pois foi possível descobrir que as mídias locais foram impactadas positivamente pelo uso da internet, especialmente pela dedicação em fazer as adequações necessárias a partir das ferramentas básicas disponíveis.

Podemos afirmar que a mídia local passou de um público-alvo limitado ao consumo local para o consumo global de informações. Ou seja, antes restritas aos moradores de favelas e periferias e, atualmente, amplamente veiculadas pelos portais de jornalismo comunitário, que a partir do seu profissionalismo adquiriu credibilidade e um grande público, como vimos no estudo de caso.

O primeiro objetivo específico buscou definir o conceito do que é a comunicação comunitária e sua valorização para a democratização da comunicação. Constatou-se que o objetivo foi atendido porque o modo de comunicação foi apresentado historicamente e socialmente, a partir de característica social na luta pelo direito à comunicação.

O segundo objetivo específico buscou relacionar como a produção do jornal impresso se transformou a partir do surgimento das novas tecnologias. Dessa forma, podemos afirmar que o objetivo foi atendido porque pesquisas e novos comportamentos foram descobertos como prova de que os veículos de comunicação enxergaram a oportunidade comunicacional junto à internet.

O terceiro e último objetivo específico buscou verificar como o uso das novas tecnologias pelos veículos de jornalismo comunitário pode influenciar diretamente no trabalho de comunicação local. Constatou-se que o objetivo foi atendido porque aumentou o acesso à informação, a visibilidade dos problemas e a comunicação rápida como oportunidade para diferentes necessidades, seja comunicacional ou até mesmo social.

A pesquisa partiu da hipótese de que o formato digital veio como uma oportunidade de crescimento, alcance e de sustentabilidade para o trabalho de base feito dentro da comunicação comunitária porque há indícios de pequenas mudanças feitas nessa forma de comunicar.

Conseqüentemente, fez-se o teste da hipótese por meio do estudo de caso sobre o jornal comunitário *Voz das Comunidades* que foi apresentado em detalhes. Os resultados da análise de dados foram qualitativos e a hipótese de que o formato digital veio como uma oportunidade de crescimento, alcance e sustentabilidade para o trabalho feito na comunicação comunitária foi alcançada.

Diante disso, podemos considerar que, o jornalismo comunitário no formato digital segue sua trajetória com a perspectiva de abraçar oportunidades para a solução de problemas e passa a ocupar espaços como forma de ecoar em uma só voz a potência que é a favela, antes uma questão social restrita à realidade brasileira, agora uma questão globalmente conhecida e uma experiência positiva de uso da comunicação para conscientizar pessoas e unir forças para encontrar soluções.

Referências

ANSEL, Thiago Araujo; MOISÉS, Raika Julie; FELIX, Marcelle; VIANA, Victor. **Direito à Comunicação e Justiça Racial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão, estética da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BRITTOS, Valério Cruz; COLLAR, Marcelo Schmitz. Direito à comunicação e democratização no Brasil. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (org.). **Democracia e Regulação dos Meios de Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

GIANNOTTI, Claudia Santiago. **Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**: uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Revista FAMECOS**, v. 13, n. 30, ago. 2006.

PAIVA, Raquel. A comunicação popular no contexto das tecnologias da informação. **Revista Dito Feito**, v. 8, n. 12, p. 154-163, jan./jun. 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Comunicação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 651-668, 2000.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultura. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 25, 2011.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes**: Comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Recebido em: 18/11/2021

Aprovado em: 30/08/2021

O Intervozes e a agenda da democratização da comunicação: um olhar sobre a atuação do coletivo



Intervozes and the agenda on the democratization of communication: a look at the group's performance

Carlos Henrique Demarchi¹

Resumo: Diante da permanência de monopólios de comunicação e do avanço das plataformas digitais, organizações ligadas à democratização da comunicação lutam para assegurar espaços de diálogo nas políticas do setor. No Brasil, o Coletivo Intervozes é uma associação que visa, por meio de mobilização e articulação, garantir direitos aos cidadãos nos campos de radiodifusão, internet e telecomunicações. Por meio de análise documental e de entrevista com a coordenação do coletivo, o presente artigo busca caracterizar o papel do Intervozes na luta pela democratização da comunicação. A base deste estudo vem de autores da Economia Política da Comunicação. Conclui-se que a iniciativa é um espaço de interlocução que contribui para esclarecer sobre os problemas nas políticas de comunicação no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Mobilização. Democratização da comunicação. Concentração da mídia. Coletivo de comunicação. Economia Política da Comunicação.

Abstract: Faced with the continuity of communication monopolies and the development of digital platforms, organizations linked to the democratization of communication struggle to ensure spaces for dialogue in the sector's policies. In Brazil, the Coletivo Intervozes is an association that seeks, through mobilization and articulation, to guarantee citizens' rights in the sphere of broadcasting, internet, and telecommunications. Thus, by conducting document analysis and interviews with the coordination of the group, the present paper aims to characterize the role of Intervozes in the struggle for the democratization of communication. The basis of this study is structured on authors of Political Economy of Communication. It concludes that this group provides a space for dialogue that contributes to clarify issues regarding communication policies in the Brazilian context.

Keywords: Mobilization. Democratization of Communication. Media Concentration. Communication Group. Political Economy of Communication.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a concentração dos meios de comunicação se aprofundou, sendo responsável por afetar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Mais recentemente, além de setores tradicionais, como é o caso da

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, campus de Bauru (SP). E-mail: carlos.demarchi@unesp.br

² O Coletivo Intervozes, sobre cujas ações implementadas pela democratização discutimos neste artigo, foi uma das organizações que contribuiu, junto a um grupo de especialistas da América Latina, para a elaboração do documento "Normas para a regulação democrática de grandes plataformas digitais", com análise das garantias da liberdade de expressão online e um ambiente livre e aberto na internet.

radiodifusão, a concentração monopólica também atingiu as plataformas digitais², fenômeno que desperta a necessidade de políticas regulatórias em consonância com os novos tempos tecnológicos.

Tendo em vista a insuficiência do Estado em assegurar a implementação de políticas nacionais e normativas de comunicação, organizações civis e movimentos sociais emergem partindo da noção de que os cidadãos devem participar das decisões acerca da comunicação e conhecer como os sistemas de mídia funcionam.

No contexto brasileiro, os coletivos de comunicação questionam a permanência dos monopólios, cuja característica central se expressa em relações mercadológicas de produção e de consumo, trazendo implicações diversas sobre a cultura e a informação. Esses grupos reivindicam maior pluralismo e diversidade na mídia, além do direito à comunicação, da liberdade de expressão e da possibilidade de o cidadão participar ativamente na sociedade.

Considerando a atuação recente do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), o presente artigo visa caracterizar e entender como a pauta da democratização da comunicação se faz presente na atuação desse coletivo.

Na primeira parte, o artigo se propõe a discutir aspectos da concentração da mídia e analisar as suas implicações, bem como fundamentar os caminhos para a democratização da comunicação à luz dos autores do campo da Economia Política da Comunicação (EPC). Em seguida, busca-se compreender como aspectos da democratização da comunicação constam em ações recentes do Coletivo Intervozes. As considerações finais são apresentadas na última parte.

2. Mídia, concentração e diversidade: por que democratizar a comunicação?

Em todo o mundo, os sistemas de comunicação passam por mudanças que evidenciam uma centralização na mídia comercial, na qual as forças de mercado são dominantes, ao passo que “[...] o Estado não é um ator unificado, mas muitas vezes é complexo, internamente pluralista, e, em alguns casos, incapaz de exercer o poder de forma eficaz” (HALLIN; MANCINI, 2011, p. 298).

A necessidade de equilíbrio entre os sistemas de mídia público, privado e estatal, assegurando o pluralismo e fomentando a diversidade de conteúdos, está presente em inúmeras publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que, há décadas, desenvolve estudos ligados às questões da comunicação.

Um dos marcos desse debate remonta à publicação do Informe MacBride (UNESCO, 1993), que trouxe a necessidade de promover políticas nacionais de comunicação por parte dos Estados. Ao enfatizar o direito dos cidadãos de receber e produzir mensagens, o documento elegeu as noções de acesso e participação como centrais para democratizar a comunicação (MASTRINI, 2013).

Em “Indicadores de Desenvolvimento da Mídia”³, cinco categorias de desenvolvimento da mídia são consideradas: 1) sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia; 2) pluralidade e diversidade da mídia; 3) mídia como plataforma para o discurso democrático; 4) capacitação profissional; e 5) capacidade de infraestrutura adequada (UNESCO, 2010).

De forma geral, os indicadores recomendam aos países a construção de um marco normativo regulatório baseado em padrões internacionais e formulado com a participação da sociedade civil, com o Estado desenvolvendo o setor no sentido de impedir a concentração de propriedade e de assegurar a pluralidade nos meios públicos, privados e comunitários de mídia.

O texto ainda explicita que a mídia deve refletir a diversidade de opiniões e de interesses na sociedade, inclusive de grupos marginalizados, além de desenvolver programas de educação midiáticos e ter capacidade de infraestrutura para sustentar uma mídia independente e pluralista (UNESCO, 2010).

Essa perspectiva dialoga com a literatura do campo da Economia Política da Comunicação, pois os meios de comunicação são recursos potenciais de poder e, ao integrarem as estruturas sociais, a forma como esse poder é exercido socialmente é aspecto a ser considerado na democracia. Para Ruiz (2004), quanto menos concentrado o controle dos recursos de poder em uma sociedade, mais possibilidades de participação democrática tornam-se possíveis.

Dito de outro modo, as relações de poder no cenário capitalista tendem a intensificar as assimetrias na comunicação, na medida em que faltam espaços participativos ao alcance de segmentos não hegemônicos.

O desenvolvimento de um sistema diferenciado de mídia, com conteúdos locais e regionais, tende a favorecer o pluralismo e a diversidade, pois “[...] há um consenso amplo de que a mídia de massa pluralista pode contribuir para a diversidade de três maneiras principais: refletindo as diferenças da sociedade, concedendo acesso a pontos de vista diferentes e oferecendo um grande conjunto de opções” (McQUAIL, 2012, p. 153).

³ A publicação foi elaborada por um grupo de especialistas internacionais, e o documento final aprovado pelo Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação da Unesco em sessão realizada entre 26 e 28 de março de 2008.

Ao disponibilizar canais pelos quais diferentes vozes, grupos e interesses falem com a grande sociedade (McQUAIL, 2012), a mídia pode contribuir para a democratização da comunicação. Também se compreende que:

[...] Se se pretende definir um espaço de comunicação democrático e participativo, é evidente que não basta a simples intervenção do Estado, mas deve basear-se em determinadas orientações e conteúdos políticos e culturais. A intervenção democratizante é entendida como aquela prática que amplia as possibilidades de participação cidadã, não apenas considerada como público ou audiência, mas também em sua capacidade potencial de produção de programas e, logicamente, inserida nos processos decisórios sobre as políticas gerais de mídia (MASTRINI, 2013, p. 141, tradução nossa)⁴.

O mesmo autor argumenta que o mercado competitivo da concentração da mídia acarreta efeitos indesejados, como a prevalência de certos interesses sobre o dever de informar, o privilégio da atividade de mercado sobre a missão de servir ao público e a obstrução do pluralismo informativo. Desse modo, a concentração excessiva “[...] não permite que o pluralismo na mídia reflita a pluralidade que deveria caracterizar uma sociedade democrática” (MASTRINI, 2013, p. 145).

Alternativas são apontadas como formas para superar a concentração. A participação do Estado para enfrentar a concentração e dar condições para os meios independentes também se daria por mecanismos como a sanção de leis que limitam a concentração das empresas de comunicação, a outorga de subsídios para estimular o desenvolvimento de novos empreendimentos e manter os existentes e a adoção de medidas regulatórias capazes de combater práticas anticompetitivas (MASTRINI, 2013).

Para Marinoni (2015), um passo fundamental para a democratização da comunicação ocorreria se o Estado assumisse seu papel de regulador e garantidor de direitos.

[...] Existem leis e propostas que apontam no sentido da desconcentração, como a da regionalização da produção e do funcionamento efetivo de um Conselho Nacional de Comunicação, como locus privilegiado de diálogo com os diferentes grupos sociais. Tais medidas, entretanto, não têm sido colocadas em prática. Pelo contrário, em alguns casos, observa-se a obstrução da regulamentação de mecanismos que garantiriam sua efetividade (MARINONI, 2015, p. 20).

⁴ “[...] Si se pretende definir un espacio comunicacional democrático y participativo, es evidente que la simple intervención del Estado no es suficiente, sino que la misma debe estar fundada en determinadas orientaciones y contenidos políticos y culturales. Se entiende como intervención democratizadora aquella práctica que amplía las posibilidades de participación de la ciudadanía, no solo considerada como público o audiencia sino también en su potencial capacidad para la producción de programas y, lógicamente, incluida en los procesos de la toma de decisiones sobre las políticas de medios generales”.

Diante do contexto brasileiro, marcado pela concentração e pelos desafios regulatórios, o autor compreende que “[...] se o Estado apenas observasse o marco legal em vigor, já seria o suficiente para termos um cenário mais democrático do que o existente e diferenciado do oligopólio que conhecemos hoje” (MARINONI, 2015, p. 21). A atualização da legislação é uma bandeira há décadas reivindicada pelo movimento de democratização da comunicação.

Albornoz (2011) reforça a necessidade de políticas públicas capazes de integrar os âmbitos educativo, comunicativo-cultural e industrial tecnológico:

[...] é preciso formar os cidadãos para que possam participar na produção e usufruírem do conjunto de expressões culturais, estabelecer uma presença forte do público com caráter democratizador tanto a nível de infraestruturas como de serviços e fomentar a presença de outras lógicas – colaborativa, não lucrativa – no âmbito digital [...] (ALBORNOZ, 2011, p. 242, tradução nossa)⁵.

Essa questão nos faz pensar em perspectivas de construção de uma comunicação participativa que se contraponha ao modelo dominante ditado pelos grandes meios de comunicação. Algumas iniciativas despontam na sociedade, como é o caso do Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (Findac), grupo coordenado pelo Ministério Público Federal com participação da sociedade civil organizada e de segmentos de pesquisa acadêmica que cobram do Estado o cumprimento de leis.

3. Arquitetura do sistema brasileiro de comunicação: pensando a participação

O sistema de comunicação brasileiro é caracterizado pela centralidade dos meios privados, carecendo da participação social nas políticas públicas de comunicação. A predominância do sistema comercial levou grupos e coletivos de comunicação a se mobilizarem e se articularem para debater a comunicação e suas possibilidades de democratização.

Zallo (2011) explica a emergência desses movimentos como formas de confrontação de modelos e projetos e de proposição com oportunidade e capacidade de incidir nas políticas públicas. Essa atuação, para que a comunicação se torne de fato direito de todo ser humano, reflete uma perspectiva dialógica, visando transformar os sistemas de comunicação.

⁵ “[...] es preciso formar a los ciudadanos para que puedan participar en la producción y usufructúen el conjunto de expresiones culturales, establecer una presencia fuerte de lo público con carácter democratizador tanto a nivel de infraestructuras como de servicios, y fomentar la presencia de otras lógicas – colaborativa, no lucrativa – en el ámbito digital [...]”.

O ponto crucial da democracia passa pela compreensão de como o poder é exercido socialmente. Logo, os meios de comunicação são estruturas dessas relações de poder em um ambiente cada vez mais concentrado nos ramos da radiodifusão, telecomunicação e internet.

Assim, assume relevância compreender os movimentos que reivindicam direitos e pedem a construção de espaços coletivos que assegurem meios de expressão aos mais variados segmentos sociais, considerando a realidade brasileira⁶.

4. Uma proposta para debater a comunicação e sua democratização: a criação do Coletivo Intervozes

Movimentos em prol da construção de um novo sistema de mídia buscam espaços para a descentralização em sistemas de mídia concentrados. No Brasil, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervozes são instâncias convergentes que fazem a luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Internacionalmente, o coletivo Intervozes está associado à retomada da bandeira histórica do Direito à Comunicação, que tem sua origem nas discussões realizadas pela Unesco nas décadas de 60 e 70 sobre uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação e sobre a necessidade de Políticas Nacionais de Comunicação, bandeira hoje assumida pela Campanha CRIS. Mas, enquanto a disputa na Unesco tinha claros contornos ideológicos centrados na contradição capital-trabalho, a disputa preferencial da Campanha CRIS hoje se dá em torno da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, conduzida pela União Internacional de Telecomunicações, sob incontestável hegemonia empresarial (RAMOS, 2007, p. 46).

O Coletivo Intervozes tem sua origem associada ao contexto internacional de críticas ao modelo privado e de suas estruturas, assim como ao contexto interno brasileiro de avanço de pautas de direitos sociais em governos progressistas.

A associação foi fundada em 2003 por um grupo de estudantes de graduação que participava de movimentos estudantis e pensava em justiça e igualdade como ideais centrais para a sociedade, analisando a importância da comunicação nesse processo⁷.

O surgimento do coletivo ocorre no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), denotando naquele momento histórico a necessidade da sociedade civil de se organizar em torno das demandas por direitos. Então, ao ter um

⁶ De acordo com o Atlas de Notícias de 2020, 34 milhões de brasileiros não têm acesso a qualquer informação jornalística sobre o lugar onde vivem, os chamados “desertos de notícia”. Outros 28,9 milhões contam com apenas um ou dois veículos de comunicação independentes locais. Tocantins e Rio Grande do Norte são os estados com maior incidência de desertos da notícia.

governo mais voltado às demandas sociais e à justiça social, a sociedade vê essa oportunidade de se organizar (MENDES, 2021).

Historicamente, em seus primeiros anos de existência, o Coletivo Intervezes atuou nos debates acerca da implantação da TV digital no país, mediante mobilização da sociedade, produção de material de referência e diálogo com o meio acadêmico e com os consórcios responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). O grupo ainda participou de audiências públicas e criou espaços públicos de interlocução com o Ministério Público Federal, além de atuar na formação da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital em 2006.

Em 2007, desencadeou a campanha por democracia e transparência nas concessões de rádio e TV, por ocasião do período de renovação das outorgas das principais emissoras do país. Também atuou a sociedade civil presente nas discussões sobre a classificação indicativa e sobre a defesa da universalização da internet no país.

Integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o Intervezes contribuiu, em rede com outras entidades, para a realização, em 2009, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Esse espaço inédito de debates acerca da construção de políticas para democratizar a comunicação trouxe desdobramentos na atuação da entidade, que nos anos seguintes prosseguiu com atividades cobrando das esferas de governo um novo marco regulatório para a mídia, bem como a colocação em prática das resoluções aprovadas na conferência nacional.

O Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – é uma associação civil de direito privado e sem fins lucrativos com sede em São Paulo que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Segundo o coletivo, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia, podendo ser considerada uma sociedade democrática aquela em que diversas opiniões, vozes e culturas possam se manifestar (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2021).

Nessa perspectiva, o grupo compreende o avanço das lutas estruturais da sociedade a partir de uma mídia plural e diversa. A entidade hoje é uma organização de atuação nacional. Está presente em 15 estados da federação⁸, sendo composta por jornalistas, radialistas, comunicadores e pessoas dos mais diferentes campos que defendem a comunicação como um direito fundamental, não apenas restrito ao campo de especialistas, mas capaz de ser debatido por toda a sociedade.

⁷ Grande parte dos estudantes militavam na Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Na atualidade, há também estudantes oriundos de movimentos sindicais, pequenos agricultores e uma grande diversidade entre os 110 associados. A origem do grupo também ocorre no contexto do Fórum Social Mundial, criado em 2001, um encontro anual internacional articulado pelos movimentos sociais, ONGs e sociedade civil com cunho social e apartidário para discutir e lutar contra o imperialismo e as desigualdades sociais ocasionadas pela globalização.

Em termos de atuação, a organização possui gestão horizontal. Conta com uma Coordenação Executiva⁹ constituída por oito componentes, mas não há diferença substantiva de seus associados, e ainda um Conselho Diretor, responsável pela direção política do coletivo, bem como pela deliberação sobre as áreas de atuação do coletivo ao longo do ano. Há ainda os grupos de trabalho, cuja responsabilidade recai na formulação de políticas das agendas de atuação do Coletivo Brasil de Comunicação¹⁰. Dois documentos centrais sistematizam o campo de atuação do Coletivo Intervozes: a Carta de Princípios e o Estatuto Social, sendo este último atualizado na XV Assembleia Ordinária, ocorrida em 2017 (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

São finalidades institucionais do Intervozes: buscar uma sociedade democrática e construída por meio da autonomia e participação de todos; lutar pelo fortalecimento da esfera pública, buscando fortalecer os indivíduos como atores sociais e promover a democracia participativa; atuar para a transformação do sistema de comunicação brasileiro, lutando pela democratização da comunicação e para que a comunicação se torne efetivamente um direito de todo ser humano; desenvolver pesquisas, estudos e conceitos de comunicação para subsidiar as práticas dos movimentos sociais e da defesa do direito à comunicação; disputar valores e pontos de vista, criando formas para difundir e potencializar valores humanistas dentro da esfera pública midiática; promover a ética, paz, cidadania, direitos humanos e democracia, entre outros valores universais; proteger os direitos de grupos raciais, étnicos, de gênero ou religiosos no âmbito das comunicações e a defesa dos direitos dos usuários dos serviços de comunicação e telecomunicações (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

Nesse sentido, estão entre as ações do Coletivo: lutar pelo estabelecimento e fortalecimento de espaços públicos institucionalizados para que a sociedade civil se legitime como formuladora de uma agenda; pautar a discussão sobre a democratização da comunicação em outros espaços, extravasando os específicos da comunicação; fortalecer práticas que favoreçam a apropriação do direito à comunicação por toda a população, superando a concepção da comunicação como um espaço apenas de especialistas; participar da construção das políticas públicas de comunicação; criar

⁸ O Intervozes não possui representação nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Também faz parte de redes de entidades que operam nacional e internacionalmente para a implementação de direitos digitais, como o Direitos de Coalizão na Rede, formada por mais de 40 entidades no Brasil, e a Associação para o Progresso das Comunicações (APC).

⁹ Grupo responsável pela administração, operação e articulação do Coletivo.

¹⁰ Na atualidade, o coletivo conta com cinco Grupos de Trabalho (GT) em atividade: 1) GT de Comunicação Pública; 2) GT de Desinformação; 3) GT de Direitos Digitais; 4) GT de Justiça Socioambiental e Mídia; e 5) GT de Educação e Comunicação. Há ainda as setoriais de mulheres, de negros e indígenas e de LGBT, instâncias da organização ocupadas em transversalizar as questões relativas a gênero, raça e orientação sexual nas demais pautas do coletivo.

espaços de capacitação de atores sociais militantes ou não militantes, considerando a comunicação um bem público e um direito; capacitar movimentos sociais para processos de comunicação autônoma; criar espaços de referência que reúnam as experiências de comunicação alternativa, dando a elas mais visibilidade; e criar um espaço de referência e documentação sobre a organização da comunicação e a história dos movimentos de comunicação do Brasil (ESTATUTO SOCIAL, 2017).

Ao trabalhar pela formação, com palestras, seminários e atividades de visibilidade, com atos e manifestações, e dialogando com outros movimentos sociais, o coletivo tem quatro áreas principais de atuação: radiodifusão; direitos humanos; telecomunicações e internet; e comunicação pública e popular. Com pautas diversificadas ao longo da história, o coletivo tem se sobressaído em ações sobre aspectos regulatórios nos campos da radiodifusão e da internet.

Documentos da Unesco são referência para o Coletivo Intervozes, pois a luta para democratizar a comunicação representa condição fundamental para o efetivo exercício da soberania popular (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2021). Conforme a coordenadora executiva do Intervozes na gestão 2020-2021, Gyssele Mendes¹¹:

Para que a efetivação do direito à comunicação aconteça, nós precisamos estar num cenário de democratização da comunicação. E quando falamos em democratização da comunicação, estamos olhando desde a questão da radiodifusão, como o cumprimento da legislação das telecomunicações, até outro aspecto que é a própria falta de pluralidade e diversidade de vozes em uma grande mídia concentrada que defende pautas neoliberais. No campo da internet e dos direitos digitais, também temos um outro leque de questões que afetam diretamente a questão da democratização da comunicação. Um primeiro aspecto seria a questão do acesso à internet, pois há uma desigualdade muito grande no acesso, com as empresas provedoras sem interesse de operar em lugares onde não gera lucro. Não é objetivo delas. Há também uma dificuldade de alfabetização midiática nesse novo cenário do uso dessas novas tecnologias, com um gap grande e o uso de dados pelas grandes plataformas, com os usuários tornando matéria-prima para a venda desses dados e afetando a privacidade e o uso de dados para a vigilância. Há o reforço das desigualdades, afetando a liberdade de expressão (MENDES, 2021).

Em conformidade com o pensamento de autores da Economia Política da Comunicação, o coletivo vê a comunicação como um direito de toda a sociedade e que pode ser conquistado via participação e acesso. Logo, o processo dialógico e participativo dos cidadãos nas políticas que orientam o setor é tomado como

¹¹ Entrevista concedida ao autor via plataforma Zoom em 17 de agosto de 2021.

essencial ao sistema democrático e de democratização dos meios de comunicação diante da concentração dos meios e das plataformas.

5. A luta pela democratização da comunicação nos campos da radiodifusão e da internet: a atuação recente do Intervozes

Desde a Constituição Federal de 1988, o Brasil experimentou poucos avanços em termos de construção de políticas democráticas de comunicação. Não houve, por parte dos governos da última década, a elaboração de uma regulamentação que fosse capaz de ampliar a diversidade de vozes na sociedade brasileira ou mesmo garantir regulação adequada aos padrões internacionais de regionalização de conteúdo, respeito aos direitos humanos e manutenção de canais de participação social.

Ainda no final da década de 1980, a Constituição inovou ao trazer no “Título VIII – Da Ordem Social” um capítulo dedicado à Comunicação Social, prevendo no artigo 223 o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal, ao assinalar a competência do Poder Executivo na outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens (BRASIL, 2016).

Desde então, as diretrizes fixadas pela Carta Magna passaram a nortear os debates acadêmicos e a ampliação do movimento de luta pela democratização da comunicação no Brasil. Em 2008, o país deu os primeiros passos rumo à construção de um sistema público de comunicação, com a criação, por lei, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)¹². Pretendia-se, a partir de sua criação, alcançar maior equilíbrio entre os sistemas de comunicação privado, público e estatal, tal como estabelece a Constituição Federal.

No tocante a essa temática da radiodifusão pública, observa-se que a defesa da comunicação pública se tornou uma das principais frentes de atuação do Intervozes nos últimos anos, tendo em vista que antes da EBC não havia ainda no país uma rede pública nacional. Também se buscou, desde a criação da EBC, acompanhar e defender a autonomia da comunicação pública ao longo dos governos.

Em 2016, após o impeachment da então presidente do país, Dilma Rousseff, uma das primeiras medidas do governo interino de Michel Temer trouxe mudanças na estrutura da EBC, por meio da Medida Provisória nº 744/2016, como as alterações nas regras do mandato do presidente da EBC e a extinção do Conselho Curador da empresa pública de comunicação (BRASIL, 2017).

O texto, convertido na Lei nº 13.417/2017, tornou possível a substituição do presidente da EBC a qualquer momento. Outro aspecto que atingiu a autonomia da comunicação pública se deu com a eliminação do Conselho Curador, tomado como

uma das instâncias centrais de participação da sociedade na formulação de políticas para o setor. Houve a substituição desse Conselho por um Conselho de Administração e um Comitê Editorial de Programação (BRASIL, 2017).

Conforme integrantes do Interozes, essas medidas evidenciaram o processo de enfraquecimento e descaracterização da Empresa Brasil de Comunicação (MENDES, 2021), pois, conforme a lei de criação da EBC, os serviços de radiodifusão pública objetivam fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação (BRASIL, 2008).

Como forma de se contrapor a essas medidas, e tendo a participação ativa do Interozes, em março de 2016 foi lançada no Facebook a “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”, composta por entidades da sociedade civil organizada, acadêmicos, pesquisadores, sindicatos e jornalistas que militam pela democratização da comunicação.

Ao longo dos últimos cinco anos, o grupo tem denunciado os problemas decorrentes dessas mudanças na estrutura da EBC. Uma dessas frentes de atuação e incidência tem sido a publicação de uma série de vídeos nas redes sociais com depoimentos de cidadãos, comunicadores, artistas e especialistas do campo da comunicação acerca da relevância e importância social da comunicação pública para o país.

Ao argumentar que a maioria dos países conta com suas TVs públicas, o movimento de mobilização enfatiza a EBC como patrimônio da sociedade brasileira, contraponto às emissoras comerciais e canal propulsor de conteúdos voltados para a formação da cidadania.

No governo de Jair Bolsonaro, no âmbito das políticas de radiodifusão pública, uma das medidas adotadas ocorreu em 10 de abril de 2019, com a fusão da programação da TV Brasil – emissora pública com foco no cidadão – com a TV NBR, canal de divulgação das atividades governamentais.

Mais recentemente, em março de 2021, o governo federal incluiu a Empresa Brasil de Comunicação no Programa Nacional de Desestatização (PND), o que prevê a realização de uma consultoria contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Diante da medida, o Coletivo passou a integrar a campanha em defesa da manutenção da EBC, por meio das hashtags

¹² Formada pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, Rádios MEC e Nacional e pela TV Brasil, a EBC administra a rede nacional de comunicação pública de TV e Rádio. A EBC está em apenas três estados – Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo – e conta com 40 emissoras parceiras em todo o país.

#FicaEBC e #defendaaebc, uma iniciativa de mobilização da Frente contra a inclusão da EBC no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Para a coordenadoria executiva do Intervenções, o governo federal não deveria extinguir ou privatizar, mas sim corrigir os erros e dar a devida estrutura para que a EBC possa, de fato, cumprir sua missão de fazer comunicação pública (MENDES, 2021). Tomando-se como exemplos modelos internacionais de comunicação, compreende-se ainda que o objetivo da EBC não seria gerar lucro, mas cidadania, trazendo maior equilíbrio em um sistema de comunicação historicamente concentrado.

Quando a gente olha para os outros modelos de comunicação pública no mundo, em outros países, o objetivo dessas empresas não é dar lucro. É cumprir uma função social de comunicação pública, garantindo uma pluralidade, uma diversidade de vozes, garantindo espaços para grupos historicamente alijados dos espaços de comunicação privada, como é o caso da população negra, indígena e ribeirinha, que não contam com espaços na mídia corporativa, mas ganharam alguma visibilidade na comunicação pública. Há uma falta de compreensão do caráter da comunicação pública e prevalece uma visão neoliberal de uma empresa que daria prejuízo (MENDES, 2021).

Em resumo, conforme depreende-se de entrevista com a coordenação executiva do Coletivo Intervenções, a comunicação pública é demanda histórica de luta do coletivo, e os objetivos neoliberais e de mercado não podem se sobrepôr à função social da comunicação, da mesma forma que as funções de comunicação pública e estatal não podem ser confundidas, como se aplica ao caso da fusão da NBR com a TV Brasil.

Também na última década, o Coletivo Intervenções tem atuado na questão dos direitos digitais, tendo em vista a ascensão e o poder das grandes plataformas digitais, que buscam a lucratividade na internet dentro da atual reorganização capitalista.

No segmento de internet, uma das lutas travadas foi a construção e aprovação do Marco Civil da Internet em 2014 (Lei nº 12.965/2014), considerado uma legislação de referência internacional. Construída com ampla participação da sociedade civil, a legislação trouxe a neutralidade da rede e a liberdade de expressão na rede como princípios fundamentais.

Antes da aprovação do texto final da lei, uma série de consultas públicas debateu os interesses envolvidos na regulação da internet. Esse processo teve a participação de dezenas de organizações da sociedade civil organizada, sendo o Coletivo Intervenções um desses atores a se mobilizar junto ao Congresso Nacional.

Contudo, apesar da aprovação da legislação no campo da internet, a organização se preocupa com a regulamentação desse marco normativo,

principalmente frente à atual necessidade de transparência das grandes plataformas na atuação de casos de desinformação e discursos de ódio.

A nossa equipe de incidência está acompanhando propostas que acabam reduzindo o marco. Um desses é o PL 2.630/2020 das fake news, que trazia coisas problemáticas, atingindo diretamente os direitos dos usuários, e não cobrava transparência das plataformas. Temos uma opacidade muito grande desses monopólios digitais. São empresas privadas que têm um impacto muito grande na esfera pública, tendo em vista exemplos de desinformação nas eleições etc., devendo-se cobrar relatórios de maior transparência. O Marco Civil consegue equilibrar os interesses dos usuários, por isso é muito importante mantê-lo. Mas nessa conjuntura que a gente tem hoje em que a internet ganha essa centralidade na vida pública, você tem uma série de ataques que estão vindo aí dos legisladores no Brasil e buscam enfraquecer essa legislação (MENDES, 2021).

Em outros termos, “[...] algumas poucas corporações centralizaram e concentraram o poder de administrar a circulação, troca ou busca de informações e opiniões e exercem esse poder de forma arbitrária e sem nenhum mecanismo de *accountability* às instituições que garantem direitos” (PADRÕES..., 2020, p. 7).

Em documento elaborado acerca da temática em parceria com integrantes do Intervezes, defende-se a construção de uma proposta de regulação democrática visando assegurar ambientes regulatórios capazes de proteger os direitos humanos das ações dos gigantes tecnológicos, seguindo os padrões internacionais de direitos humanos.

A proposta não pretende atingir todos os intermediários da Internet, mas sim determinados tipos de plataformas e aplicativos cujo principal serviço é permitir ou facilitar o acesso à informação disponível na Internet e/ou ser suporte para expressão, comunicação e troca de conteúdo entre seus usuários. Isso inclui redes sociais, mecanismos de busca e plataformas de compartilhamento de vídeo, por exemplo, embora não incluía serviços de mensagens (PADRÕES..., 2020, p. 7).

Nessas ações pelos direitos digitais, o Coletivo Brasil de Comunicação Social passou a compor a Coalizão Direitos na Rede, formada por mais de 40 organizações acadêmicas e da sociedade civil para defender o acesso, a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais e a privacidade na internet.

6. Considerações finais

A construção de canais de participação social no âmbito das políticas de comunicação é essencial em um sistema democrático e participativo. Assim como

outros serviços públicos, os sistemas de comunicação devem corresponder aos aspectos legais em sua atuação na vida dos cidadãos. O Coletivo Intervezes, ainda que não esteja presente em 12 estados da federação, constitui uma experiência que possibilita caminhos e alternativas para a sociedade participar das políticas do setor.

Pensando nesse processo de articulação para garantir as demandas e mecanismos de participação cidadã na mídia, o coletivo se caracteriza por levar esclarecimentos ao público sobre as medidas regulatórias e a defesa de seus direitos, aspecto que aproxima os cidadãos de um campo mais democrático de debates.

Diante da concentração midiática, restam poucos espaços para os segmentos sociais, tendo as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais o papel de agentes de transformação desse processo. Assim, a atuação dessas organizações torna possível o esclarecimento sobre os espaços participativos e de mobilização junto a segmentos marginalizados ou afetados por medidas adotadas por empresas e ou governos no campo da mídia.

Essa perspectiva de fortalecer os processos democráticos e participativos nos leva a possibilidades de avanços na agenda de democratização da comunicação diante dos cenários recentes de retrocessos nas políticas de comunicação no contexto brasileiro.

Referências

ALBORNOZ, Luis. Redes y servicios digitales: una nueva agenda político-tecnológica. In: ALBORNOZ, Luis. **Poder, medios, cultura**: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación. Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 221-246.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Sancionada lei que altera a estrutura da EBC**. Senado Federal, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/02/sancionada-lei-que-altera-a-estrutura-da-ebc>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CARTA DE PRINCÍPIOS. **Intervozes**, 2021. Disponível em: <https://intervozes.org.br/quem-somos/carta-de-principios/>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ESTATUTO SOCIAL. **Intervozes**, 2017. Disponível em: <https://intervozes.org.br/quem-somos/estatuto-social/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (ed.). **Comparing media systems beyond the western world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Intervozes**, nov. 2015. Disponível em: <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MASTRINI, Guillermo. Diversidad y acceso equitativo a los medios de comunicación. In: CIESPAL. **La democratización de la comunicación y la información en América Latina**. Quito: Encuentros Ediciones Ciespal, The Carter Center, 2013. p. 140-149.

McQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MENDES, Gyssele. Entrevista concedida ao autor em 17 de agosto de 2021.

PADRÕES para uma regulação democrática das grandes plataformas. **Intervozes**, jul. 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/padroes-para-uma-regulacao-democratica-das-grandes-plataformas-que-garanta-a-liberdade-de-expressao-online-e-uma-internet-livre-e-aberta/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RAMOS, Murilo. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In: RAMOS, Murilo; SANTOS, Suzy (org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 19-48.

RUIZ, Enrique Sánchez. **Comunicación y democracia**. México: Instituto Federal Electoral, 2004.

UNESCO. **Un solo mundo, voces múltiples: comunicación e información en nuestro tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do**

desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000163102_por?posInSet=1&queryId=b026aee2-b8d7-4488-8f5d-4eab264db51e. Acesso em: 10 jul. 2021.

ZALLO, Ramón. Rectos actuales de la economía crítica de la comunicación y la cultura. In: ALBORNOZ, Luis. **Poder, medios, cultura**: una mirada crítica desde la economía política de la comunicación. Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 17-60.

Recebido em: 31/08/2021

Aprovado em: 20/10/2021



Comunicação Comunitária: uma perspectiva teórica do empoderamento à biopotência da multidão

Community Communication: a theoretical perspective of empowerment to the biopower of the crowd

Patrícia Franck Pichler¹, Maria Ivete Trevisan Fossá²

Resumo: Este artigo apresenta uma articulação teórica orientada pela perspectiva comunitária da comunicação, que compreende a relevância da participação crítica e ativa dos sujeitos no processo comunicativo. Sob esse viés, as pessoas e as coletividades são percebidas em primeiro plano, sendo as responsáveis pelas transformações sociais e culturais desejadas. Para tanto, é preciso que se articulem e que estejam cientes de sua realidade, estando empoderadas e conscientizadas, conforme expõe Paulo Freire. Seguindo por esta linha de pensamento, articula-se teoricamente a Comunicação Comunitária, o empoderamento e os estudos contemporâneos sobre biopotência e multidão, a partir das pesquisas de Pelbart, Negri e Hardt.

Abstract: This article presents a theoretical articulation guided by the community perspective of communication, which understands the relevance of the critical and active participation of subjects in the communication process. Under this bias, people and communities are seen in the foreground, being responsible for the desired social and cultural transformations. Therefore, it is necessary that they articulate themselves and that they are aware of their reality, being empowered and aware, as Paulo Freire exposes. Following this line of thought, theoretically articulated community communication, empowerment and contemporary studies on biopotency and multitude, based on research by Pelbart, Negri, and Hardt.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Empoderamento. Biopotência da multidão.

Keywords: Community Communication. Empowerment. Biopower of the crowd.

1. Considerações iniciais

A articulação teórica proposta parte de observações e percepções obtidas a partir de estudos (PICHLER; FOSSA, 2012) anteriormente realizados, os quais sempre circundaram o universo da Comunicação Comunitária, pautados pelo entendimento da relação prático-teórica Comunicação – comunidade. Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (ESPOSITO, 2007; PAIVA, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade,

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas também pela UFSM. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional (CNPq).

² Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação pela UEMESP e Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

a soma das singularidades. Nesse sentido, Comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da Comunicação Comunitária, prevendo resultados positivos e experiências sociais e culturais em transformação a partir do trabalho conjunto de ambos os conceitos, das duas práticas.

Pelo panorama econômico em que vivemos, as atuais comunidades tendem a uma segmentação, a um particularismo. Com isso, é necessário que esses grupos, quando constituídos por sujeitos, reconheçam as diferenças, não se comunitarizando, mas sim organizando-se de maneira a lutar contra os poderes hegemônicos e elitistas, o que é possível através do reconhecimento das alteridades como alternativas. Compreendemos, então, a concepção de comunidade como um grupo de pessoas que refletem sobre sua realidade e participam dos movimentos que conduzem a mudanças significativas em sua forma de gerir a vida em sociedade. São grupos compostos por pessoas que têm a comunidade como um espaço de compartilhamento e cooperação, mas não se limitam a ele.

Esse nosso entendimento de comunidade, baseado na articulação das compreensões e estudos de diferentes autores, converge com as ideias disseminadas por Michael Hardt e Antonio Negri acerca do conceito de “multidão”. Para os autores, a multidão é um sujeito coletivo, único capaz de enfrentar as forças prevaletentes do “Império”, nossa conjuntura política, econômica e sociocultural, fortemente impulsionada pelo movimento de globalização (NEGRI; HARDT, 2006).

Para Antonio Negri (2004), a multidão é um coletivo de singularidades que reunidas formam um poder tão expressivo que as forças de exploração precisam se reconstituir para dominá-las. É, pois, um conjunto de agentes que tem consistência e que se constitui a partir da prática, da ação coletiva de luta e de reivindicação. Trata-se de um “ser-em-comum”, uma “multiplicidade incomensurável” em um movimento de contrapoder, contra-hegemônico.

Desse modo, pensando em coletividades ativas, críticas, agentes, formadas por sujeitos politizados, que se aproximam à ação da multidão, estabelecemos relações mútuas entre os conceitos comunicação, empoderamento e biopotência da multidão, especialmente quando se objetiva problematizar a Comunicação Comunitária. Pensar comunidades atuando como “multidão”, exhibe-nos uma possibilidade de desenvolvimento e sucesso comunitários, pois o conjunto torna-se “resultante de uma série de atividades singulares que de fato se desenvolvem a partir da consistência subjetiva dos agentes” (FONSECA; COCCO, 2014, p. 38), o que se refere ao processo de empoderamento.

2. A comunicação em sua perspectiva comunitária

Para entendermos a perspectiva da Comunicação Comunitária, é relevante o estudo antecipado do contexto histórico e social no qual ela se desenvolveu. Para isso, destacamos, de forma resumida, o período que ficou conhecido como “as três décadas do desenvolvimento”, quando se começou a pautar de forma efetiva questões direcionadas ao bem-estar social, ao meio ambiente e às minorias. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem importante atuação, pois traçou diretrizes sociais e humanas e lançou questões que conduziram diversos projetos, ações e movimentos mundo a fora, que se ocuparam do que para muitos são somente os “pormenores” da sociedade.

Este período de desenvolvimento, que inicia na década de 1960, foi marcado por grande otimismo e crescimento econômico, devido aos processos de industrialização e de urbanização. Ocorre, assim, um significativo investimento de capital em tecnologia e sua transferência para o Sul, aos então conhecidos países em vias de desenvolvimento (PVD). Porém, é percebido que esses destinatários não tinham formação, bem como informação para receber e fazer o uso adequado e esperado desses recursos. Surge com isso, uma expressiva tendência pró-persuasão, ao se tentar convencer os países do Sul a aceitar a tecnologia e seus avanços, sendo-lhes simplesmente imposto. Dessa forma, é posto em prática um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades históricas, culturais, sociais e geográficas dos PVD. Desse movimento, surge a imagem global de países subdesenvolvidos.

Por sua vez, a década de 1970 inicia como um período pessimista, caracterizado pela exploração do terceiro mundo, ou desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sob esse panorama, é lançado, pela UNESCO, o relatório McBride (*Many voices, One world*), que adverte sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. Nesse estudo, ancorado pela temática “Comunicação e Sociedade hoje e amanhã”, é destacada a importância dos atores, da infraestrutura e dos *media* locais para que se tenha uma comunicação para o desenvolvimento, sendo o marco do surgimento do conceito “C4D” (*communication for development*).

Sobre comunicação para o desenvolvimento, emergem nesse período as pesquisas de Nora Quebral, autora reconhecida como a “mãe da C4D”, dando ênfase, em seus estudos, à comunicação e aos meios de comunicação comunitários para o desenvolvimento social local. Apesar dos significativos avanços no que tange às preocupações sociais em frente ao modelo econômico estabelecido e do

reconhecimento da necessidade de mudanças e do papel da comunicação nesse cenário, esse modelo inicial da C4D fracassa. Como algumas das causas desse insucesso, são destacadas a mera transmissão de informações, o foco voltado ao indivíduo e não no grupo e o controle da comunicação por grandes instituições.

Por tudo isso, a terceira década, 1980, inicia como “década perdida do desenvolvimento”. É um momento no qual os “países subdesenvolvidos” enfrentam dificuldades econômicas e ocorre a implementação do modelo neoliberal, o que gera o aumento da pobreza entre os já marginalizados. Nesse contexto, ressurgem a Comunicação para o Desenvolvimento, já na década de 1990, e com isso uma mobilização de recursos através de projetos governamentais e até mesmo, iniciativas privadas. Ganha força também, nesse período, a campanha para a sustentabilidade, tornando-se tema pautado por muitas iniciativas, despontando como preocupação socioambiental internacional.

Nesse momento, são retomados e evidenciados muitos debates globais sobre bem-estar social, com foco em abordagens participativas. Assim, é desenvolvida uma atenção ao comunitário, sendo uma etapa de surgimento de discussões e projetos sobre o empoderamento das comunidades, o que fica ratificado pelo expressivo crescimento das rádios comunitárias. Nesse sentido, é promovido um discurso renovado, para o qual não basta mais somente interferir, mas é preciso envolver as pessoas no processo de mudança. Com esse movimento, ocorre uma abertura maior à diversidade cultural, o que é acelerado pelo processo de globalização que se consolida durante os anos 1990.

De todo esse movimento, que atravessou décadas e foi constituindo o viés comunitário da comunicação, entendemos estarmos tratando de algo dinâmico, que constantemente muda devido a transformações na sociedade e em suas condutas culturais, econômicas e sociais. Para Nora Quebral, citando um texto de 1980 em uma de suas palestras, esta forma de comunicação pode até ter seu nome alterado, sendo chamada de diferentes formas ao longo de seu percurso histórico, porém o que não mudará é:

[...] a ideia que carrega: que a arte da comunicação (humana), fundamentada pelos princípios da ciência social, pode ser conscientemente dirigida para melhorar a vida das pessoas. Esta é a essência da comunicação para o desenvolvimento, independentemente do rótulo que recebe ou do que mais lhe for atribuído³ (QUEBRAL, 2011, p. 10, tradução nossa).

³ “[...] the idea that underlies it: that the art of [human] communication, infused by social science principles, can be consciously directed towards improving people’s lives. This is the essence of development communication, regardless of how it is labeled or what else may be imputed to it”.

Orientados por essa visão otimista como a colocada pela autora, algumas pessoas e instituições passaram a trabalhar em busca de maior igualdade, levando as questões do desenvolvimento social a um nível de discussão mais crítico, embasado em estudos e experiências. A Comunicação Comunitária, conforme a estudamos e praticamos no Brasil, parte desse histórico, sendo seriamente conduzida de acordo com as características e necessidades específicas de nosso país e nossa sociedade, que também se mantém em transformação, principalmente pelas condições econômicas que enfrentam.

Junto ao movimento econômico global, a população mundial e suas culturas passam por um processo de intercâmbio, o que representa relevantes transformações à sociedade contemporânea. “O processo global levou a uma universalização devido à promoção da queda de barreiras entre diferentes nações e culturas, ao mesmo tempo em que incentivou uma reorganização em âmbito local, o qual se fechou em certos aspectos, incorporou um processo de particularismo” (PICHLER; FOSSA, 2012, p. 33).

Nesse processo de globalização, de aberturas e de fechamentos social e cultural, a comunicação tem papel de destaque por meio de suas mídias. É a partir das tecnologias de comunicação que a globalização está presente globalmente, seja pelo cinema, pela internet, pela televisão, pelo rádio. A comunicação tem importante atuação na expansão dos efeitos da globalização, ao passo que é o instrumento pelo qual ela se espalha pelo globo, levando consigo o desenvolvimento da sociedade.

Associado à globalização está a formação e consolidação do ciberespaço e das tecnologias de informação e comunicação – anos 1990 e 2000 –, que apresentam e organizam novas possibilidades, novos objetivos e novos dilemas. Em sua pesquisa, Gustavo Cardoso apresenta que “estamos na presença de uma nova noção de espaço, em que físico e virtual se influenciam um ao outro, lançando as bases para a emergência de novas formas de socialização, novos estilos de vida e novas formas de organização social” (CARDOSO, 1998 apud CASTELLS, 2003, p. 110).

Com isso, assim como a organização social é “reformulada” e repensada, com todas essas transformações desde 1970, que se tornam mais expressivas a partir de 1990, antigas questões e discussões, sobre bem-estar social e a vida em sociedade, são também recolocadas em pauta e reorganizadas. Torna crescente uma abordagem de desenvolvimento centrada na autoconfiança, autonomia, capacitação e participação local, quando em se tratando de áreas como a saúde, a educação, a psicologia e a comunicação, entre outras, o que abre espaço para o estabelecimento dos estudos e estratégias de Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa.

Desse panorama do desenvolvimento social alinhado a mudanças políticas e econômicas na sociedade contemporânea, chegamos às ideias e aos estudos de Boaventura de Sousa Santos, principalmente em sua obra *A gramática do tempo*, em que o autor analisa a contradição que as sociedades modernas ocidentais passaram a viver a partir do desenvolvimento capitalista, quer seja, “a contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a inclusão social e os princípios da regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista” (SANTOS, 2008, p. 280).

Os posicionamentos e as conclusões do autor corroboram o fechamento da compreensão do percurso que levou à formação e ao “isolamento social” dos espaços marginalizados, no Brasil as “comunidades”, e aos atuais estudos em comunicação comunitária, participativa e sobre o empoderamento comunitário. Ao propor, ainda em seu título, “uma nova cultura política”, Santos já inicia com uma postura renovadora para tratar sobre desigualdade e exclusão, os dois movimentos que explicitam nossa realidade sociocultural e político-econômica. Para o autor, o termo política faz referência a politizado, crítico, dotado de criticidade, noções necessárias em um período no qual “[...] a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social” (SANTOS, 2008, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertencimento hierarquizado e/ou princípios de regulação, sendo a desigualdade um fenômeno socioeconômico e a exclusão um fenômeno cultural e social. Karl Marx é, segundo Santos, o grande teorizador do sistema da desigualdade, pelos seus estudos acerca da relação capital/trabalho, “uma desigualdade classista baseada na exploração” (SANTOS, 2008, p. 280). Por sua vez, Foucault é o grande nome quando se fala da exclusão, que “trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita” (SANTOS, 2008, p. 281).

Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias (como os programas governamentais Fome Zero e Bolsa Família) são mecanismos modernos para manter a desigualdade em níveis toleráveis (SANTOS, 2008, p. 285). Boaventura de Sousa Santos propõe que o atual modelo de regulação social não é mais assegurado somente pelo Estado e o mercado, mas sim pelo Estado, o mercado e a comunidade. A somatória do mercado com a comunidade é o que constitui a atual sociedade civil. Assim, quando o Estado não consegue mais, por si só, dar conta de determinada área e necessita desregulamentá-la ou privatizá-la, não precisa, necessariamente, repassá-la ao mercado, pois há a

possibilidade de ser repassado à comunidade, ou seja, ao Terceiro Setor, organizado segundo a lógica privada, mas não à lógica do lucro (SANTOS, 2008).

Contudo, o que ocorreu com as políticas sociais implantadas pelos Estados, como forma de uma gestão controlada da exclusão, foi gerar uma transferência do sistema de exclusão ao sistema de desigualdade. Isso se deu pelo fato de que estas políticas, “[...] programas de reeducação, de devolução à comunidade, de extensão da cidadania e, no caso das mulheres, com acesso ao mercado de trabalho [...]” (SANTOS, 2008, p. 293), não eliminaram a exclusão, apenas controlaram.

Com as mudanças econômicas da globalização hegemônica neoliberal, baseada em uma nova forma de divisão internacional do trabalho, houve uma mudança do sistema de diferença ao sistema de exclusão, e isso ocorre no nível tanto nacional como global. Dessa forma, completando o movimento acima descrito, o sistema de exclusão também está se transformando em um sistema de desigualdade. Eis que surge, através dessas transformações nas relações de trabalho e do trabalho com os sistemas de desigualdade e exclusão, “formas de darwinismo social e de eugenismo tecnológico” (SANTOS, 2008, p. 299).

Sintetizando, a globalização econômica nos leva à desigualdade, a qual gera uma forma de exclusão; ao mesmo tempo, a globalização cultural ocasiona a exclusão (sendo o racismo o exemplo ainda mais atual), o que concebe um movimento de desigualdade. Em meio a isso, os mais afetados são aqueles que já estavam próximos à linha que separa os que estão dentro e conseguem se adaptar e se manter atuantes no sistema daqueles que não se ajustam, são desiguais e, por fim, excluídos. Esta parcela se junta aos que já eram marginalizados, o que resulta no atual cenário de pobreza e não cumprimento de direitos básicos (segurança, acesso à saúde, educação de qualidade, trabalho formal, moradia) a todos. No Brasil, conhecemos e definimos esses casos como comunidades ou periferias, que são pobres, inseguras, distantes (ou distanciadas), como é o caso das favelas cariocas.

Seguindo por esse viés do desenvolvimento que levou à segregação e à exclusão, Santos aponta o espaço eletrônico, por ele compreendido como

o avatar de uma nova metamorfose do sistema da desigualdade e do sistema da exclusão. A questão está em saber se a redópolis é uma cidade sem muralhas ou uma cidade em que as muralhas assumem novas formas e em que as auto-estradas da informação são marcas de um *apartheid* informático (SANTOS, 2008, p. 307).

Para começar, estas “auto-estradas da informação” não são capacitadas de chegar igualmente a todos os países e, dentro dos países, a todos os cidadãos.

Entendemos esse posicionamento de Santos quanto ao ciberespaço em concordância com o que Antoun e Malini (2010) também propõem, ao analisarem os movimentos e as manifestações sociais na rede e a suposta liberdade que nos concede, fazendo uma relação entre o que os autores definem como uma “liberdade negativa” e uma “liberdade positiva”.

No que converge ao desenvolvimento social (desde a década de 1980), em paralelo aos processos de desigualdade e de exclusão gerados pela maneira como a sociedade conduziu as transformações, surgem iniciativas e espaços que oportunizam uma inclusão de forma igualitária. Ao exemplo de projetos sociais e rádios comunitárias no espaço físico de convivência, no virtual também são encontrados sites de movimentos e organizações sociais com proposta de participação e atuação igualitárias. Todavia, como também estão sob a égide do capitalismo, que tem sua centralidade na hierarquia imposta pela força do capital/mercado, acabam por vezes sendo controlados e perdendo seu poder de resistência.

Surgem nesse âmbito, o biopoder e a biopolítica, que, aos moldes dos sistemas de desigualdade e de exclusão de Santos, trazem à tona as sociedades disciplinar e de controle. São assim, esses projetos locais de resistência e de busca por mudanças, mas com o controle de organismos de “força estatal” e de “mercantilização do capital” (ANTOUN; MALINI, 2010).

Nesse contexto, é preciso, pois, nos questionarmos, conforme propõem Antoun e Malini, sobre as chances que o sujeito tem “de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito” (2010, p. 8). Em vias disso, encontramos na comunicação comunitária uma possibilidade, pois trata de emancipação, que permite às pessoas uma forma de determinarem as suas vidas e os seus futuros a partir do conhecimento e do reconhecimento, da crítica e da autocrítica, de sujeitos politizados e dotados de criticidade, do empoderamento. “A hipótese é que quando as pessoas entrarem em contato com suas fontes de opressão, bem como suas fontes de poder, então elas serão capazes de encontrar soluções” (MELKOTE; STEEVES, 2001, p. 39).

Sob todo esse contexto apresentado e levado à discussão, entendemos a Comunicação Comunitária como perspectiva ideal à compreensão que intentamos. Essa forma de comunicação pode ser tratada também como, segundo Cicilia Peruzzo (2005), alternativa ou popular e, ainda, conforme John Dowing (2002), como mídia radical. A Comunicação Comunitária surge como um viés comunicacional que olha, de fato, para o entorno da esfera social, ou seja, para as margens e os marginalizados,

mas sem a pretensão de deixar o centro de fora; ela propõe, justamente um olhar conjunto para a compreensão exata da situação e ação adequada.

Contudo, devido à desvalorização que o setor comunitário enfrenta perante a sociedade contemporânea, a Comunicação Comunitária vem se desenvolvendo e traçando um percurso difícil para a sua proliferação, através das mídias comunitárias. Acaba por fazer um movimento que se assemelha à comunitarização, fechando-se e reduzindo sua possibilidade de abrangência. “A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Essa atuação comunitária que Peruzzo nos alerta não é inadequada e nem deixa a desejar quanto aos anseios comunicacionais sob essa perspectiva, porém, com a sua “abertura”, juntamente ao desenvolvimento das comunidades e periferias em direção a uma participação midiática mais igualitária, poderíamos estar avançando, na teoria, e, principalmente, na prática comunitária comunicacional. Não sendo praticada de maneira fechada a pequenas realidades (qualitativamente falando), a Comunicação Comunitária tem muito a crescer e, assim, auxiliar a sociedade num todo, devido às suas características democráticas e cidadãs.

E isso é possível quando atentamos às características que esse viés comunicacional abarca, trazidas por Cicilia Peruzzo como:

[...] opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de **novas fontes de informações** (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma **dinâmica de organização e mobilização social**; está imbuído de uma **proposta de transformação social** e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a **participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo** (PERUZZO, 2005, p. 20, grifo nosso).

Assim, torna possível o surgimento de uma comunidade empoderada, que em sua unicidade de singularidades e produção de subjetividades resistentes (ou seja, atuando como multidão (NEGRI, 2004, 2013) consegue gestar um movimento contra-hegemônico que reconheça os poderes e as resistências que permeiam sua experiência e lute pelos seus desejos e direitos preconizados pela política democrática e social que vigora, consciente também de seus deveres para com a formação e manutenção da sociedade civil. Nesse âmbito, podemos falar também

acerca dos movimentos sociais, que coexistem à Comunicação Comunitária. Esses movimentos, quando orientados por uma atuação organizada e crítica, conseguem “atravessar” a força imposta pela “cultura do silêncio das maiorias” e substituir a realidade de “cidadãos ausentes e sem voz” (PERUZZO, 2005) por um coletivo revolucionário que “busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (NEGRI, 2004, p. 19).

Corroborando nosso entendimento, Martín-Barbero (1999) também traz sua compreensão acerca da necessidade de uma articulação para a efetivação de vozes potenciais, porém subsumidas, em um processo que muito se assemelha à multidão e ao empoderamento.

Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 78-79).

Nesse intuito é que nos esforçamos na conjugação do comunitário politizado com o empoderamento, para enriquecer a Comunicação Comunitária através do fortalecimento dos cidadãos, que precisam se tornar agentes autocríticos e críticos. Acreditamos que os espaços midiáticos comunitários têm forte presença e poder de atuação nesse sentido, sendo necessário, para isso, “[...] considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico” (KAPLÚN, 1999, p. 68). Isso se torna possível quando a ação comunicacional é utilizada pelo homem e a seu favor, não exclusivamente a favor do mercado, do capital.

Contudo, são necessários “[...] novos gigantes e novos monstros, capazes de articular natureza e história, trabalho e política, arte e invenção” (NEGRI, 2004, p. 18). A Comunicação Comunitária, aliada a uma orientação pelo empoderamento, tem os meios e as ferramentas para isso, através dos projetos e mídias comunitários. E essa necessidade é possível de se cumprir, uma vez que “[...] a comunicação comunitária vem se desenvolvendo no País através de múltiplas formas e linguagens, pois há uma convivência de formatos artesanais, modos grupais, de canais massivos de radiodifusão e de meios digitais de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 22). Exemplos como o projeto Viva Favela são uma tentativa de articulação entre poder e contrapoder, entre a comunidade e o “asfalto”, criando

oportunidades para a constituição de um novo poder que surge com “as novas paixões abstratas e a atividade da multidão” (NEGRI, 2004, p. 18).

Sob essa perspectiva que compreendemos a comunicação, em seu viés comunitário e transformador, e entendemos os agentes dessa ação como singularidades reunidas que formam um poder tão expressivo, que o poder da exploração, o lado hegemônico e opressor da sociedade, que exclui os desiguais, precisa se reconstituir (NEGRI, 2004). Nesse movimento de reconstituição, o novo poder que se baseia na força e na prática da vida necessita encontrar espaço para se expressar e se tornar “comum”, constituindo a multidão, um coletivo empoderado.

No que diz respeito ao emprego de meios na educação, bem-vindos sejam, desde que sejam **aplicados crítica e criativamente**, a serviço de um projeto pedagógico, ultrapassando a mera racionalidade tecnológica; **como meios de comunicação** e não de simples transmissão; como **promotores do diálogo e da participação**; para gerar e potencializar novos emissores mais que para continuar fazendo crescer a multidão de receptores passivos. Enfim, **não meios que falam e sim meios para falar** (KAPLÚN, 1999, p. 74, grifos nossos).

É preciso, então, estender esse entendimento de ação contra-hegemônica aos sujeitos “desempoderados”, o que acreditamos ser possível através de casos midiáticos comunitários com orientação educadora e conscientizadora.

3. Empoderamento e biopotência da multidão: a conscientização dos sujeitos e o “corpo vital coletivo”

De acordo com a proposta da comunicação comunitária apresentada, que busca resultados positivos e transformações necessárias a partir do trabalho coletivo de pessoas comprometidas com uma causa, nosso estudo segue sua fundamentação teórica na busca pela compreensão da perspectiva coletiva ideal ao contexto aqui exposto e proposto, de união social, de resistência diária, de transformação cultural. Conforme coloca Peruzzo, estamos tratando de uma comunicação que

se alicerça nos **princípios de comunidade**, quais sejam: implica a **participação ativa**, horizontal e democrática dos cidadãos; a **propriedade coletiva**; o **sentido de pertença** que desenvolve entre os membros; a **co-responsabilidade** pelos conteúdos emitidos; a gestão **partilhada**; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o **poder de contribuir** para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2005, p. 22, grifo nosso).

Como podemos retirar das palavras da autora, estamos tratando de uma perspectiva comunicacional eminentemente coletiva, grupal, que se apoia nos “princípios de comunidade”, que precisa de “participação ativa”, “sentido de pertença” e “corresponsabilidade”. Porém, ao nos referirmos ao empoderamento, a que de fato estamos nos referindo? E o que significa ser/estar empoderado no contexto midiático comunitário atual?

Falar sobre empoderamento nos coloca duas exigências. A primeira é deixar claro que nosso entendimento perpassa a palavra e o sentido estabelecido a *empowerment*, conforme proposto nos estudos norte-americanos. Dar o poder a alguém que passa a não necessitar de permissão para futuras realizações/ações. Compreendemos o empoderamento de acordo com a lógica proposta pelo educador Paulo Freire, nossa segunda exigência, pois o autor é referência no que se relaciona ao conceito e sua relevância social, principalmente por considerar contextos de opressão em seus estudos.

Ao contrário de “dar o poder”, o empoderamento em que nos baseamos é um processo no qual as próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir. Dessa forma, exige delas conquista, avanço e superação, sendo um movimento que ocorre de dentro para fora, solicitando a atuação como sujeitos, ativos e críticos. Para Schiavo e Moreira (2004), o empoderamento, conforme Freire, “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, [...] abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (p. 59).

O entendimento de Paulo Freire a respeito do empoderamento é resultado de suas teorias de “libertação dos oprimidos”, tema debatido em muitas de suas obras, que o autor visa propor como solução, ou seja, como forma de romper com a opressão, o empoderamento por meio da educação. Seguindo os passos e o exemplo do educador e filósofo, intentamos essa compreensão a partir da comunicação e suas estratégias discursivas.

De acordo com a linha de pensamento freiriana, o empoderamento pode ser colocado como uma forma de conquista da liberdade por parte das pessoas subordinadas a uma determinada posição de dependência, seja econômica, social, política ou cultural. Para uma conquista plena, porém, é preciso que ocorra a conscientização, outro conceito trabalhado por Freire e que precisa ser conjuntamente pensado. Para o autor, o que realmente é preciso para a “libertação social” é a conscientização, cuja ideia foi interpretada e traduzida no Brasil como empoderamento.

Por ocorrer como um ato social e coletivo, o empoderamento, ou conforme Freire, a conscientização consegue fortalecer os sujeitos que, conscientes da realidade de opressão possibilitam vislumbrar e operar formas de ação condizentes à experiência, eficazes à situação. Podemos dizer que o processo se inicia com o empoderamento, pois é necessária a ação inicial de decisão e a criticidade intrapessoal, mas é preciso evoluir a um ato social para ser de fato transformação. Em seus estudos na área da educação, com estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica, Paulo Freire colocou que “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71).

Faz-se necessária, assim, a prática, a inserção dos oprimidos na realidade que oprime, ação essa que pode ser corroborada por propostas comunitárias de comunicação, que oportunizam a busca pelo envolvimento, a participação e a ação coletiva frente à comunidade e suas demandas. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2013, p. 52). Não se faz Comunicação Comunitária sem a comunidade envolvida, que precisa estar ciente criticamente da realidade de suas demandas, ou seja, mais que vivê-las, precisa senti-las e reproduzi-las para poder atuar sobre ela. A superação exige a inserção crítica para realizar a transformação. Não se trata de reconhecimento, mas de inserção crítica, senão não há transformação da realidade e libertação (FREIRE, 2013).

Outro ponto a respeito da superação da realidade de opressão é, segundo Freire, o fato de os oprimidos não poderem deixar de assim ser, tornando-se opressores de outros. É preciso, justamente, vencer essa mentalidade, a qual é justificada pela conscientização dos oprimidos como detentores da possibilidade de mudarem a si mesmos, aceitando a liberdade, e também aos seus opressores. Essa é a verdadeira essência da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2013). É preciso transformar a situação de opressão e não apenas, remediá-la, subsumi-la. Isso exige empoderamento/conscientização.

Contudo, o contexto que vivenciam, ao qual estão historicamente acostumados e acomodados, torna seu comportamento prescrito, ou seja, pautado por ordens aquém das suas decisões, não correspondendo ao seu dever, sendo-lhes estranho (FREIRE, 2013). Acabam por temer a liberdade, pois com ela passam a ser responsáveis por preencher o espaço que se abriu por eles mesmos, sem os opressores. É devido a isso que necessitamos superar a situação de

opressão e não somente eliminá-la, pois isso “implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela que busca ser mais” (FREIRE, 2013, p. 46). Não basta eliminar, pois assim, abre-se nova lacuna. Nesse movimento, das pessoas procurando como serem sujeitos e superar, vencer, viver, há um movimento contrário, uma força que as interdita.

E, nesse jogo de poder e contrapoder, de dominador e de dominados, nos ancoramos na biopotência da multidão como alternativa para se chegar ao destino da liberdade, de ação biopolítica e do ser plenamente. Trazemos, pois, a questão colocada por Peter Pelbart, que vem ao encontro do pensar espaços de autonomia de comunicação em experiências comunicacionais comunitárias: “como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital, e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?” (PELBART, 2011, p. 22).

Para o autor, “todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode se tornar vetor de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p. 24). Ao verificarmos referenciadas as palavras “valorização” e “autovalorização”, lembramos da conscientização pregada por Freire (1979), pois esta é necessária para que as anteriores ocorram. E a possibilidade dessa ocorrência, conforme ambos autores expõem, está presente em todas as pessoas, sendo uma condição a crença pessoal na “força” que carregam individualmente, amplificada coletivamente, por “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas” (PELBART, 2011, p. 24).

Falamos assim, em uma “democracia biopolítica”, na qual se retira o foco do poder como fator soberano e coloca-se na vida, mudando seu sentido e também a compreensão acerca de biopolítica, conceito apresentado inicialmente por Foucault. Para esse autor, a biopolítica tratava de uma forma de incidência do poder sobre a vida, restando a esta resistir àquele. Nesse formato, biopolítica é essencialmente poder e racionalidade, sendo o corpo e a vida fragmentos passivos. Porém, o que é preciso para o avanço dessas teorias e, principalmente, de experiências promissoras de vida é transformar a ordem do poder, que precisa deixar de “agir sobre a vida” para ser “força de vida”, como Deleuze rerepresentou o entendimento de Foucault. Desse entendimento e dessa forma de compreensão do poder, emerge a potência de vida, a biopotência da multidão.

A multidão que não é povo, que não é público e nem privado, bem como se diferencia de massa. Não se trata aqui da concepção pejorativa de multidão, como agrupamento acéfalo e inconstante, que é regido e precisa ser dominado pelos desmandos de um soberano (PELBART, 2011). A multidão, como compreendida por nós é diferente do povo, pois não é unificada pela questão do Estado e do capital. É também distinta à massa, uma vez que não permite a neutralização de suas diferenças (SANTIAGO, 2014). Tratamos então, de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (SANTIAGO, 2014, p. 30).

Esse entendimento “atualizado” de multidão surge de transformações como a passagem da produção centrada no material para a produção imaterial, quando a força intelectual passa a valer tanto quanto (senão mais) a força braçal, física. Antonio Negri (2014) expõe que se podemos falar que multidão é definida como um conjunto de singularidades, é justamente por estar se tratando de “um conjunto de singularidades trabalhando” (p. 38).

Ao tratar sobre a questão do trabalho, a proposta de multidão, segundo Hardt e Negri (2006), busca não gerar diferenciações, compreendendo que todo tipo de trabalho é produtivo justamente por entenderem que a sua essência está na capacidade criativa e produtiva humana, como projeto político, e não apenas vinculado à produção sob domínio do capital (NEGRI; HARDT, 2006). Tratam, assim, do trabalho imaterial, impondo a ele, nos séculos XX e XXI, tanta relevância quanto ao anterior, dito material, produtivo, gerador de riqueza, de capital. O trabalho imaterial compreende duas formas fundamentais: o trabalho imaterial intelectual e o afetivo.

O primeiro, intelectual, é aquele que “produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 149). Está vinculado ao saber (teórico e prático) e à sua expressão, gerando como produto (ambiguidade do trabalho imaterial, pois mantém uma materialidade) um conhecimento que pode (e deve) ser partilhado. Por sua vez o trabalho imaterial afetivo, “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 149), o qual demonstra a relação entre corpo e mente como resultado, atitudes, comportamentos, personalidades.

Dessa compreensão, fica definido o trabalho imaterial, apresentado por Hardt e Negri, como a “nova forma hegemônica” de trabalho, como a união do intelectual e do afetivo, sendo a comunicação um relevante exemplo, ao passo que “todas as formas de comunicação combinam a produção de símbolos, linguagem e

informação com a produção de afeto” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 150). É, pois, trabalho biopolítico, uma vez que produz relações e, assim, vida social.

Essa proposta traz à tona também o conceito de “comum” como elemento central da multidão, como seu eixo estrutural, pois se trata de uma unidade em meio à diversidade. É “vida comum na qual corpo e mente coincidem e são indistinguíveis (NEGRI, 2004, p. 19). A partir da comunhão das singularidades, das subjetividades, da produção que os sujeitos fazem de si mesmos (NEGRI, 2004), que a multidão se consiste, gerando o “corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 248).

Porém, assim como a multidão é constituída pela força de um corpo comum, ela também gera esse comum, pois, sendo singular na diferença, não viabiliza desordem social. “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. A multidão é subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 258). Singularidade e partilha formam, então, uma força que possibilita transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”, em empoderamento e biopotência.

Contudo, Hardt e Negri (2006) também pontuam o fato de vivenciarmos certa “expropriação do comum”, quando ocorre a privatização daquilo que é de todos, a exemplo da informação genética, da terra, e até mesmo das plantas e dos animais. Ao ser percebida a potencialidade, é buscado tornar o detentor do potencial algo controlável, privado, para que se possa retirar dele o poder que representa. Eis um cuidado que a multidão, por sua constituição comum, deve ter ao ser percebido o potencial que a produção e o produto do seu trabalho imaterial, intelectual e afetivo representam.

Porém, assim como Hardt e Negri, visualizamos que

qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadamente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (NEGRI; HARDT, 2006, p. 251).

E são nessas brechas, na característica fugidia do corpo social comunitário, que vislumbramos essa articulação teórica à Comunicação Comunitária, que identificamos o empoderamento e a biopotência de um “corpo vital coletivo” como poder fundamental e transformador a realidades oprimidas.

Devido a isso, tratamos a Comunicação Comunitária aqui como uma proposta de conceito biopolítico, o que quer dizer que a investigação está centrada nas capacidades criativas dos sujeitos envolvidos. Sob esse entendimento, a perspectiva

comunicacional apresentada não existe em relação à exclusão ou distinção de formas hegemônicas de comunicação, pois a comunicação em si deve ser central. A Comunicação Comunitária, “[...] quando desenvolvida em bases orgânicas e participativas, concretiza um ponto de fusão com o desenvolvimento social local e da cidadania. Pode favorecer a constituição de cidadãos ativos, emissores de conteúdos e gestores da comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 119).

Ao ser orgânica e participativa, e ao oportunizar às pessoas serem cidadãs ativas, essa perspectiva comunicacional possibilita também empoderamento, conscientização e biopotência. Esta última, por sua vez, “inclui o trabalho vital, o poder comum de agir, a potência de autovalorização que se ultrapassa a si mesma, a constituição de uma comunalidade expansiva” (PELBART, 2011, p. 86), e, somada à conscientização, permite a transformação da realidade social e cultural. Porém, dependem ambas da ação livre do homem e, principalmente, sua ação coletiva.

Concordando com Hardt e Negri, a questão não é oportunizar à Comunicação Comunitária como catalogar diferenças, mas sim como identificar onde e como está localizada a “resistência coletiva ao poder” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 144), o que nos parece conceitualmente central no que tange ao viés comunicacional comunitário.

4. Considerações finais

O cenário econômico e político vivenciado, do qual a globalização é protagonista, ao lado do rápido avanço das redes e conexões virtuais, organiza sistematicamente um processo que, ao mesmo tempo em que precisa incluir para o funcionamento de sua lógica, termina por excluir. Para que seja possível reverter essa ordem, faz-se necessária outra força, capaz de romper as barreiras do poder dominante e determinante. Para Negri, Hardt e Pelbart, esse contrapoder provém da vida como força, da biopotência do coletivo, da riqueza biopolítica da “multidão”, do poder inventivo dos sujeitos comuns que oportuniza novas associações e novas formas de cooperação.

Ao expormos nossa intenção de articulação teórica entre o conceito de comunicação comunitária e os estudos sobre o empoderamento e a biopotência da multidão, vislumbramos trazer à tona uma discussão acerca de um novo olhar à teoria e à prática dessa forma alternativa de comunicação. Essa proposta orienta uma possibilidade de compreensão atualizada sobre comunidade e a ação necessária para que tenhamos a formação de sujeitos críticos e coletividades autovalorizadas. Com o entendimento de Multidão, o conjunto de subjetividades

individuais, mas não individualizadas, podemos organizar um grupo atuante frente ao reconhecimento consciente do espaço que convivem.

Para que seja possível o empoderamento no contexto proposto, entendemos ser necessário que a comunidade se transforme e atue como “multidão”, pois assim possibilita se posicionar frente ao poder soberano através das redes que a constituem e das determinações estratégicas que produz, oportunizando libertar-se do poder que a pressiona. Para isso, precisamos de uma força unificadora, a biopotência, que faz possível uma democracia biopolítica e, assim, transformações de cunho social, político e cultural, que afetem positivamente a toda população, incluindo os que pertencem “às margens”.

Referências

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **Ontologia da liberdade na rede**: as multimídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Cibercultura, do XIX Encontro da Compós. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_henrique_%20antoun_%20f%20E1bio_malini.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. Na volta a Espinosa, a construção do comum. **Revista CULT**, Dossiê Entrevista, n. 189, p. 38-41, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação**

& Educação, São Paulo, n. 14, jan./abr, p. 68-75, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Sujeito, comunicação e cultura. (Entrevista concedida a Roseli Fígaro e Maria Aparecida Baccega.) **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 15, p. 62-80, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36864>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MELKOTE, Srinivas R.; STEEVES, H. Leslie. **Communication for Development in the Third World: theory and practice for empowerment**. Londres: SAGE Publications, 2001.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar Comum**, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161256610/Para-uma-definicao-ontologica-da-multidao-Antonio-Negri>. Acesso em: 20 maio 2016.

NEGRI, Antonio. Na volta a Espinosa, a construção do comum. (Entrevista concedida a Thiago Fonseca e Giuseppe Cocco.) **Revista CULT**, n. 189, p. 38-41, 2014.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Tradução de Berilo Varga. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PELBART, Peter P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PERUZZO, Cíclia M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, ano III, v. 2, n. 3, jul./dez., 2005. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/145>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PERUZZO, Cíclia M. K. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. **Revista FAMECOS**, v. 13, n. 30, p. 115-125, 2008.

PICHLER, P.F.; FOSSA, M.I.T. **De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6332>. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUEBRAL, Nora. **Devcom Los Baños style**. Palestra proferida em Honorary Doctorate Celebration Seminar, LSE, University of London, Dez. 2011. Disponível em: www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/events/past-events/Professor-Nora-Cruz-Quebral-Dec-2011-lecture.pdf. Acesso em: 20 nov. 2014.

SANTIAGO, Homero. O que é, quem é a multidão. **Revista CULT**, n. 189, p. 28-31, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2004.

Recebido em: 31/08/2021

Aprovado em: 13/09/2021



O uso de determinados termos faz a diferença: um olhar essencial na garantia de direitos aos autores de atos infracionais com vistas para as manchetes do R7

The use of certain terms makes the difference: an essential look at the guarantee of rights to offenders with a view to the headlines of R7

Paloma Fernanda Martins Pereira¹

Resumo: Grande é a polêmica (e não nova) sobre crianças e adolescentes autores de atos infracionais e as ações destinadas a eles. Segundo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, normativas que embasam, legalizam e oficializam o direito de menores, esse público deve ter atendimento diferenciado no que diz respeito a direitos e deveres, inclusive à responsabilização de atos infracionais. Nesse sentido, o intuito deste artigo é enfatizar que, antes de mais nada, a garantia de direito a eles deve ser efetivada no que tange à linguagem destinada a tais autores. Veremos o quanto o uso de “certos termos faz a diferença”², quando se trata desse grupo, e como eles já determinam a garantia ou a violação de direitos. O cumprimento de tal objetivo se dará por meio da pesquisa de manchetes das reportagens do R7 a respeito do tema, em que observamos como essa rede jornalística persiste em usar termos inadequados e perpetuar a violação de direitos ao se referenciar a esse público. Assim, a justificativa para a permanência de emprego desses usos será brevemente justificada, concluindo que ocorre pela manutenção das palavras de poder e dos lugares de sobreposição e subalternização impostos socialmente.

Palavras-chave: Autores de atos infracionais. Menor de idade. Garantia de direitos. Violação de direitos. Manchetes do R7.

Abstract: Great is the controversy (and not new) about children and teenagers who commit criminal acts and the actions aimed at them. According to the Federal Constitution of 1988 and the Child and Adolescent Statute of 1990, regulations that support, legalize and make minors' rights official, this public must have differentiated care regarding rights and duties, including the accountability of infractions. In this sense, the purpose of this article is to emphasize that, above all, the guarantee of their right must be carried out with regard to the language intended for such authors. We will see how much the use of “certain terms make a difference” when it comes to this group and how they already determine the warranty or violation of rights. The fulfillment of this objective will be done by researching the headlines of R7's reports on the subject, in which we observe how this journalistic network persists in using inappropriate terms and perpetuating the violation of rights to this public. Thus, the justification for the permanence of employment in these uses will be briefly justified, concluding that it occurs through the maintenance of the words of power and places of socially imposed overlapping and subordination.

Keywords: Offenders. Minor. Guarantee of rights. Violation of rights. R7's headlines.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestrado em Serviço Social pela mesma universidade. Atualmente faz graduação em Letras Português/Grego na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e é assessora, consultora textual e professora pela “FM.AC.TEXTO - Assessoria e Consultoria Textual”; bolsista de extensão da UERJ; corretora de redação no Colégio Alfa CEM Bilíngue; e pesquisadora da PUC-Rio. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: descentralização, assistência social, proteção social, enfrentamento à pobreza e efetivação de direito.

² Este título é uma referência ao primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2018), o qual decidi aprimorar neste artigo.

1. Considerações iniciais: as palavras não são neutras

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adolescentes e crianças em conflito com a lei não cometem crimes, mas atos infracionais, e não devem cumprir pena, e sim medidas socioeducativas (MSEs). Além disso, chamar esse adolescente de “menor”, “delinquente”, “pivete” ou até “infrator”, por exemplo, traz uma carga de preconceitos e violações de direitos, remetendo aos primórdios (insuficientes) do processo legal e das ações cotidianas encaminhados a esse público.

Essas questões são motivo para diversas discussões, diferentes posições discursivas e práticas para punir ou proteger esses adolescentes. Cabe assim, com base, principalmente nas leis em vigor no Brasil, esclarecer e defender os direitos das crianças e dos adolescentes envolvidos nesse assunto. Isso partindo da ideia de que o uso de determinadas palavras são escolhas e tem uma razão, um histórico, e querem dizer e determinar algo.

Diversos autores enfatizam que o emprego das palavras não existe por acaso, sem contexto e disputa de poder, elas são escolhidas por uma razão. Destaco como fonte para tal questão Nascimento (2019), Kilomba (2019) e Ramidoff (2006). Os dois primeiros enfatizam como a nossa língua é racista e o quanto está impregnada da sobreposição de poder de uma raça e a subalternização de outras, pois “a linguagem é um processo multiplicador do racismo enquanto instituição básica e estrutural das nossas sociedades modernas” (NASCIMENTO, 2019, p.³ 565).

Isso pode ser afirmado nas reflexões de Nascimento, a seguir:

Uma vez que admitimos que o racismo está na estrutura das coisas, precisamos admitir que a *língua é uma posição nessa estrutura*. Em minha hipótese principal aqui, entendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nela se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação (NASCIMENTO, 2019, p. 178, grifo meu).

Para o autor, a ideia de língua está totalmente ligada à ideia de superioridade, ou seja, a língua não é neutra, posicionamento também defendido por Kilomba (2019), quando disserta que

A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é

³ Esse livro foi lido no Kindle, uma ferramenta digital para leitura de eBooks. Nele, a paginação, algumas vezes, é feita por “posição”, ao invés de página. Então, nas referências desse autor, “p.” se refere à “posição”, e não à “página”.

normal e de quem pode representar a *verdadeira condição humana* (KILOMBA, 2019, p. 14, grifo meu).

Diante disso, a questão terminológica é fundamental, em termos de paradigmas e suas superações, pois a linguagem expõe e pode ainda ocultar os “valores mais escondidos das perversões culturais”, como afirma Ramidoff (2006). Assim, a terminologia (re)estabelece novos padrões para evitar o que é “pejorativo, estigmatizante e ofensivo à dignidade humana” (RAMIDOFF, 2006, p. 75) ou para afirmar, perpetuar tais posicionamentos.

Já adianto que a escolha por certos termos direcionados aos adolescentes autores de atos infracionais tem base nessa linguagem (racista) escolhida, determinada e imposta, que viola direitos. Precisamos questionar e reivindicar tais imposições que discriminam grupos sociais.

Nascimento (2019) defende que a língua cria o sujeito, que enuncia o mundo, e, ao fazer isso, enuncia a si próprio, isto é, ao mesmo tempo que o sujeito se submete a ela, também muda por meio dele. Então, o sujeito é “autor e personagem” dela, enfatizando que diversos termos nos foram impostos, mesmo tendo sido criados e determinados por alguém, mas “a língua é um lugar de muitas dores” (*ibid.*, p. 212) para diversas pessoas e, por ser um sistema de poder, devemos tornar a língua um espaço de luta que precisamos disputar.

Poderemos observar que houve (e há) vocábulos e termos referentes aos adolescentes autores de atos infracionais que tinham (e ainda têm) um peso pejorativo e que os estigmatiza. Esses termos pretendem dizer algo além de palavras, pois todo discurso é carregado de influências e posicionamentos. Os vocábulos aqui discutidos têm a ver com posicionamentos sobre os direitos dos adolescentes em questão, manifestando a presença ou ausência de garantias deles.

Diante disso, para que seja possível o entendimento sobre algo que acontece no presente e explicar a razão de sua existência, se faz essencial (e, talvez, obrigatória) a contextualização de tal fato. Assim, uma análise sócio-histórica, mesmo que breve, é indispensável para que seja clara a compreensão, por exemplo, da utilização de termos e palavras, em determinados lugares e situações, destinados aos adolescentes em questão, como afirma Fisk (2010).

A principal norma usada para dar base a este estudo foi o ECA (1990). Como base bibliográfica foi utilizada, principalmente, Pereira (2018), que aborda a questão de alguns discursos existentes sobre os autores de atos infracionais e as MSEs, analisando Projetos de Leis, Emendas Constitucionais, estudos de pesquisadores sobre o tema e reportagens, examinando até que ponto garantem ou violam direitos.

E ainda Ramidoff (2006), que analisa a questão dos autores de atos infracionais sob a perspectiva do Direito, justificando a necessidade de uma lei específica nesse atendimento. Também Rizzini (2011), estudiosa da história social infanto-juvenil nacional e internacional, e Chauí (2000), que dá um panorama sobre os mitos que fundam a nossa sociedade e justificam como as coisas se dão no Brasil.

O desenvolvimento do presente artigo se dará por um tópico que apresenta e justifica o uso do termo “menor” como um vocábulo obsoleto, inadequado e violador de direitos. Além disso, a apresentação da pesquisa das manchetes de reportagens do R7 comprova que esses termos são comumente usados e existe um porquê para isso. Por meio de tal estudo, teremos o objetivo de buscar resposta ao seguinte questionamento: de que forma esses adolescentes podem ter seus direitos garantidos ou violados com o uso de determinados termos direcionados a eles?

As manchetes de reportagens do R7 utilizadas na pesquisa foram do período entre junho de 2017 e agosto de 2021. A escolha por esse canal se deu pelo fato de os jornais televisivos *Cidade Alerta* e *Balanço Geral*, maior parte de conteúdo do site R7, serem um dos meios mais acessados pela população de “massa”. Esses jornais espetacularizam a violência e influenciam na propagação do racismo e da violação de direitos, principalmente, no que diz respeito a pessoas que infringem a lei. E o período de 2017 a 2021 foi escolhido a fim de que tivéssemos, pelo menos, 5 anos de manchetes para fazer esta análise.

A intenção deste trabalho é contribuir para que adolescentes autores de atos infracionais tenham seus direitos garantidos, preconceitos sobrepostos e dignidade em seus atendimentos, a partir de termos usados para referenciá-los.

2. O “menor” não existe mais: R7 e a perpetuação da violação de direitos aos autores de atos infracionais.

O termo “menor” ainda é comumente utilizado para se referir a crianças e/ou adolescentes que infringem a lei. Porém, esse termo se configura como obsoleto, pois é considerado preconceituoso e estigmatizante, remetendo-se aos Códigos de Menores, leis para infância, que existiam antes do ECA, que mais puniam do que garantiam direitos, como veremos adiante.

Antes de mais nada, os atos infracionais são de autoria de um adolescente ou uma criança que comete irregularidade penal, segundo o ECA. O termo “autor de ato infracional” surgiu com a implementação do referido Estatuto, modificando a forma que esses adolescentes deveriam ser tratados e entendendo que a utilização de

certos termos faz a diferença no tratamento de determinadas questões. Antes do Estatuto, o adolescente que infringia a lei era chamado das seguintes maneiras: “menor”, “menor infrator”, “menor em situação irregular”, “infante” ou ainda, de forma mais pejorativa, “delinquente”, “vadio”, “pivete”, entre outros (RIZZINI, 2011). E não é surpresa perceber que esses são vocábulos ainda bem conhecidos por nós.

A partir do Estatuto, essas expressões não deveriam mais ser utilizadas, uma vez que se referem aos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Esses Códigos eram destinados a tratar do “menor”, analisado como objeto de tutela e cuidado, além de ser diagnosticado em situação irregular, o que configurava, por exemplo, não ter uma família adequada (pai, mãe, empregados e com condições de sobrevivência), ser pobre e periférico ou ter envolvimento com roubos, brigas, jogos, vícios, etc. (*ibid.*).

Não era o que acontecia com aqueles denominados e tratados como “bem-nascidos”, ou seja, crianças que tinham uma família “estruturada” e não dependiam de intervenção do Estado ou da caridade, por meio de associações beneficentes ou das Instituições religiosas. Assim, o “menor” era visto como diferente da criança (*ibid.*). E o uso desse termo ainda se observa, principalmente, em manchetes de jornais e reportagens, demonstrando a permanência da estigmatização e do preconceito para lidar com essas crianças e esses adolescentes (FARAH, 2019).

É fácil encontrar manchetes de jornais e revistas em que o termo “menor” é frequentemente usado e tratado como normal. Porém, enfatizamos: palavras têm intenções e carregam marcas e histórias; elas são escolhidas, logo, não funcionam apenas como reprodução do senso comum, ainda mais nesses veículos de informações midiáticos.

O trabalho de Farah (2019) apresenta uma tabela que demonstra as expressões pejorativas mais usadas pelas mídias e pela população, num geral, em relação aos autores de atos infracionais, no Brasil, são elas: menor (88,9%), menor infrator (7,8%), bandido (7,7%), delinquente (0,7%), drogado (0,5%), viciado (0,2%), marginal (2,3%), desocupado (0,2%), moleque (0,2%), pivete (0,9%), outros (1,4%). Quantos de nós não usamos esses termos? Reflitamos sobre isso.

Na análise feita para este trabalho, 20 reportagens que se referiam a esses adolescentes foram encontradas no período já citado nas considerações iniciais. Dessas manchetes, 15 usavam o termo “menor infrator” para se dirigir a autores de atos infracionais; duas, apenas “menor”; duas, “jovem infrator”; e uma, “jovem apreendido”. Essa última manchete era de uma outra fonte, que não o *Cidade Alerta*, *Balanço Geral* ou *Universal*, e sim o *Agência Brasil*, porém estava no site do R7, o que,

⁴ Consulta ao site do R7, em agosto de 2021. Grifos meus.

diante das observações de Pereira (2018), parece fazer diferença, pois o *Agência Brasil* é um veículo de informação mais “sério” - termo usado por Fisk (2010) - e menos “popular” do que os anteriores, logo, há uma sutil diferença também no uso de certos termos, de acordo com diferentes jornais.

Vejamos algumas dessas manchetes⁴, a seguir:

Gangue de *menores* volta a invadir prédios na Grande São Paulo: *infratores* chegam com facilidade na garagem dos prédios e roubam tudo que veem pela frente

BALANÇO GERAL MANHÃ – 24/03/2021 – 07h24

Menores infratores: por conta da covid-19, MP defende que audiências sejam realizadas por videoconferências

CIDADE ALERTA RJ – 08/04/2020 – 09h29

Barbeiro cria projeto para resgatar *menores infratores* do crime na zona norte do Rio

BALANÇO GERAL RJ – 01/04/2019 – 16h10

Polícia investiga morte em centro para *menores infratores* no Rio: adolescente teria sofrido retaliação após condenação pelo abuso sexual de criança de três anos. Degase atribui morte a colegas de cela da vítima

R7 RJ – 16/11/2018 – 10h20

Menores infratores: adolescente já atropelou tio e avó

BALANÇO GERAL RJ – 28/06/2017 – 17h54 (atualizado em 18/02/2020 – 09h22)

A facilidade de encontrar os referidos termos também se vê nos estudos de Farah (2019), que nos apresenta esses tipos de manchetes e pontua sobre tais usos no jornal *Folha de São Paulo*, do ano de 2016. Vejamos alguns exemplos: “É o segundo homicídio de *menor* por agentes de segurança em um mês” (*ibid.*, p. 279); “2 em cada 3 *menores infratores* não têm o pai dentro de casa” (*ibid.*, p. 279); “Um *menor* é apreendido em flagrante a cada 3h em SP” (*ibid.*, p. 281).

Farah (2019) aponta que o autor de uma das manchetes foi questionado sobre uso dos termos e defendeu não haver problemas quanto à escolha, demonstrando falta de conhecimento sobre o assunto e o que esse uso acarreta ao público em questão, um problema destacado por Fisk (2010), como veremos mais adiante. Farah acrescenta e afirma nossas ponderações a respeito do assunto em questão:

⁴ Consulta ao site do R7, em agosto de 2021. Grifos meus.

A expressão *menor* – e suas derivações, como *menor carente*, *menor de rua* – está diretamente ligada ao contexto semântico da criança pobre, excluída, em recuperação, abandonada, criminosa ou com maior tendência a cometer um crime. Essa construção semântica se deu, no Brasil, desde o Brasil Império, e, conforme o problema social foi-se acentuando, medidas lideradas por médicos e juristas foram sendo pensadas para resolver a questão (FARAH, 2019, p. 288).

Segundo o trabalho da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) (2012), apoiado pela Secretaria dos Direitos Humanos, sobre a maneira como os autores de atos infracionais são tratados na mídia, aponta-se a seguinte assertiva: “A mídia tem muito mais prazer em cobrir o que não funciona do que o que funciona”, critica o jornalista Gilberto Dimenstein. Ele crê que isso seja reflexo de uma velha máxima: o problema é uma notícia, e a solução, nem tanto”. Isso se configura em um grande problema para os autores de atos infracionais, e é o que mais se vê em reportagens e noticiários como o site do R7 e seus programas.

Podemos observar como as mudanças no que diz respeito à substituição do emprego de vocábulos obsoletos e preconceituosos são lentas, pois, para muitos, essa é uma discussão que não precisa estar em pauta nos âmbitos comunitários, do Direito e da Comunicação. Porém, essas mudanças são necessárias para que, a partir disso, os autores de atos infracionais não sejam estigmatizados, punidos e violados em seus direitos.

O quadro 1, a seguir, exemplifica de forma simples e clara os avanços ocorridos no modo como os adolescentes em conflito com a lei eram tratados e como é proposto que sejam hoje. A partir desse quadro, podemos observar como a mudança de termos transforma concepções e maneiras de tratamento.

Quadro 1 – Paradigmas no tratamento aos adolescentes

Velho Paradigma	Novo paradigma
Autores de atos infracionais	
1. Objeto de direitos	1. Sujeito de direitos
2. Problema estatal	2. Assunto de todos – família, sociedade e Estado
3. Solução via contenção de liberdade	3. Solução via oferecimento de oportunidades e garantias de direitos fundamentais
4. Preconceito e marginalização – isolamento social	4. Integração e inclusão social sem rotulação
5. Internação como solução – quanto mais longe do meio em que vive, melhor	5. Internação como exceção. – adolescente que deve permanecer em seu meio social e familiar
6. Marginal, delinquente, irrecuperável	6. Cidadão

Fonte: Pereira (2018, p. 28) *apud* Ferreira (2006).

Diante do exposto, pode-se perceber a importância de estar atento ao uso das palavras adequadas para se referir aos autores de atos infracionais, afinal, insistir no uso dos termos anteriores é decidir continuar violando direitos desses adolescentes. Eles precisam ser vistos e tratados como sujeitos de direitos e para além dos atos infracionais que cometem.

É importante ressaltar que a questão da criança e do adolescente em conflito com a lei era entendida, na passagem do século XIX para o XX, como “o problema do menor abandonado e delinquente”. Ela foi tratada como caso de polícia, tendo como ações características a repressão e a violência, a fim de se estabelecer a ordem e a limpeza social exigidas à época (RIZZINI, 2011). Será que difere do que vemos acontecer hoje? Precisamos cotidianamente pensar e discutir a respeito disso.

Com o surgimento do ECA, houve uma transição que, de fato, foi um avanço no que concerne à efetivação de direitos da criança e do adolescente, inclusive, do autor de atos infracionais. Porém, o paradigma do “menor”, e tudo o que o envolve, ainda precisa ser superado, não apenas pelas práticas do direito da criança e do adolescente terem origem na violência, mas pelo fato de este ser o pilar que funda a sociedade brasileira, segundo Chauí (2000). A mudança é de cunho muito mais profundo do que se imagina. É estrutural, em nossa sociedade, o racismo e a criminalização da pobreza.

Como defende Nascimento (2019), as línguas, em si, não têm cor ou corpo, mas, ao serem politizadas, *elas* têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe, porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder, dentre os quais o próprio colonialismo, fundado a partir de 1442 e a colonialidade que ainda continua entre nós como continuidade deles (NASCIMENTO, 2019, p. 224, grifo meu).

Em consonância com tal posicionamento, Fisk (2010) pontua sobre o jornalismo e as palavras de poder, questionando acerca do uso de determinados termos em reportagens e da submissão de jornalistas e editores às palavras impostas pelos “donos” do poder para a perpetuação de seu lugar nas esferas sociais.

No contexto Ocidental, a relação entre poder e mídia diz respeito a palavras –é sobre o uso de palavras. É sobre semântica. É sobre o emprego de frases e suas origens. E é sobre o mau uso da História e sobre nossa ignorância da História. Mais e mais, hoje em dia, nós jornalistas nos tornamos prisioneiros da linguagem do poder (FISK, 2010).

Assim, Fisk enfatiza que os jornalistas não devem ser “massa de manobra” para tais detentores e acrescenta: “quando usamos estas palavras nós nos tornamos

aliados do poder e das elites que mandam no mundo sem medo de serem desafiadas pela mídia” (*ibid.*). E ele aponta uma solução para seus colegas:

Como escapamos desta doença? Fiquem de olho nos corretores de ortografia de seus laptops, nos sonhos dos subeditores com palavras de uma sílaba, parem de usar a Wikipedia. E leiam livros, com páginas de papel, que significam leitura profunda. Livros de História, especialmente (*ibid.*).

Ou seja, Fisk enfatiza a busca pelo conhecimento da história para que a mídia esteja ao lado do povo e seja justa, ao invés de contribuir para a opressão e subalternização da massa.

Como vimos, os jornais sensacionalistas e que espetacularizam a violência, tanto em nossa pesquisa quanto na de Farah (2019) e de Pereira (2018), optam por seguir reproduzindo preconceitos e estigmas, além de propagar essa conservação à população, que, por sua vez, “alimenta” a existência desse tipo de informação, pelo seu interesse em vingança e violência⁵, o que acaba sendo lucrativo para as mídias em questão.

Isso faz se relaciona com o que Bassi (2020) aponta sobre o estudo de Salas (2017) a respeito dos usuários do Facebook, em 2015. Por meio dessa pesquisa, pôde se constatar que existia uma “bolha ideológica” à qual os usuários preferiam acessar. Isso queria dizer que eles “preferem observar e ter contato com informações e notícias às quais se identificam e aprovam, ao contrário de interagirem com informações que discordam e/ou são inflexíveis” (BASSI, 2020, p. 2). Assim, as mídias reproduzem aquilo que os telespectadores gostam de ver: o espetáculo da violência.

A cultura da violência necessita recorrer a uma construção racional que permita aos indivíduos justificar a violência. É aqui que intervém a “ideologia da violência”, cuja função é construir uma representação da violência que não deixa ver aquilo que ela é na verdade – desumana e escandalosa (MULLER, 2007, p.13).

Nesse sentido, acontece a inversão de valores, a representação histórica redireciona a violência “desumana e escandalosa” à sua positivação social. “Em vez de ser banida – declarada à margem da lei –, a violência é banalizada – declarada em conformidade com a lei. Por conseguinte, nenhum freio intelectual irá se opor ao emprego da violência” (BASSI, 2020, p. 6).

⁵ Sobre isso, Chauí (2000) explica que a população brasileira tem esse desejo de vingança e busca por punição e violência como melhor medida para solucionar os problemas da violência social porque é uma questão estrutural de violência e impunidade que dão base aos primórdios do nosso país, a partir da chegada dos europeus. O que se afirma em Bassi (2020), que se embasa do filósofo Jean Muller para explicar que a cultura da violência é uma ideologia predominante entre as sociedades.

Bassi ainda acrescenta que a “ideologia da violência trabalha na construção orgânica de pressupostos maniqueístas, em fortalecer laços de pertencimento e identidades, e menosprezar o concorrente, como inimigo e vilão” (*ibid.*, p. 6), colocando em xeque a “apresentação simbólica do outro” (*ibid.*, p. 8). O mesmo também podemos ver em Kilomba (2019), segundo a qual, nessas relações de poder, o “outro” é criado como antagonista do “eu”. Esse “outro” não é o outro no sentido de ser diferente do eu, como aquele que precisa ser respeitado em suas diferenças, mas o subordinado, o exótico, chegando a ser considerado (e ele reproduz isso) um nada, sem representatividade, sem identidade, o subalterno.

Apropriando-se dessas autoras para a análise da pesquisa realizada para este trabalho, podemos assimilar, a partir da nossa prática profissional com o público em questão e de estudos a respeito dos adolescentes autores de atos infracionais, que relações de poder se apresentam na questão. Os autores de atos infracionais são o “outro” definido por Kilomba e o “inimigo/vilão”, por Bassi. Compreende-se que a manutenção deles nos lugares subalternos por aqueles que estão “do outro lado”, em posição oposta à deles, é intencional, segregativa e preconceituosa.

Bansi questiona se as mídias (na verdade, seus gestores e executores) refletem a respeito de efetivarem ou não seu papel de “atender a racionalização emergente de uma sociabilidade mais dialógica” à medida que propagam suas informações e que as comunicam à população. Pois ela vê a comunicação não violenta como “uma saída inteligente para a *coparticipação* do coletivo” (BASSI, 2020, p. 11, grifo meu). Reafirmando a fala de Fisk (2010), os jornalistas se submetem às palavras de poder impostas pelos detentores dele, contribuindo para a perpetuação desses poderes, a “alienação” das massas e a consequente manutenção dessas massas no lugar de submissão.

Bansi conclui que “culturalmente é papel das mídias incentivarem construções diversificadas, originais e respeitadas” (*ibid.*), o que comprovamos não ser efetuado pela rede jornalística R7.

3. Considerações finais

Crianças e adolescentes demandam tratamento específico do Estado (e de seus representantes profissionais na ponta do processo de execução de políticas públicas), da sociedade e da família, como determina a Constituição Federal. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, especificamente, deveres e direitos para que se atenda e proteja esse público integralmente (o que abrange o âmbito

social, psicológico, educacional, da saúde, do lazer, da moradia, da alimentação, do saneamento básico, da qualidade de vida etc.).

Diante disso, autores de atos infracionais, mesmo que sejam uma demanda específica entre as questões presentes na esfera infantojuvenil, são crianças e adolescentes, logo, precisam ser vistos com a mesma diligência.

Este artigo se propôs a defender a garantia dos direitos dessa população a partir do uso de termos adequados para nomear, definir e tratar os autores de atos infracionais. E teve por finalidade olhar para além do ato infracional que eles cometem, vendo-os não apenas como violadores de direitos (o que não pode ser esquecido absolutamente), mas também como vítimas de um sistema falho na execução de suas políticas públicas. Além disso, é importante que preconceitos e paradigmas estigmatizantes sejam superados e deixem de violar direitos garantidos constitucionalmente.

Observa-se que, teoricamente, as conquistas foram significativas e, com base nelas, as crianças e os adolescentes passaram a ter sua voz ouvida, além de espaço prioritário na sociedade. A partir desses avanços legais, mecanismos são desenvolvidos para que a execução das leis em vigor sejam efetivas.

No entanto, a realidade, diversas vezes, se diferencia do que está proposto nas leis que regem este país, e isso gera contradições para a efetivação das MSEs e equívocos na interpretação de suas propostas. Compreender que o “menor”, dos Códigos de Menores, tinha tratamento totalmente diferente daquele que o ECA estabelece é perceber que o adolescente não deve mais (e não tem porquê) ser chamado de “menor”. Pois a criança e o adolescente não têm que ser aqueles definidos nos Códigos de Menores, nem receber os tratamentos que eles previam.

Pereira (2018) afirma que os discursos são sócio-históricos, ou seja, dependendo do contexto social, eles podem tender mais para o ataque ou para a defesa dos direitos. Como podemos ver, o atual contexto brasileiro contribui para o ataque, e isso configura em um retrocesso na conquista dos direitos.

Vemos que a luta, neste âmbito, não é fácil (e nunca foi). Começamos, então, pelo uso adequado dos termos, o que também não é simples. Como observamos ao longo deste trabalho, superar esse problema é mexer nas estruturas da sociedade no que diz respeito à cultura da violência, do racismo e da desigualdade. É necessário conhecimento (e a busca por ele), predisposição, humanidade, respeito. Bem afirmou bell hooks:

Reconhecer que nós nos tocamos uns aos outros na linguagem parece particularmente difícil numa sociedade que quer que acreditemos que não

há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é ser inferior; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, ideias são sempre mais importantes que a linguagem (HOOKS, 2008, p. 863).

Portanto, a linguagem tem seu valor, já que ela se desenvolve pela língua e esta, como defende Nascimento (2019), é enunciada pelo sujeito e esse a enuncia ao mundo e a si próprio. Então, é preciso lutar e conquistar esse espaço da palavra para que as imposições sejam superadas e os direitos sejam garantidos.

O adolescente autor de ato infracional deve ser visto para além do ato que comete. Assim, para que ele não seja estigmatizado nem tenha seus direitos violados, deve-se considerar o seu contexto de vida, as suas influências externas e o fato de ser uma pessoa em desenvolvimento que, independentemente de qualquer motivo, é sujeito de direitos.

Referências

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Comunicação e Direitos (realização); Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (apoio). **Direitos em pauta: Imprensa, Agenda social e Adolescente em conflito com a lei**. Como os jornais brasileiros abordam as temáticas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei? Uma análise da cobertura de 54 diários entre 2006 e 2010. Brasília, agosto de 2012.

BASSI, Ingrid Gomes. Crítica e questionamento das violências em mídias contemporâneas. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n. 1, p. 4.426-4.439, jan. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Secretaria Especial de Direitos Humanos, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FARAH, Angela Maria. Infância e violência: uma leitura dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **RUA**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 269-292, 2019.

FISK, Robert. Robert Fisk: o jornalismo e as palavras de poder. **Carta Maior**: portal da esquerda, 1 de jun. de 2010. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Robert-FisK-O-jornalismo-e-as-palavras-do-poder/6/15838>. Acesso em: fev. 2021.

HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas linguagens: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, set./dez., 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PEREIRA, Paloma Fernanda Martins Pereira. **Medidas Socioeducativas em Meio Aberto para adolescentes**: discursos entre a garantia de direitos e a punição. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de direito da criança e do adolescente**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em: 30/10/2021

Aprovado em: 09/09/2021

Thays Helena Silva Teixeira¹, Mirian Anabel Pascual², Mariana Cornejo³

Resumo: Proponemos un análisis de contenido comparativo de medios considerando un caso específico que involucra la salud pública y el consumo del mate que tuvo expresiva difusión periodística, en el territorio que compone la Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam), en Argentina, e involucra la perspectiva de comunicación en interface con la salud y comunidad. El vínculo indispensable entre las ciencias de la salud y de la comunicación aportan y complejizan a la nueva sociedad que debemos colectivamente repensar, entendiendo que “la salud” puede ser un horizonte y un dispositivo de conformación de practicas ciudadanas.

Palavras-chave: Salud Publica; Pandemia; Ciudadanía Comunicativa; La Pampa; Prácticas comunicativas.

Abstract: Propomos uma análise comparativa de conteúdo da mídia considerando um caso específico que envolve a saúde pública e o consumo de erva-mate de significativa divulgação jornalística, no território que compõe a Universidade Nacional de La Pampa (UNLPam), na Argentina, e envolve a perspectiva interface de comunicação com saúde e comunidade. O elo indispensável entre as ciências da saúde e da comunicação contribui e complica a nova sociedade que devemos repensar coletivamente, entendendo que a saúde pode ser um horizonte e um dispositivo para moldar as práticas dos cidadãos.

Keywords: Saúde pública. Pandemia. Cidadania Comunicativa. La Pampa. Prácticas comunicativas.

1. Introducción: Perspectiva / Marco

Estudiaba el comportamiento extraordinario del mate, la respiración de la yerba fragantemente levantada por el agua y que con la succión baja hasta posarse sobre sí misma, perdido todo brillo y todo perfume a menos que un chorrito de agua la estimule de nuevo, pulmón argentino de repuesto para solitarios y tristes... Pero este mate es como un indulto, che, algo increíblemente conciliatorio. Madre mía, cuánta agua en los zapatos. Mirá, un mate es como un punto y aparte. Uno lo toma y después se puede empezar un nuevo párrafo...

(Fragmento de "Rayuela", de Julio Cortázar)

¹ Doctora en Estudios de Medios por la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), con período de intercambio en la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB). Investigadora del Grupo PRAGMA/UFRN. Miembro de la Red AMLAT. Analista de Comunicación en Pampetrol SAPEM (Empresa Pampeana de Energía- Argentina). Brasileña.

² Maestranda en Planificación y gestión de procesos comunicacionales (UNLP). Profesora Adjunta de La Universidad Nacional de La Pampa. Argentina.

³ Especialista en Políticas Sociales (UBA). Prof. Adjunta de la Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam).

Empecemos este nuevo párrafo. El mate es una referencia de la cultura argentina y está casi siempre presente en cualquier reunión, de las afectivas a las más formales. En todo el país los vínculos con el mate conforman recuerdos, memorias y circundan una narrativa social importante. Es decir, convidar a un mate no es solamente juntarse para tomar una bebida es socializar, vivir.

En este análisis abordaremos un episodio mediático/social que pone en jeque la situación de vivencia y experiencia cultural de compartir el mate, de socializar, que se presencia en la pandemia y que refleja fuertemente en una costumbre tan arraigada en Argentina. Y antes de todos, es fundamental remarcar nuestro lugar de habla.

El presente trabajo se enmarca en un Programa de Extensión en Comunicación y Salud de la Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam), que desde el 2017 realiza actividades principalmente de docencia y formación disciplinar. A este marco, se suma la asignatura curricular “Taller de gestión de la Comunicación Institucional” que se dicta casi en su totalidad dentro de las instituciones públicas de salud. Estos espacios ponen en diálogo a trabajadores del servicio público junto a otros actores de instituciones estatales u organizaciones sociales para la elaboración de diagnósticos y planificación participativa.

Dichos vínculos que se co-construyen en territorio se enmarcan en la perspectiva de la Extensión Crítica entendiendo que la Universidad es una institución central para mejorar las condiciones de vida del pueblo, por su capacidad de anticipación teórica y su compromiso político. Desde una propuesta educativa situada en pos del desarrollo integral del territorio que habita, INTERCOM, “Intervención desde la Comunicación”, promueve la formación de comunicadoras y comunicadores sociales comprometidos con la realidad de las instituciones de Santa Rosa. Con abordajes metodológicos que incluyen la investigación acción participativa, el diálogo de saberes y la promoción de derechos; el proceso se torna significativo tanto para la comunidad universitaria como para las instituciones de salud en sus distintos niveles de atención que van desde la máxima complejidad, con el Hospital Dr. Lucio Molas hasta el primer nivel representados en los Centros de Atención Primaria de la salud “Zona Norte” y Centro de Atención Primaria de la salud “Villa Germinal”.

La universidad en diálogo con las instituciones de salud permitió sentar las bases para jerarquizar la importancia de la comunicación en salud, propiciando la participación comunitaria como un derecho ciudadano y una vía para aumentar la eficacia de las iniciativas sobre la propia salud de la institución. (DÍAZ Y URANGA, 2011).

La intervención se enmarca en el enfoque de la planificación estratégica participativa, que entiende que un plan que involucre a la comunidad en su conjunto

fortalece las instituciones y genera el ambiente necesario para el progreso colectivo y sustentable (TAUBER, 2011). Se planifica desde la importancia de la intervención, como experiencia situada, a partir de la cual se pretenden reconocer las estructuras institucionales y los sentidos discursivos en torno de las identidades de los sujetos, trayectorias, prácticas y quehaceres, que estarán en constante negociación dentro de la institución y que, a raíz de la intervención, modificarán las prácticas, sentidos y la personalidad del comunicador (DEMEDÍ, 2004).

Desde esta perspectiva, se define a la realidad como diversa, construida subjetivamente y percibida de distintas maneras. De esa manera, resulta fundamental elaborar instrumentos metodológicos que indaguen sobre los objetivos, los intereses y las explicaciones sobre las problemáticas que construye cada actor social en y desde su territorio.

Esta propuesta de investigación acción participativa pone en diálogo personas, grupos y colectivos en el territorio donde se realiza la actividad. Además, fortalece las relaciones de calidad entre la institución de salud y los/las usuarias mediante la adecuación de la imagen pública, la comunicación interna y las acciones de promoción de la salud. En este espacio de aula social, los y las estudiantes contribuyeron a elaborar diagnósticos situacionales de comunicación y reconocieron el problema disciplinar situado, desde el abordaje multidimensional a través de la inserción planificada en la institución de salud. Esto facilitó la generación y ejecución de actividades que respetaran la dinámica de las instituciones, la diversidad cultural y apuntan a promover una experiencia pedagógica alentadora del pensamiento crítico.

Abordar la dimensión comunicacional desde la capacitación en comunicación con metodología de taller promueve el encuentro entre pares y aporta junto a los saberes previos, el consenso para pensar desde la comunicación un sentido compartido. Ese proceso implica la reconstitución para su comprensión y explicación de los significados que se van encontrando a la vez que se construyen futuros con un sentido definido.

El profesor y extensionista Jorge Castro (2015) consideraba que estas experiencias ponen en un terreno real a las instituciones de salud como espacios pedagógicos que necesitan de la retroalimentación con la Universidad. Es en estos ámbitos concretos donde los estudiantes se pusieron a la par de personas con problemas y aprehendieron formas diversas en el abordaje de soluciones. Acompañados por sus docentes y en interacción constante, emergieron propuestas conjuntas para el diseño de estrategias comunicacionales tanto internas como externas a la institución.

Partiendo de estas perspectivas y marcos teórico-pedagógicos, proponemos un análisis de medios considerando un caso específico que tuvo expresiva difusión periodística, en el territorio que compone la Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam), e involucra la perspectiva de comunicación en interface con la salud y comunidad. Tal lógica es latente frente a la historicidad abordada en nuestra labor docente y formación extensionista, limitado en práctica por virtud de la pandemia del Covid-19.

El abordaje hecho considera el análisis comparativo de contenidos de productos mediáticos y periodísticos, con la finalidad de comprender como las cuestiones de salud pública y colectiva son entendidas en contexto de pandemia y que implicaciones estas prácticas generan en las costumbres de la comunidad, de los y las ciudadanas.

2. Monitoreo de medios

La declaración de pandemia, el 11 de marzo de 2020, sumado al aislamiento preventivo obligatorio imposibilitaron la intervención desde la comunicación en las instituciones de salud como actividad semanal presencial. En Argentina el aislamiento seguro, social y obligatorio, que dispuso el estado nacional como medida sanitaria, generó las condiciones para la reflexión sobre las acciones en comunicación y salud realizadas en territorio. Estas acciones entran en tensión con la construcción noticiosa de los fenómenos vinculados a la salud, en donde los medios de comunicación ejercen un poder simbólico que contribuye a la reproducción de la cultura, la construcción de estereotipos y son canales para el acceso a derechos, principalmente el de la información/comunicación, la educación y la salud.

Apenas declarada la pandemia por la Organización Mundial de la Salud, las instituciones universitarias, las organizaciones de comunicación popular, la defensoría del público, entre otras, proporcionaron protocolos de cómo abordar la información sobre la crisis sanitaria más triste para muchos y muchas, donde la clave radica en comunicar para contribuir al sostenimiento de la confianza. La difusión de información socialmente relevante proveniente de fuentes oficiales y especializadas en la temática deben promover mensajes que combinen la rigurosidad científica con un vocabulario sencillo para garantizar el acceso y la comprensión. La espectacularización de historias dramáticas debe evitarse para respetar los derechos personalísimos, como así también erradicar de una vez y para siempre las miradas estigmatizantes y/o discriminatorias sobre determinados colectivos sociales.

Aunque estos principios éticos del periodismo deberían estar incorporados para la convivencia dentro de una sociedad democrática, y no como subproducto de una declaración excepcional por la pandemia, fueron y seguirá siendo preciso clarificarlos mientras los medios de comunicación sigan controlados por monopolios y al servicio lucrativo de empresas. Martín Becerra (2015) especializado en el estudio sobre la concentración mediática, sostiene que en la actualidad son 4 los grupos económicos que poseen el 74% de los diarios, más del 56% de la audiencia en TV abierta y más del 53% de las radios en Argentina. Asimismo, el estudio de los medios de comunicación comunitarios, públicos y privados resulta clave para dar cuenta de la construcción noticiosa y la necesidad de un abordaje integral. Los medios deben estar al servicio social de una situación de emergencia sanitaria en la producción de contenidos que colaboren con el desarrollo integral de las personas y al servicio de la vida en equilibrio con el ambiente, la educación y la salud.

En ese contexto considerase las cuestiones respecto del análisis y su marco teórico-metodológico para que sea posible articular las categorías analíticas de comunicación y salud en los marcos de la cobertura periodística.

¿Qué observar? qué aspectos temáticos de la realidad de interés social, político, cultural. ¿Para qué observar? Para hacer seguimiento y análisis de diversos contenidos, diseñar y ejecutar un sistema de información pública sobre el medio y promover un diálogo social. ¿Cómo observar? Con un amplio uso de metodologías cuantitativas y cualitativas (VILLA, s.n., 2010).

El objeto de estudio que se construye de observar los medios tiene una dimensión simbólica (palabras, imágenes, tiempo de duración) y una dimensión institucional (la estructura empresarial, económica y laboral del medio). En este caso se abordará la construcción noticiosa que se realiza desde los elementos de titulación de los 3 diarios digitales y de tirada nacional más importantes de la prensa Argentina en lo que se refiere a las afirmaciones que realiza el médico Maximiliano Bauer, director del Hospital "Doctor Heraclio Luna", de la localidad de Macachín en la red social Facebook de dicha institución. Macachín es una localidad de La Pampa en el límite con la provincia de Buenos Aires, en donde se vio un aumento en los casos de coronavirus en los primeros días del mes de agosto de 2020.

"Por favor, no compartir el mate. No quiero llegar al extremo de tener que mandar a sacar todos los paquetes de yerba de los negocios. Un mate es para cada uno. Por favor, no compartir el mate. De todos nosotros depende", dijo en video el médico el día 2 de agosto de 2020. Tal declaración asume un destacado en la prensa nacional argentina en virtud de las cuestiones culturales que involucra el mate, el compartir y las

juntadas en la sociedad del país, particularmente pampeana. Un momento donde construir un nuevo párrafo es también dejar de compartir el mate, un lapso de egoísmo, de transformar una bebida colectiva e en individual para garantizar, o intentar garantizar una estrategia sanitaria. Además, expresa las cuestiones sensibles que marcan la salud de la población delante de una pandemia y crisis sanitaria.

De esa manera, este análisis comparativo considera el tipo de abordaje asumido por la prensa frente esta declaración y los dispositivos discursivos que involucran estos tipos de declaraciones.

3. Análisis comparativo de coberturas

Este análisis de contenidos observa volanta, títulos y bajadas utilizadas por los medios para comprender que abordaje o abordajes son utilizadas por los medios para visibilizar la declaración, y en qué medida consideran las cuestiones de salud pública como elemento principal. El análisis parte de la idea del acontecimiento mediático como acción que genera agenda pública y que conforma discursos circulantes en la esfera pública (HABERMAS, 2003, ALSINA, 2010). Tomar mate en Argentina no es algo poco complejo. Decir que un sujeto no puede compartir un mate es como limitar un acto de socialización fundante de la sociedad y claramente remarca la perspectiva de la construcción social de la realidad por medio de la noticia.

Alsina (2010, p.50) hace la siguiente definición: la noticia es una representación social de la realidad cotidiana, generada institucionalmente y manifestada en la construcción de un mundo posible (el medico desea que los y las argentinas no compartan el mate). "Se genera en una institución informativa que presupone una organización compleja". Pero, más allá de eso, el rol de los medios de comunicación está institucionalizado y tiene la legitimidad para generar una realidad socialmente relevante.

En este contexto de la noticia como una construcción empecemos a observar la repercusión de una declaración delante de cuestiones de salud pública, esfera mediática, territorio y cultura.

Tabla 01: Informaciones comparativas publicadas en los medios argentinos nacionales

Periódico	Datos
<p>Clarín https://www.clarin.com/sociedad/coronavirus-pampa-amenazan-sacar-paquetes-yerba-pueblo-gente-comparte-mate_0_ofYFIDEGs.html</p>	<p>Volanta - La pandemia en el país Título - Coronavirus en La Pampa: amenazan con sacar todos los paquetes de yerba de un pueblo si la gente comparte el mate Bajada - Lo dijo el director del hospital de Macachín, luego de que se detectaran nuevos focos de contagio Fecha de publicación: 3 de agosto - 2020</p>
<p>La Nación https://www.lanacion.com.ar/sociedad/la-pampa-medico-amenazo-retirar-yerba-mate-nid2412500</p>	<p>Título - La Pampa: un médico amenazó con retirar la yerba mate de los comercios para evitar contagios Bajada - "Por favor, no compartir el mate. No quiero llegar al extremo de tener que mandar a sacar todos los paquetes de yerba de los negocios. Un mate es para cada uno. Por favor, no compartir el mate. De todos nosotros depende", dijo en un video el médico Maximiliano Bauer, director del hospital de Macachín, un pueblo de La Pampa en donde se vio un aumento en los casos de coronavirus en los últimos días. Fecha de publicación: 5 de agosto - 2020</p>
<p>Página 12 https://www.pagina12.com.ar/283074-coronavirus-en-un-pueblo-de-la-pampa-quieren-prohibir-la-yerba</p>	<p>Volanta - En Macachín amenazan con retirar los paquetes de los comercios Título - Coronavirus: en un pueblo de La Pampa quieren prohibir la yerba para que no se comparta el mate Bajada - El director del hospital de Macachín, un pueblo de la provincia de La Pampa, pidió a los habitantes que no compartan el mate para detener el aumento de casos de coronavirus. De no hacerlo, el médico amenazó con retirar los paquetes de yerba de kioscos, almacenes y supermercados. "Un mate por persona", rogó Maximiliano Bauer, director del hospital Heraclio Luna. Fecha de publicación 6 de agosto 2020</p>

Fuente: Clarín, La Nación, página 12.

Una mirada general de los elementos mencionados da cuenta de una construcción de similares características en los tres matutinos, la respuesta al acontecimiento noticioso, al QUÉ ocurrió, lo construyen en la "amenaza" del médico, en la "prohibición" al consumo de una de las infusiones más arraigadas en los hábitos y costumbres de los y las ciudadanos/as; El QUIÉN lo posicionan en el director del Hospital, el cual además responde a una construcción de sentido cargada de poder desde el paradigma médico hegemónico, que en contexto de pandemia lo reconfigura en "la" voz autorizada para la comunicación de la salud y enfermedad; El dónde es la referencia geográfica, es la localidad de Macachín, pero también la provincia de La Pampa, la cual desde el inicio de la cuarentena no había presentado casos que preocuparan e incluso se mantuvo sin casos entre los meses de abril, mayo y junio de 2020, pero dicha información ni siquiera figura en el cuerpo de la nota, sino que se amplía la declaración e informe epidemiológico que el médico en cuestión realizaba desde la red social Facebook del nosocomio.

El abordaje dista mucho de lo que podría haber sido una buena oportunidad abordar el tema con criterio y responsabilidad informativa, ya que el hábito y costumbre de beber mate en la sociedad argentina es muy alta y la posibilidad de compartirlo entre familiares o integrantes de una misma casa es muy común.

Por su parte, la repercusión y construcción de dicho acontecimiento a nivel local (provincia de La Pampa), también resulta de interés para entender la importancia de la promoción de la salud en lo que al tema refiere. Se tomaron las noticias de los siguientes medios:

Tabla 02: Informaciones comparativas publicadas en los medios pampeanos

Periódico	Datos
<p>El diario de La Pampa https://www.eldiariodelapampa.com.ar/provinciales/2042-no-quiero-llegar-a-pedir-que-saquen-los-paquetes-de-yerba-de-los-comercios</p>	<p>Volanta – Provinciales Título - "No quiero llegar a pedir que saquen los paquetes de yerba de los comercios" Bajada - El director del Hospital de Macachín, Maximiliano Bauer, explicó que "el equipo de Salud se encuentra en alerta, realizando vigilancia y revisando la trazabilidad los contactos". La localidad tiene 10 casos positivos y este domingo realizan 11 nuevos hisopados. Fecha de publicación: 2 de agosto - 2020</p>
<p>Info Huella. El diario digital del Oeste de La Pampa https://infohuella.com.ar/contenido/9884/covid-19-en-macachin-advertencia-por-el-mate-y-por-los-hisopados-negativos#.XzHpv5TjwuE.whatsapp</p>	<p>Volanta – Provinciales Título - Covid-19 en Macachín: advertencia por el mate y por los hisopados negativos Bajada - El director del Hospital fue claro: llamó a la responsabilidad social y a no compartir el mate. Además, advirtió que un hisopado negativo de un contacto estrecho "no está exento de desarrollar la infección por coronavirus". Fecha de publicación: 4 de agosto - 2020</p>
<p>Radiokermes.com Cuenta con audio de la entrevista en vivo http://www.radiokermes.com/noticias/3523-estabamos-con-la-guardia-baja#.XzHrZ2V1brk.whatsapp</p>	<p>Título - "Era uno de los que pensaba que el virus nunca iba a llegar" Bajada - José Luis Orallo, trabajador bancario de Macachín, es uno de los casos positivos de COVID-19 que tiene la localidad y aseguró que continúa sin tener síntomas de la enfermedad.</p>
	<p>Título - "Estábamos con la guardia baja" Bajada - El director del hospital de Macachín, Maximiliano Bauer, se refirió a sus dichos sobre sacar la yerba de los supermercados y aclaró que busca generar conciencia para que no compartan el mate. Fecha de publicación 3 y 5 de agosto 2020</p>

Fuente: El Diario de La Pampa, Info Huella y Radiokermes.

La construcción de la noticia en los medios locales a diferencia de los medios nacionales, no repara en la "amenaza" como tal, sino que da cuenta de la necesidad de estar atentos y advertir sobre el consumo individual del mate, y revela el asombro o desconcierto de una población de 5 mil habitantes que nunca pensaron que les pasaría algo así, que estar con "la guardia baja" tiene que ver con las conductas cotidianas de los y las vecinos/as que reconocían que no se cuidaban y que habían compartido el mate. "No tengo nada en contra del mate, me gusta, el mensaje era que cada uno tuviera su propio mate, y que en el caso de que lo compartan no iba a quedar otra que sacarlos de los supermercados, pero era solamente para que se entienda que no hay que compartir el mate", aclaró el director del Hospital Heraclio Luna de Macachín, Maximiliano Bauer a raíz de tomar estado nacional su video por la red social. Por otro lado, la historia de vida, propiciando generar empatía y conciencia de la gravedad de la situación, da cuenta de una construcción comunitaria e identitaria de la información.

Frente a este desafío, de informar en pandemia, de desnaturalizar los hábitos y costumbres cotidianos, de promocionar la salud y sus cuidados, es necesario conocer la mirada, experiencias y mensajes comunicacionales que se emiten a partir de las prácticas sociales sus interlocutores. A este diagnóstico Prieto Castillo (2004) lo denomina etapa de prealimentación necesaria para generar materiales comunicacionales. Una vez logrado el diagnóstico acerca de cómo es la tarea de comunicación institucional se pueden generar preguntas a los usuarios, para transformarlas en cuestionamientos o problemas a partir de los cuales se puedan planificar procesos comunicacionales visibles internos y externos. Autores como Huergo (2001) y Uranga (2007) sostienen que la comunicación se puede mirar en las prácticas sociales y que resulta indispensable establecer acciones para crear educación-comunicación.

4. Reflexiones

Delante de este análisis comparativo es posible comprender como es necesario la construcción de noticias informativas que deconstruya la cotidianeidad y brinde mensajes de higiene y salubridad reconociendo las condiciones materiales de vida de los y las vecinos/as.

El mate por sí solo no contagia, la responsabilidad es nuestra. Es una perspectiva de percibir como las cuestiones culturales involucran los hábitos cotidianos, aunque sepamos que es necesario precauciones sanitarias delante de una crisis de magnitud global y el rol de los medios de comunicación frente un abordaje complejo.

Necesitamos ahora más que nunca una comunicación y una salud que se aborden como derechos humanos, donde su importancia recíproca permita aconsejar e indicar el lavado de manos y desinfección de espacios comunes, a la par que se investiga y denuncia la falta agua y de suministros indispensables para una vida digna, desenmascarando las redes de corrupción existentes.

El vínculo indispensable entre las ciencias de la salud y de la comunicación aportan y complejizan a la nueva sociedad que debemos colectivamente repensar, entendiendo que “la salud” puede ser un horizonte, un proyecto de mundo que nos une. Debora Ferrandi (2018), parafraseando a su maestro el Dr. Floreal Ferrara, invita a pensar a la salud como la capacidad singular y colectiva para luchar contra las condiciones que limitan la vida. No se trata de eliminar microbios, ni de enseñarle a la gente cómo tiene que vivir, sino de la capacidad de luchar, de desear cambiar lo que

produce sufrimiento, lo que limita la vida. Repensar nuestras formas de comprender la vida social y las prácticas de ejercicio de la ciudadanía.

El periodismo como instrumento del lenguaje y la comunicación como ciencia para la producción y reflexión de sentidos, son un lugar de incomodidad que expresa el sentir de su pueblo. Y serán siempre los derechos y las garantías de las mayorías, al igual que la búsqueda de la verdad, los insumos para la creación de contenidos informativos, educativos y de entretenimiento, aunque la concentración mediática, en manos de grupos económicos que reproducen el capitalismo más salvaje, se empeñe en convencernos de lo contrario. Pronto volveremos a compartir el mate.

Referencias

ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Paidós, Barcelona, 1989.

BECERRA, Martín. **De la concentración a la convergencia**: políticas de medios en Argentina y América Latina. Buenos Aires: Paidós, 2015.

MENÉNDEZ, Gustavo *et al.* **Integración docencia y extensión**: Otra forma de enseñar y de aprender. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2013.

URANGA, Washington. Perspectiva comunicacional. Cuadernos de cátedra, n. 2. **Taller de Planificación de Procesos Comunicacionales**. Facultad de Periodismo y Comunicación Social, UNLP, 2012.

DÍAZ, Hernán; URANGA, Washington. Comunicación para la salud en clave cultural y comunitaria. **Revista de Comunicación y Salud**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 119-130, dez./2011.

FALS BORDA, Orlando; MANUEL MONCAYO, Victor (Org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009. 492 p.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

OLIVARES, Jorge Luis; PASCUAL, Miriam Anabel. La Universidad en instituciones de salud. **Ámbito de Prácticas para la Extensión y la Formación Profesional en Comunicación Social**. **Cuadernos de Extensión Universitaria de la UNLPam**, n. 3, may/2019.

PASCUAL, Miriam Anabel; CORNEJO, Mariana; TEIXEIRA, Thays Helena Silva. Expresiones estudiantiles para la participación ciudadana en comunicación y salud: reflexiones sobre las prácticas socio educativas curriculares para la formación integral. **Cuadernos de Extensión Universitaria de la UNLPam**, n. 5, mar./2021.

VILLA, M.J. Observatorio de Medios. *In*: **Presentación en Diplomado Internacional Comunicación de la Ciencia y la Tecnología, y Periodismo Científico**. La Habana, Cuba, 2011.

Recebido em: 21/09/2021

Aprovado em: 18/11/2021

At a time when the academia in the UK, as well as in much of the West, re-engages in debates on the need to “de-colonise the curriculum” and provide more value to knowledge on or produced in the global South, with discussions in the discipline of *Media and Communications* on how to “de-westernize media studies” beyond the US-centric narrative, the work of Daya Thussu appears as timely, thought-provoking and relevant to understand more how the world has been re-shaped in the last decades, and the role of communications coming from India and other emerging democracies in this. “I am currently writing the book *Changing Geopolitics of Global* for Routledge, my most political book to date”, states Thussu, who is now a professor of International Communications who teaches in the School of Communications and Film at Hong Kong Baptist University, after living in London for 30 years, having taught for 14 at the University of Westminster.

Better known for his research on the concept of “contra-flows” – the idea that not all media and cultural flows emanate from the Western centres (or US-UK) but

rather how material is produced in the global South and is consumed by a globalised audience – Thussu has contributed with his work and for wider research and discussions on the internationalization of the communications discipline in the West, as well as to the very debate on de-colonising the UK (and Western) academia in itself. Thussu is author of the popular *International Communication: Continuity and Change*, now in its third edition, and is also the founder and Managing Editor of the *SAGE journal, Global Media and Communication*, and also edits two book series for the publisher Routledge: *Internationalizing Media Studies* and *Routledge Advances in Internationalizing Media Studies*.

Previously a former journalist in India, where he grew up and obtained his complete education, Thussu came to the UK in 1988 with a scholarship, becoming eventually a full professor in 2004, the first in the discipline, he says, given to someone of Asian origin. “When I started as a fulltime academic in 1995, it was very white-middle class and mostly male. [...] I have been one of those scholars

¹ PhD in International Relations from Jawaharlal Nehru University, New Delhi, India. Professor of International Communication at Hong Kong Baptist University.

² PhD in Media and Communications. Senior Lecturer in Media and Sociology, Department of Sociology, City, University of London, London, United Kingdom.

arguing for providing more context and substance to the syllabus to account for the extraordinary expansion of media and communication outside the Western world”, affirms Thussu, who also co-edited the book *BRICS Media: Reshaping the Global Communication Order* with Professor Kaarle Nordenstreng, based at the University of Tampere, which looked at the media scene in five major countries (Brazil, Russia, India, China and South Africa).

Thussu has developed a particular interest in Chinese media and communications in the last years given its growing geopolitical influence in the world, which eventually led him to leave the UK and accept a position as Disney Chair in Global Media at Schwarzman College, of Tsinghua University in Beijing. He eventually moved to Hong Kong Baptist University, where he is currently enjoying his experience teaching in Hong Kong. Thussu describes the sector as “very dynamic”, with a culture of largely quantitative and data-driven research and scholarship, which he believes is already also shaping the whole field. He agreed for an in-depth interview with *Revista de Comunicação Dialógica*, where he discussed his work.

RCD: Teaching in higher education throughout the world has been transformed with the Covid-19 pandemic and with the rapid transition to remote

working and online teaching. Working from Hong Kong, how have you adapted to this new environment?

Thussu: Like so many other colleagues and friends, teaching in a transformed environment, triggered by a global pandemic, has been very challenging. Although the virus case load in Hong Kong has been very small, the authorities here have been extremely vigilant and strict in enforcing social distancing and other Covid-19 protocols, especially wearing of masks. As has been the norm now for over a year, the teaching has been largely online (via Zoom) and such mode of teaching has its own set of challenges, most notably not been able to have the physical presence of students in a classroom and the cultural and communication dynamics such interactions create. An additional complication in Hong Kong (particularly in the Masters courses that I teach) was that we had to adopt a ‘mixed-mode’ of delivering lectures/seminars, which meant a few students were in the class room (mainly local students) while a majority joined on Zoom from the Chinese mainland. Being able to communicate through two different mediums – face-to-face and on a computer screen – has its own sets of problems. However, like colleagues elsewhere in the world, I also adapted to the new reality. The university’s technical

support etc. was very helpful in delivering lectures and seminars as was the provision for a teaching assistant.

RCD: And how it has been looking at the world from Hong Kong been? How is your experience in the School of Communications impacting your research and teaching?

Thussu: Hong Kong is Asia's 'global city' – so being here has been interesting. It is part of China but retains its outward globalized orientation. The anti-government demonstrations in 2019, when I started teaching here, were a reminder of this constant contestation between the two identities that many Hong Kongers face: their distinctive Cantonese-speaking globalized culture and the increasing influence of mainland China, visible in recent attempts to fully integrate HK into the mainland, undermining the 'one country–two systems' idea. The Hong Kong higher education sector is very dynamic, with a strong culture of largely quantitative research, increasingly influenced by data-driven scholarship and AI. This is a different type of scholarship for me, and I am learning new models and approaches from my colleagues and students. We also have a strong film academy within the school, which does more qualitative as well as industry-focused research. The school is well resourced and the research

projects/publications are prioritised.

RCD: Tell us a little bit about your life in Hong Kong: what courses do you teach on and what research you are doing at the moment?

Thussu: Though not as cosmopolitan as London, Hong Kong has a strong global feel to it. I have enjoyed teaching here, although these are not normal times (the Covid-19 has fundamentally affected our teaching, socializing and wellbeing). I teach on both undergraduate and postgraduate level, in addition to supervising MPhil and PhD students. Among the courses I teach are Foundations of Communication, a compulsory course for the Masters' students; Globalization and the Media for a PhD class; and Media, Technology and Globalization for undergraduate students. Since my main area of research is global communication; these courses fit in well with my interest and expertise.

RCD: How was the move from the UK, after having taught for 14 years at the University of Westminster and Co-Director of the India Media Centre, as well as a Research Advisor to the China Media Centre?

Thussu: I have lived in London for 30 years and have been teaching fulltime since 1995 and as a full professor since 2004. London offers arguably one of the

most cosmopolitan intellectual and cultural experience, invaluable for someone like me who teaches and researches on global media and communication. My move to Hong Kong was prompted by my growing research interest in east Asia more generally and on China in particular. At the University of Westminster, I was the research advisor to the China Media Centre and, in that capacity, had the opportunity to travel to China several times since 2004 and met several Chinese scholars and students. I also had the privilege to be the inaugural Disney Chair in Global Media at the prestigious Schwarzman College, at Tsinghua University in Beijing. The academic year 2018-2019 which I spent in the Chinese capital was extremely rewarding in terms of understanding the massive changes being undertaken in China and in Asia more generally. The Hong Kong move followed on from this, being a very good location to be based in for the study of China (without competence and fluency in the Mandarin language it is hard to work in China, while the teaching and research in Hong Kong is in English and the academic environment too is relatively open).

RCD: And what about the field of Media and Communication? Some research trends that have grown in the last years have included big data and digital journalism, not to mention non-Western

media systems and “de-colonization”...

Thussu: It is certainly the case in this part of the world that data-driven scholarship is on the rise. It has something to do with the relatively accessible datasets and increasing tendency to depend on AI and algorithms for data crunching and modelling. In Hong Kong, digital technology is widely used; although much of the theoretical framing is influenced by research done and published in mainly US-based academic journals or books. The intellectual imprint of the US appears much more dominant here than what I was used to in the UK. However, there are aspects of AI-led research which can be extremely useful in broadening and deepening the field of media and communication research. The growth of media and communication in Asia (especially China) has been phenomenal and this itself contributes to further globalization of media studies. The intellectual debates on ‘decolonization’ of our field are relatively underdeveloped in east Asia, while in many parts of the global South – notably south Asia and southern Africa – much more work has been published in this area.

RCD: Talking about Media and Communication... your work has always examined the inequalities in global communications. You have also called for a greater recognition of research coming

from the global South, highlighting how the increase in “contra-flows” in cultural and media products from the South to the North has the potential to democratize international communications (and development). And by that implication, create a fairer and more equitable world...

Thussu: Coming from India, as I do, a certain pro-global South intellectual attitude is perhaps natural. The higher education system in India has a strong critical component to it: the fact that the Indian academia flourished within a democratic political system may have contributed to it. The continental-size country with its myriad languages/cultures/religious and ethnic affiliations are other factors which provide a more holistic approach to social theory. My academic work conforms to this intellectual tradition. I am pleased to report that I have been entirely educated in India from primary school to PhD and very happy with the kind of education I received in state-run schools and public universities. India also is a country of striking contrasts: especially in terms of inequalities. It is not surprising then that this has informed my research interest. Having two MA degrees – in history and political science – and a PhD in International Relations has also intellectually equipped me to analyse such phenomenon. I believe such work contributes to widening the scope and

scale of our field and thus helps democratizing and pluralizing the discourse.

RCD: If the contra-flows from the South to the North, as well as South-South, have not delivered to expectations, and provided more democratization in international communication as previously desired, how much has actually changed in the last years (or decade) in the international sphere here?

Thussu: I published an edited book in 2007 on the theme of ‘contra-flows’ in international media. This book was very well received around the world and the central idea that not all media and cultural flows emanate from the traditional Western centres (or more specifically are US-UK-centred) but an increasing amount of material is being produced in the global South and is being consumed by an increasingly globalised audience struck a chord with scholars. From Indian films, to Japanese and Russian animation, to Korean pop music to Brazilian and Mexican soap operas to Turkish historical dramas and Chinese and Arabic news the global media sphere has already become multilingual and multicultural. However, it is also the case that the core countries and corporations based there (notably the US) continue to dominate both global entertainment and information networks – primarily because of a very successful

and skilful localization strategy. As a result, the world media and communication scene is much more interesting today than was the case even a decade ago.

RCD: How about the contra-flow from India to the UK? You recently wrote a book *Communicating India's Soft Power: Buddha to Bollywood* on Bollywood and India's soft power. Can you tell us more about this?

Thussu: India is home to the world's largest film industry – in terms of films produced annually. Indian films have been circulating around the world for many decades, primarily aimed at the huge Indian or more broadly south Asian diaspora, scattered around the globe. London has been an important centre for the global distribution of Indian films. In the book you mentioned, I looked at popular cinema as an instrument of a country's soft power (although the book covers a much wider canvas, going back to spread of Buddhism from India, arguably the most powerful and enduring idea to have emanated from what constitutes India today). The book – my only one on India – (I have written or edited 20 books now) was the first book-length study of India's soft power and has been well received, including in India – an Indian edition was published in 2016 (the original book was published in 2013 by

Palgrave/Macmillan in their prestigious Global Public Diplomacy series). The fact that I had a background in international relations helped shape the book. I am hoping to write a follow up account at some point.

RCD: And what about the growing debate within higher education internationally on “de-colonising the curriculum”, propelled mainly after the success of the #BlackLivesMatter movement? What are your views on this?

Thussu: Even before #BlackLivesMatter became fashionable (partly because of the formidable media and communication power that the United States wields!) the debates about widening and rethinking the curriculum had already begun in some academic and other intellectual circles, driven by the interventions of a growing number of ‘Third World’ scholars and researchers working in Western universities. Again, I have been one of those scholars arguing for providing more context and substance to the syllabus to account for the extraordinary expansion of media and communication outside the Western world. In 2009, I published an edited collection called *Internationalizing Media Studies*, to emphasise the need to rethink what we teach and how. The problem is not just confined to the Western academia: much of the syllabus in our

field in the global South is primarily modelled after US universities; with mostly American books and journal articles (published mainly in US or UK-based journals) being prescribed as essential and supplementary readings. There is very little material taught from the global South. In addition, the colonial approach (more often than not implicit) – in terms of how history is framed; ideas of identity and culture are shaped – is in urgent need for what might be called as ‘de-colonial detoxing’. I am happy to notice that the process has already gaining strength.

RCD: How do you think your work on international communications already contributes to the de-colonisation discussion of research and teaching in higher education in the West?

Thussu: In a modest way, I think I have contributed to this decolonization/internationalization discourse. My book *International Communication: Continuity and Change* (now in its third edition, published in 2019) – the first edition was published in 2000 –, has been widely used around the world: a Mandarin and Korean edition was also published, and I am trying to get the updated third edition translated into other major international languages. In addition, I am the founder and Managing Editor of the SAGE journal *Global Media and*

Communication, which has been in operation since 2005, and in a small way, contributing to this internationalizing theme. I also edit two book series for Routledge: *Internationalizing Media Studies* and *Routledge Advances in Internationalizing Media Studies* – both series have published a number of books on topics which contribute to decolonization of our field.

RCD: Do you believe that the discipline of Media and Communication has become less “Westernized” in the last years? In your view, and as someone who has contributed to the discipline in this area, how has research coming from the global South contributed to this?

Thussu: I am convinced that this has already happened: Just look at China as a case in point. Two decades ago, there was hardly any research or scholarship on Chinese media and communication available at least to the English-language scholar. Fast forward to 2021 and there exist dozens of books and journal articles on or about China written by both Chinese and non-Chinese scholars, based in China or abroad. There are several dedicated journals and book series specifically looking at the Chinese media and communication scene, given its size as a market and its growing importance as a global player. Similar trends are visible from other parts of the

global South – not least from Africa. I find this trend very encouraging.

RCD: Can you name some authors? Do you see room for expansion in this, and more equitable collaborations in research and teaching between the South with the North?

Thussu: There are too many to name and I think collaborations will increase not just between scholars from the global South and the North but also horizontally – between South and South.

RCD: You recently co-edited a book with Kaarle Nordenstreng on the BRICs media systems, the book *Mapping BRICS Media*. Could you tell us more about this? How does that concept stand today in the post-Covid context?

Thussu: This was one of the three books we published in fact for the Routledge series that I edit. The latest of these was a book published in 2021 and called *BRICS Media: Reshaping the Global Communication Order?*. These books and other publications emerged from a four-year international project based at the University of Tampere, led by Professor Kaarle Nordenstreng and funded by the Finnish Academy. It was the first dedicated project which looked at the media scene among the five major non-Western countries: Brazil, Russia, India, China and South Africa, and thus

contributed to both comparative media research as well as further internationalizing our field of study. The idea of BRICS emerged as a reaction to the 2008 global economic crisis – originally a Russian idea, it was appropriated by the Chinese and became a grouping of five countries. It has become much less important for China today – Beijing's priorities are now to promote the BRI (The Belt and Road Initiative) projects – and its recent and continuing tension with the other BRICS member, India, has further weakened the grouping, as has the Covid-19 pandemic and the differing responses from the BRICS nations to a global health emergency. Apart from China, the other four members have not dealt with the Covid situation so well, with Brazil and India accounting for the largest deaths caused by the pandemic, only beaten by the US which tops the global league of casualties caused by Covid!

RCD: How would you situate the case of Brazil here, who was previously a player but has lost space within the BRICS. And what about the Brazil-India, South-South connections?

Thussu: The BRICS media project had some extremely interesting data about news media in the BRICS nations and what was most instructive to note was that there is very limited intra-BRICS

media exchange. The India-Brazil exchange also follows the same pattern. India is almost absent in the Brazilian media world and vice versa. So, the South-South communication is often mediated through the global North (to be more precise, by the US!). The fact that both India and Brazil have a pro-US government, also contributes to a division within the BRICS group as Russia and China currently are firmly in the anti-Western camp.

RCD: You worked for many years as a journalist in India before deciding to be an academic. What made you want to leave journalism and become an academic?

Thussu: I very much enjoyed my journalistic career – both in New Delhi and in London (where I worked for four years as Associate Editor of Gemini New Service, a ‘Third World’-oriented news feature service). While doing this, I had also finished my PhD and a post-doc (on a Commonwealth scholarship, funded by the British foreign office). This experience of having an academic background with some first-hand knowledge of a news desk was extremely helpful. Journalism also helps you to write in a more accessible way and explain complex ideas in a prose that most people can understand!

RCD: How has your experience working as a journalist shaped your academic work?

Thussu: It has given me an insight into how the news world operates: its processes, schedules, constraints and strengths.

RCD: When you left your life in India and previous work, how was it adapting to UK academia? How much change have you seen in UK academia since you started?

Thussu: I came to the UK in 1988, on a prestigious scholarship and was fortunate enough to meet a woman who is now the mother of our two lovely children. So, adapting to the London life was not difficult (though getting used to the British weather and cuisine was!). When I started as a fulltime academic in 1995, it was still very white/middle class and mostly male world. In the past three decades, I have seen huge changes in terms of staff – especially in institutions in London. I was the first person of Asian origin to become a professor in my field in 2004!

RCD: Talking about de-colonization of UK HE, do you believe that it has also become more inclusive, and thus more democratic since you started? Statistics from across the sector point out to the disadvantages and inequalities that are still experienced by some students and staff at UK universities...

Thussu: Of course there has been huge progress in this but inequalities and racist

attitudes persist. However, I would also add that UK has generally a good record in dealing with international faculty and a diverse student profile.

RCD: In the wake of the social, race and gender inequalities highlighted even more with the Covid-19 pandemic, do you believe that the situation can improve further in the future?

Thussu: I am sure of it – though such processes take time.

RCD: And what about international students? The UK has officially left the EU, following from the Brexit vote of the previous years. The new academic year of 2021/22 will be the first one with European students registered as international students. How do you think UK HE will be shaped by this in the years to come?

Thussu: It will be unfortunate if European students stop coming to the UK universities: Europe has very good academic standards and I have always liked a diverse and pluralist classroom. I do think, though that some European students may still come to study as Britain offers a one-year MA programme, and the academic culture is more flexible and less bureaucratic than is the case in France or Germany.

RCD: How do you see the future for UK HE in the post-pandemic context?

Thussu: I think the HE sector in the UK will continue to do well and I am sure this pandemic will too become history before too long.

RCD: What role will the discipline of Media and Communication have? What further areas of research will be more developed – and more valued – in the future, that can help us understand the world and its global challenges?

Thussu: I think the move towards data-driven and measurable scholarship will become even more pronounced. AI, Deep Learning, etc. will become the norm. My worry is that in the process we might lose sight of humanistic and philosophical aspects of our field. On the plus side, this will encourage us to further internationalize our subject since there will be a lot more systematic and easily accessible and searchable information about the wider world and its complexities.

RCD: What are you currently working on?

Thussu: I am currently writing a single-authored book *Changing Geopolitics of Global Communication* for Routledge. It is going to be the first book-length study on this topic and my most political book to date!

RCD: You have taught and researched, and worked, in many places throughout the world. Have you ever been a visiting professor in Brazil?

Thussu: I would very much like to be a visiting professor at a university in Brazil. I have had the privilege of being a visiting professor in many countries but not yet in Latin America!

RCD: Thank you for your participation!

Num momento em que o meio acadêmico no Reino Unido, bem como em grande parte do Ocidente, se engaja novamente em promover debates acerca da necessidade de “decolonizar o currículo” e de dar maior valor aos conhecimentos sobre o Sul global ou produzidos por esses países, com discussões na área de Mídias e Comunicações a respeito de como “desocidentalizar os estudos de mídia” para além da narrativa estadunidense, o trabalho de Daya Thussu parece atual, instigante e relevante para entender melhor como o mundo tem se reconfigurado nas últimas décadas e qual é o papel das comunicações provenientes da Índia e de outras democracias emergentes nessa mudança. “Atualmente estou escrevendo o livro *Changing Geopolitics of Global* para Routledge, meu livro mais político até agora”, afirma Thussu, que hoje é professor de Comunicações Internacionais e leciona na Escola de Comunicação e Cinema da *Hong Kong Baptist University*, depois de viver em Londres por 30 anos, tendo lecionado por

14 na *University of Westminster*.

Mais conhecido por sua pesquisa sobre o conceito de “contrafluxos” – a ideia de que nem todos os fluxos de mídia e cultura emanam dos centros ocidentais (ou Estados Unidos-Reino Unido), mas que, na verdade, seu material é produzido no Sul global e consumido por um público globalizado –, Thussu tem contribuído com o seu trabalho para ampliar pesquisas e discussões sobre a internacionalização da disciplina de Comunicações no Ocidente, bem como para o debate sobre a decolonização do próprio meio acadêmico no Reino Unido (e no Ocidente). Thussu é autor do popular *International Communication: Continuity and Change*, agora em sua terceira edição, é fundador e editor-chefe da revista acadêmica *Global Media and Communication*, da *SAGE Publications*, e também faz a edição de duas séries de livros para a Editora Routledge: *Internationalizing Media Studies* e *Routledge Advances in Internationalizing Media Studies*.

Thussu nasceu e cresceu na Índia, onde obteve a sua escolaridade completa

¹ Esta entrevista foi traduzida por Milene Couto, pós-graduanda em Tradução pela PUC-Rio e membro do Laboratório de Comunicação Dialógica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Doutor em Relações Internacionais pela Jawaharlal Nehru University, em Nova Délí, Índia. Professor de Comunicação Internacional na Hong Kong Baptist University.

³ Doutora em Mídia e Comunicações. Professora de Mídia e Sociologia na University of London.

e trabalhava como jornalista. Em 1988, foi para o Reino Unido com uma bolsa de estudos e, em 2004, tornou-se, como ele mesmo afirma, o primeiro professor titular de origem asiática da disciplina. “Quando eu comecei como acadêmico em tempo integral em 1995, o mundo acadêmico era de pessoas brancas de classe média, na sua maioria do sexo masculino. [...] eu tenho sido um desses estudiosos que defendem a necessidade de oferecer mais contexto e substância para os programas de estudos, a fim de explicar a extraordinária expansão da mídia e comunicação fora do mundo ocidental”, afirma Thussu, que também trabalhou como coeditor do livro *BRICS Media: Reshaping the Global* junto com o professor Kaarle Nordenstreng, da *University of Tampere*, que analisou a cena da mídia em cinco grandes países (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Thussu tem revelado um interesse particular por mídia e comunicações na China nos últimos anos, dada a crescente influência geopolítica desse país, o que eventualmente o levou a deixar o Reino Unido e a aceitar o cargo de *Disney Chair in Global Media* no *Schwarzman College*, da *Tsinghua University*, em Pequim. Ele então acabou indo para a *Hong Kong Baptist University*, onde atualmente está aproveitando sua experiência de ensino em Hong Kong. Thussu descreve o setor como “muito dinâmico”, com uma cultura

de pesquisa e ensino em grande parte quantitativa e orientada por dados, que ele acredita que já está moldando todo esse campo. Ele concordou em ceder uma entrevista aprofundada para a *Revista de Comunicação Dialógica* e nos contou um pouco sobre o seu trabalho.

RCD: O ensino superior em todo o mundo foi transformado com a pandemia de Covid-19 e com a rápida transição para o trabalho remoto e as aulas on-line. Trabalhando em Hong Kong, como você se adaptou a este novo ambiente?

Thussu: Como muitos outros colegas e amigos, ensinar em um ambiente transformado, desencadeado por uma pandemia global, tem sido um grande desafio. Embora o número de casos de vírus em Hong Kong tenha sido muito reduzido, as autoridades aqui têm sido extremamente vigilantes e rigorosas no cumprimento do distanciamento social e de outros protocolos relacionados à Covid-19, especialmente no que diz respeito ao uso de máscaras. Como norma agora há mais de um ano, as aulas tem sido em grande parte on-line (via Zoom), e tal modo de ensino tem seu próprio conjunto de desafios, sobretudo devido ao fato de não haver a presença física dos alunos em uma sala de aula e a dinâmica cultural e comunicativa que tais interações criam. Uma complicação adicional em Hong Kong (especialmente

nos cursos de Mestrado em que eu dou aulas) foi que nós tivemos que adotar um “modelo misto” de aulas/seminários, o que implicava um número reduzido de alunos em sala de aula (principalmente os estudantes da região), enquanto que a maioria ingressava via Zoom da China continental. O fato de ter que se comunicar por dois meios diferentes – cara a cara e em uma tela de computador – tem suas dificuldades. No entanto, tal como os colegas de outras partes do mundo, eu também me adaptei à nova realidade. O apoio técnico da Universidade etc. foi muito útil na realização de aulas e seminários, assim como a disponibilidade de um professor assistente.

RCD: E como tem sido olhar para o mundo de Hong Kong? Como sua experiência na Escola de Comunicações está afetando sua pesquisa e ensino?

Thussu: Hong Kong é a “cidade global” da Ásia – então estar aqui tem sido interessante. A região faz parte da China, mas mantém a sua orientação globalizada em relação ao exterior. As manifestações antigoverno em 2019, quando comecei a dar aulas aqui, foram um alerta dessa constante contestação entre as duas identidades que muitos indivíduos de Hong Kong enfrentam: a sua distinta cultura de língua cantonesa e a crescente influência da China

continental, visível nas recentes tentativas de integrar completamente Hong Kong ao continente, enfraquecendo a ideia de “um país-dois sistemas”. O ensino superior de Hong Kong é muito dinâmico, com uma forte cultura de pesquisa, em grande parte quantitativa, cada vez mais influenciada pelo ensino orientado por dados e pela inteligência artificial. Isso é algo diferente para mim, e estou aprendendo novos modelos e abordagens com meus colegas e estudantes. Temos também uma forte academia de cinema dentro da universidade, que faz mais pesquisas qualitativas voltadas para a indústria. A universidade dispõe de bons recursos, e os projetos/publicações de pesquisa são prioritários.

RCD: Fale um pouco sobre sua vida em Hong Kong. Em quais disciplinas você dá aula? E que pesquisa você está fazendo neste momento?

Thussu: Embora não seja tão cosmopolita como Londres, Hong Kong tem um forte caráter global. Tenho gostado de dar aula aqui, embora estes não sejam tempos normais (a Covid-19 afetou profundamente o nosso sistema de ensino, socialização e bem-estar). Eu dou aulas tanto na graduação como na pós-graduação, além de supervisionar estudantes de mestrado e doutorado. Entre as disciplinas que dou aula estão

Fundamentos da Comunicação, obrigatória para os estudantes de mestrado; Globalização e a Mídia, para uma turma de doutorado; e Mídia, Tecnologia e Globalização, para estudantes de graduação. Como a minha principal área de pesquisa é a comunicação global, essas disciplinas se encaixam bem com o meu interesse e experiência.

RCD: Como foi sair do Reino Unido, depois de ter lecionado por 14 anos na *University of Westminster* e trabalhado como codiretor do *India Media Centre*, além de orientador de pesquisa do *China Media Centre*?

Thussu: Eu morei em Londres por 30 anos e tenho dado aulas em período integral desde 1995, e como professor titular desde 2004. Londres oferece, sem dúvida, uma das experiências intelectuais e culturais mais cosmopolitas, inestimável para alguém como eu que ensina e pesquisa sobre mídia global e comunicação. A minha mudança para Hong Kong foi motivada pelo meu crescente interesse de pesquisa pelo leste asiático, em geral, e pela China, em particular. Na *University of Westminster*, eu orientava pesquisas do *China Media Centre* e, nessa função, tive a oportunidade de viajar para a China várias vezes desde 2004 e conheci muitos estudiosos e estudantes chineses. Eu

também tive o privilégio de ser o primeiro a ocupar o cargo de *Disney Chair in Global Media* no prestigiado *Schwarzman College*, da *Tsinghua University*, em Pequim. Passei o ano letivo de 2018-2019 na capital chinesa, o que foi extremamente proveitoso em termos de compreensão das enormes mudanças que estão sendo empreendidas na China e na Ásia, em geral. A mudança para Hong Kong foi uma decisão acertada. Aqui é um local ótimo local para estudar sobre a China (sem competência e fluência no mandarim é difícil trabalhar na China, enquanto o ensino e pesquisa em Hong Kong é em inglês e o ambiente acadêmico também é relativamente aberto).

RCD: E sobre o campo de Mídia e Comunicação? Algumas pesquisas mostram nos últimos anos uma tendência de crescimento de *big data* e jornalismo digital, sem falar nos sistemas de mídia não ocidentais e “decolonização”...

Thussu: É certamente o caso nesta parte do mundo, em que o ensino orientado por dados está em ascensão. Está relacionado com os conjuntos de dados relativamente acessíveis e a tendência crescente de depender da inteligência artificial e algoritmos para a compilação e modelização de dados. Em Hong Kong, a tecnologia digital é amplamente utilizada,

embora grande parte do enquadramento teórico seja influenciado por pesquisas realizadas e publicadas principalmente em revistas ou livros acadêmicos dos Estados Unidos. A influência intelectual dos Estados Unidos parece ser muito mais dominante aqui do que no Reino Unido. No entanto, há aspectos da investigação conduzida pela inteligência artificial que podem ser extremamente úteis para alargar e aprofundar o campo de pesquisa em mídia e comunicação. O crescimento de mídia e comunicação na Ásia (especialmente na China) tem sido fenomenal, e isso por si só já contribui para uma maior globalização dos estudos de mídia. Os debates intelectuais sobre a “decolonização” da nossa área estão relativamente pouco desenvolvidos no leste da Ásia, enquanto em diversas partes do Sul global – especialmente no sul da Ásia e no sudeste da África – muito mais trabalho foi publicado nessa área.

RCD: Falando em Mídia e Comunicação... seu trabalho sempre examinou as desigualdades nas comunicações globais. Você também reivindicou um maior reconhecimento da pesquisa vinda do Sul global, destacando como o aumento dos “contrafluxos” nos produtos culturais e de mídia do Sul ao Norte tem o potencial de democratizar as comunicações internacionais (e o desenvolvimento). E, conseqüentemente,

criar um mundo mais justo e equitativo...

Thussu: Vindo da Índia, como eu vim, uma certa atitude intelectual pró-Sul global é talvez natural. O sistema de ensino superior na Índia tem um forte componente crítico. O fato de o ensino acadêmico na Índia ter florescido dentro de um sistema político democrático pode ter contribuído para isso. O tamanho continental do país, com sua miríade de línguas/culturas/religiões e grupos étnicos, também contribui para uma abordagem mais holística da teoria social. O meu trabalho acadêmico condiz com essa tradição intelectual. Eu tenho muito orgulho de dizer que estudei na Índia desde a escola primária até o doutorado, e me sinto muito satisfeito com o tipo de educação que recebi nas escolas e universidades públicas. A Índia também é um país de contrastes marcantes, especialmente em termos de desigualdades. Não surpreendente que isso tenha despertado o meu interesse de pesquisa. Ter dois mestrados – em História e em Ciências Políticas – e um doutorado em Relações Internacionais também me dotou intelectualmente para analisar esse fenômeno. Creio que esse trabalho contribui para ampliar o escopo e a escala do nosso campo de atuação, ajudando, assim, a democratizar e a pluralizar o discurso.

RCD: Se os contrafluxos do Sul para o

Norte, assim como os do Sul-Sul, não atenderam às expectativas nem promoveram mais democratização na comunicação internacional como se desejava, o quanto mudou, de fato, nos últimos anos (ou década) na esfera internacional aqui?

Thussu: Eu publiquei um livro editado em 2007 sobre o tema “contrafluxos” em mídia internacional. Esse livro foi muito bem recebido em todo o mundo, e a ideia central de que nem todos os fluxos de mídia e cultura emanam dos centros ocidentais tradicionais (ou, mais especificamente, dos Estados Unidos e do Reino Unido), mas uma quantidade crescente de material está sendo produzido no Sul global e consumido por um público cada vez mais globalizado, é um consenso entre os estudiosos. Desde filmes indianos, à animação japonesa e russa, à música pop coreana, às telenovelas brasileiras e mexicanas, aos dramas históricos turcos e às notícias chinesas e árabes, a esfera da mídia global já se tornou multilíngue e multicultural. No entanto, também é verdade que os principais países e corporações sediadas lá (nomeadamente nos Estados Unidos) continuam dominando as redes globais de entretenimento e informação – principalmente por causa de uma estratégia de localização inteligente e bem sucedida. Como resultado, o cenário

mundial de mídia e comunicação é muito mais interessante hoje do que era há uma década.

RCD: E sobre o contrafluxo da Índia para o Reino Unido? Você escreveu recentemente um livro chamado *Communicating India's Soft Power: Buddha to Bollywood* sobre o *soft power* de Bollywood e da Índia. Você pode falar um pouco mais sobre isso?

Thussu: A Índia é o lar da maior indústria cinematográfica do mundo – em termos de filmes produzidos anualmente. Os filmes indianos têm circulado em todo o mundo há muitas décadas, voltados principalmente ao grande público indiano ou, mais amplamente, à diáspora sul-asiática espalhada pelo mundo. Londres tem sido um importante centro de distribuição global de filmes indianos. No livro que você mencionou, eu vejo o cinema popular como um instrumento do *soft power* de um país (embora o livro cubra um panorama muito mais amplo, retomando a propagação do Budismo a partir da Índia, sem dúvida a imagem mais poderosa e duradoura do que constitui a Índia hoje). O livro – meu único livro sobre a Índia – (já escrevi ou editei 20 livros) foi o primeiro estudo sobre o *soft power* da Índia e foi bem recebido, inclusive na Índia - uma edição indiana foi publicada em 2016 (o livro original foi publicado em 2013 pela

Palgrave/Macmillan em sua prestigiada série de *Global Public Diplomacy*). O fato de ter uma formação em Relações Internacionais me ajudou a moldar o livro. Estou querendo escrever uma continuação dele em algum momento.

RCD: E sobre o crescente debate internacional no ensino superior sobre “a descolonização do currículo”, impulsionado principalmente após o sucesso do movimento *#BlackLivesMatter*? Qual é a sua visão sobre isso?

Thussu: Antes mesmo do *#BlackLivesMatter* se tornar popular (em parte por causa do enorme poder de mídia e comunicação que os Estados Unidos exercem!), os debates sobre alargar e repensar o currículo já tinham começado em alguns círculos acadêmicos e intelectuais, impulsionados pelas intervenções de um número crescente de estudiosos e pesquisadores do “Terceiro Mundo” que trabalham em universidades do Ocidente. Mais uma vez, eu tenho sido um desses estudiosos que defendem a necessidade de oferecer mais contexto e substância para os programas de ensino, a fim de explicar a extraordinária expansão da mídia e comunicação fora do mundo ocidental. Em 2009, eu publiquei uma coleção editada chamada *Internationalizing Media Studies*, para enfatizar a necessidade de

repensar o que ensinamos e como ensinamos. O problema não se limita apenas ao ensino superior ocidental: grande parte dos programas de ensino dessa área no Sul global são essencialmente inspirados em universidades dos Estados Unidos; com livros e artigos de jornais estadunidenses (publicados principalmente em jornais localizados nos Estados Unidos ou no Reino Unido) sendo indicados como leituras essenciais e suplementares. Há muito pouco material oriundo do Sul global. Além disso, a abordagem colonial (na maioria das vezes implícita) – no que diz respeito a como a história é contada e como as ideias de identidade e cultura são moldadas – necessita urgentemente do que podemos chamar de “desintoxicação colonial”. Eu fico feliz de ver que esse processo já está ganhando força.

RCD: Como você considera que o seu trabalho sobre as comunicações internacionais já contribui para o debate sobre a descolonização da pesquisa e da educação de ensino superior no Ocidente?

Thussu: Modestamente, acredito ter contribuído para esse discurso de descolonização/internacionalização. O meu livro *International Communication: Continuity and Change* (agora em sua terceira edição, publicada em 2019) – sua

primeira edição foi publicada em 2000 – tem sido amplamente utilizado em todo o mundo, com edições publicadas em mandarim e coreano. E eu estou tentando fazer com que essa terceira edição mais atualizada seja traduzida para outras grandes línguas internacionais. Além disso, sou o fundador e editor-chefe do *SAGE journal* intitulado *Global Media and Communication*, que está em funcionamento desde 2005, e tem prestado sua pequena contribuição para esse tema de internacionalização. Eu também edito duas séries de livros para a Routledge: *Internationalizing Media Studies* e *Routledge Advances in Internationalizing Media Studies* – ambas as séries publicaram uma quantidade de livros sobre temas que contribuem para a decolonização de nosso campo.

RCD: Você acredita que a disciplina da Mídia e Comunicação tenha se tornado menos “ocidentalizada” nos últimos anos? Na sua opinião, e como alguém que contribuiu para a disciplina nesta área, como a pesquisa produzida no Sul global tem contribuído para isso?

Thussu: Estou convencido de que isso já aconteceu. Basta olhar para a China, por exemplo. Há duas décadas, não havia praticamente nenhuma pesquisa ou ensino voltado para mídia e comunicação chinesa disponível, pelo menos para o estudioso de língua inglesa. Avançando

para 2021, hoje existem dezenas de livros e artigos de jornais produzidos na ou sobre a China, escritos por estudiosos chineses e não chineses, com sede na China ou no exterior. Há vários periódicos e séries de livros dedicados que analisam especificamente o cenário de mídia e comunicação na China, dada a sua dimensão como mercado e a sua crescente importância em nível global. Tendências semelhantes são encontradas em outras partes do Sul global – especialmente na África. Considero essa tendência muito encorajadora.

RCD: Poderia nomear alguns autores? Você vê espaço para expansão nesse campo, e colaborações mais justas em pesquisa e ensino entre o Sul e o Norte?

Thussu: Existem muitos nomes, e acredito que as colaborações vão aumentar não só entre estudiosos do Sul global e do Norte, mas também horizontalmente – entre o Sul e o Sul.

RCD: Você recentemente coeditou um livro com Kaarle Nordenstreng sobre os sistemas de mídia dos países do BRICS, o livro *Mapping BRICS Media*. Você pode falar um pouco mais sobre isso? Como esse conceito se enquadra hoje no contexto pós-Covid?

Thussu: Esse foi um dos três livros que publicamos para a série da Routledge que

eu edito. O último deles foi um livro publicado em 2021, chamado *BRICS Media: Reshaping the Global Communication Order?*. Esses livros e outras publicações surgiram a partir de um projeto internacional de quatro anos realizado pela *University of Tampere*, liderado pelo professor Kaarle Nordenstreng e financiado pela *Finnish Academic*. Esse foi o primeiro projeto voltado para a análise do cenário da mídia entre os cinco principais países não ocidentais: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. E tem contribuído tanto para a pesquisa de mídia comparativa como para a internacionalização do nosso campo de estudo. A ideia dos BRICS surgiu como uma reação à crise econômica global de 2008 – originalmente uma ideia russa, foi incorporada pelos chineses e tornou-se um agrupamento de cinco países. Hoje isso se tornou muito menos importante para a China – as prioridades de Pequim agora são promover os projetos ligados a BRI (*The Belt and Road Initiative*) –, e sua recente e contínua tensão com o outro membro do BRICS, a Índia, tem enfraquecido ainda mais o agrupamento, bem como a pandemia de Covid-19 e as diferentes respostas dos países do BRICS a uma emergência global de saúde. Além da China, os outros quatro membros não conseguiram lidar tão bem com a situação da Covid, com o Brasil e a Índia sendo responsáveis pelo maior número

de mortes causadas pela pandemia, apenas atrás dos Estados Unidos, que lideram na lista dos países com o maior número de vítimas causadas pela Covid!

RCD: Como você situaria o caso do Brasil aqui, que antes era um participante importante, mas perdeu espaço dentro dos BRICS. E as conexões Brasil-Índia, Sul-Sul?

Thussu: O projeto de mídia BRICS tinha alguns dados extremamente interessantes sobre mídia de notícias nos países do BRICS, mas foi muito revelador notar que há um intercâmbio de mídia intraBRICS muito limitado. O intercâmbio Índia-Brasil também segue o mesmo padrão. A Índia está praticamente ausente no mundo da mídia brasileira e vice-versa. Então, a comunicação Sul-Sul é muitas vezes mediada pelo Norte global (para ser mais preciso, pelos Estados Unidos!). O fato de que tanto a Índia quanto o Brasil têm um governo pró-Estados Unidos também contribui para uma divisão dentro do grupo BRICS, já que Rússia e China atualmente estão categoricamente do lado antiocidental.

RCD: Você trabalhou durante muitos anos como jornalista na Índia antes de se tornar um professor universitário. O que te fez querer deixar o jornalismo e entrar para o meio acadêmico?

Thussu: Eu fui muito feliz na minha

carreira jornalística – tanto em Nova Déli como em Londres (onde trabalhei durante quatro anos como editor associado do *Gemini New Service*, um serviço de notícias orientado para o “Terceiro Mundo”). Enquanto isso, eu também fiz o meu doutorado e um pós-doutorado (com uma bolsa da *Commonwealth*, financiada pelo *British foreign office*). Essa experiência de ter uma bagagem acadêmica com algum conhecimento prático de uma redação de notícias foi extremamente útil. O jornalismo também te ajuda a escrever de uma forma mais acessível e explicar ideias complexas de maneira que a maioria das pessoas possa entender!

RCD: Como a sua experiência como jornalista moldou o seu trabalho acadêmico?

Thussu: O jornalismo me deu uma visão de como o mundo das notícias opera: seus processos, horários, restrições e pontos fortes.

RCD: Quando você deixou a sua vida e os seus trabalhos na Índia, como foi se adaptar à vida acadêmica no Reino Unido? Você viu muitas mudanças no meio acadêmico britânico desde que começou?

Thussu: Eu vim para o Reino Unido em 1988, com uma bolsa de estudo de prestígio, e tive a sorte de conhecer uma

mulher que é agora a mãe dos nossos dois filhos amados. Na verdade, não foi muito difícil me adaptar à vida de Londres (difícil foi me acostumar com o clima e a culinária daqui!). Quando comecei como professor titular em 1995, o mundo acadêmico ainda era de pessoas brancas de classe média, na sua maioria homens. Nas últimas três décadas, vi enormes mudanças em termos de pessoal – especialmente nas instituições de Londres. Fui a primeira pessoa de origem asiática a tornar-se professor na minha área em 2004!

RCD: Falando sobre a decolonização do ensino superior no Reino Unido, você acredita que o ensino também se tornou mais inclusivo e, conseqüentemente, mais democrático desde que você começou? Estatísticas de todo o setor apontam para as desvantagens e desigualdades que ainda são vividas por alguns estudantes e funcionários nas universidades do Reino Unido...

Thussu: É claro que houve um enorme progresso, mas as desigualdades e as atitudes racistas ainda persistem. No entanto, gostaria também de acrescentar que o Reino Unido geralmente tem um bom histórico de relacionamento com professores internacionais e um perfil diversificado de estudantes.

RCD: Na esteira das desigualdades sociais, raciais e de gênero que se

acentuaram ainda mais com a pandemia da Covid-19, você acredita que a situação pode melhorar no futuro?

Thussu: Eu estou certo que sim – embora esses processos sejam demorados.

RCD: E os estudantes internacionais? O Reino Unido deixou oficialmente a União Europeia, seguindo os votos pró-Brexit dos anos anteriores. O novo ano letivo de 2021-2022 será o primeiro com estudantes europeus inscritos como estudantes internacionais. Como você acredita que o ensino superior no Reino Unido será moldado por esse acontecimento nos próximos anos?

Thussu: Seria lamentável se os estudantes europeus deixassem de vir às universidades do Reino Unido. A Europa tem excelentes padrões acadêmicos, e eu sempre gostei de uma sala de aula diversificada e plural. Mas eu acredito que alguns estudantes europeus ainda vão vir estudar aqui, visto que a Grã-Bretanha oferece um programa de mestrado de um ano e a cultura acadêmica aqui é mais flexível e menos burocrática do que na França ou na Alemanha.

RCD: Como você vê o futuro do ensino superior no Reino Unido no contexto pós-pandêmico?

Thussu: Eu acredito que o setor de ensino

superior no Reino Unido vai continuar se saindo bem, e estou certo de que esta pandemia também vai passar a ser história em breve.

RCD: Qual será papel da disciplina Mídia e Comunicação? E quais outras áreas de pesquisa serão mais desenvolvidas – e mais valorizadas – no futuro, que poderão nos ajudar a compreender o mundo e os seus desafios globais?

Thussu: Eu acredito que o movimento em direção a estudos quantitativos e orientados por dados se tornará ainda mais forte. Inteligência artificial, *deep learning* etc. vão se tornar a norma. A minha preocupação é que, no processo, podemos perder de vista aspectos humanistas e filosóficos do nosso campo. Por outro lado, isso vai nos incentivar a internacionalizar ainda mais o nosso tema, visto que haverá muito mais informações sistematizadas e com maior facilidade de busca e acesso sobre o mundo em geral e as suas complexidades.

RCD: Em que projeto você está trabalhando no momento?

Thussu: Atualmente estou escrevendo um livro de autoria única chamado *Changing Geopolitics of Global Communication* para a Routledge. Vai ser o primeiro estudo sobre esse tema e o meu livro mais político até agora!

RCD: Você ensinou, pesquisou e trabalhou em muitos lugares do mundo. Já foi professor visitante no Brasil?

Thussu: Eu gostaria muito de ser professor visitante em uma universidade no Brasil. Tive o privilégio de ser professor visitante em muitos países, mas ainda não na América Latina!

RCD: Muito obrigada pela sua participação!